



ORGANIZADORES

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA

FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR

MARCOS ANTONIO ÂNGELO DA SILVA

LGBTQIAPN+: ENLAÇAMENTOS

ORGANIZADORES

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA

FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR

MARCOS ANTONIO ÂNGELO DA SILVA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Gildásio Guedes Fernandes

Vice-Reitor

Viriato Campelo

Superintendente de Comunicação Social

Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

Diretor da EDUFPI

Cleber de Deus Pereira da Silva

EDUFPI - Conselho Editorial

Cleber de Deus Pereira da Silva (presidente)

Cleber Ranieri Ribas de Almeida

Gustavo Fortes Said

Nelson Juliano Cardoso Matos

Nelson Nery Costa

Viriato Campelo

Wilson Seraine da Silva Filho

Projeto Gráfico. Capa. Diagramação

Alcides Jr / Área de Criação

Revisão

Autores



L687l LGBTQIAPN+: Enlaçamentos.
Solimar Oliveira Lima; Francisco de Oliveira Barros Júnior; Marcos
Antonio Ângelo da Silva. (Organizadores). - Teresina: EDUFPI, 2024.

305 p. : Publicação digital (E-book).

ISBN: 978-65-5904-306-4

1. LGBTQIAPN+. 2. Homossexuais. 3. Homossexualidade.

4. Transsexuais. 5. Panssexuais. Título. II. Gomes Filho,

Antoniél dos Santos et al.

CDD 306.766

Índice para Catálogo Sistemático

1. LGBTQIAPN+	306.766
2. Homossexuais	306.766

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Gleydson Santos CRB-03/1219



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



PARECERISTAS

Cristiana Costa da Rocha
(Universidade Estadual do Piauí – UESPI)

Francisca de Jesus Cardoso Moura
(Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – CESVALE)

Francisca Raquel da Costa
(Instituto Federal do Piauí – IFPI)

Francisca Verônica Cavalcante
(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Iara Mesquita da Silva Braga
(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Izabel Hérica Gomes Matias Cronemberg
(Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA)

Maria Auxiliadora Pereira da Cruz
(Faculdade Estácio de Teresina)

Naiara de Moraes e Silva
(Universidade Estadual do Piauí – UESPI)

Robson Carlos da Silva
(Universidade Estadual do Piauí – UESPI)

Maria Rosângela de Souza
(Universidade Federal do Piauí – UFPI)

APRESENTAÇÃO

“Eu me sentia imunda como a Bíblia fala dos imundos. Por que foi que a Bíblia se ocupou tanto dos imundos, e fez uma lista dos animais imundos e proibidos? por que se, como os outros, também eles haviam sido criados? E por que o imundo era proibido? Eu fizera o ato proibido de tocar no que é imundo”. É na companhia das letras de Clarice Lispector que abro alas para apresentar um livro aberto à penetração na imundície humana proibida. Escritos sobre aqueles (as) outsiders, desviantes, cujas histórias foram silenciadas. Infames invisibilizados, sem voz e vez. Michel Foucault tocou neles. Da obra “A Paixão Segundo G.H.”, a citação literária antes selecionada abre para refletirmos sobre os (as) indesejáveis, os incômodos, refugos, descartáveis, as criaturas perturbadoras da ordem e harmonia sociais. Tocá-las, delas falar, escrever sobre as suas imundícies requer ousadia, atrevimento. Os (as) ousados (as) escritores correm riscos quando assumem posições descortinadoras. Romper barreiras para conhecer a quem é visto e tratado como sujo (a), impuro (a). Tocá-los (as) chega a ser afrontoso. Escrever sobre os fascínios e os terrores das suas

existências imundas e sedutoras é um dos objetivos das laudas seguintes.

“Que fizera eu de mim?” Uma grave pergunta de Clarice Lispector, extraída da obra literária antes citada. Judith Butler atenta para a viabilização dos desejos originados a partir da “nossa pessoalidade individual”. “Desfazendo gênero”, ela orienta para a maximização das “possibilidades para uma vida vivível”. A experiência que “o sujeito faz de si mesmo” diante de “uma verdade imposta”, “de um discurso verdadeiro sobre ele”, são questões tratadas nas aulas de Michel Foucault sobre “subjetividade e verdade”. Pensadores de diversos campos orbitam em torno do que somos e como reagimos às normas sociais coercitivas.

LGBTQIAPN+: ENLAÇAMENTOS é uma produção literária que rompe com “os marcos fronteiriços” entre os diversos campos cognitivos. Com as fronteiras fluidificadas, entrelaçamos as linhas demarcatórias entre elas. Afinados com o pensamento complexo, não nos atemos “à disciplina de uma zona”, em conformidade com Theodor W. Adorno e não nos deixamos “enfeixar no compartimento” de uma disciplina específica. Na conjugação do verbo enlaçar, reunimos uma diversidade de artigos procedentes das mais variadas zonas cognitivas. Neste sentido, somos coerentes com a multifacetada sigla do título. Cada letra carrega a sua singularidade na “catedral de santos malditos” e suas disforias em relação às normas sociais. Um conjunto de letras em movimentos de “resistência política” e ‘representativas “da cultura dos dissidentes”, formando “um

panteão de santos e bruxas feministas, queer e trans”, nos termos ternos e guerreiros de Paul B. Preciado.

LGBTQIAPN+: ENLAÇAMENTOS vem na sequência de uma série de outros livros sobre os amores marginais, os corpos sem juízo, em transe e suas interseccionalidades. Bixas e transviados em seus afrontamentos com os olhos controladores do poder. Os textos a seguir resultam dos trabalhos escritos por quem tem uma relação visceral com os conteúdos das suas reflexões. São páginas de implicações com os marcadores identitários de quem escreve. Resultados de pesquisas universitárias em diálogo com os movimentos sociais voltados para a livre expressão sexual. Na companhia das letras engajadas, explicitamos o nosso compromisso com um ativismo qualificado. Quando o tema é gênero, sensibilizamos para a sua fundamentação teórica, destacando as perspectivas críticas das ciências humanas e sociais. Em um exercício de contextualização histórica, enlaçamos temas e questões. As nossas experiências amorosas e sexuais são curtidas em contextos de um capitalismo e patriarcado globais. Colonialismo e neoliberalismo também entram no glossário da nossa complexidade analítica. Na abordagem do desejo humano, tudo tem a ver.

Temos compromissos com a educação. O conjunto das nossas obras destaca a convicção e a responsabilidade éticas de educadores (as) voltados (as) para uma formação crítica e fundamentada em referências teórico-metodológicas consistentes. Trabalhamos com consciências e por irmos além dos muros universitários, estendemos

os nossos saberes para a capacitação dos (as) agentes envolvidos (as) com projetos de mudanças sociais. Ao focalizarmos gênero, sexo, sexualidade e poder, conjugamos o verbo desconstruir e pluralizamos os gêneros. Sintonizados com Guacira Lopes Louro, na abordagem das diferenças fabricadas e das desigualdades, realçamos “a construção escolar” para pensarmos sobre “quem é diferente”. É a clássica conjugação verbal do tornar-se. Tornamo-nos homens e mulheres. Aqui, desnaturalizamos as relações humanas e conceituamos cultura no sentido antropológico.

Corpos e mentes escolarizados em situações sexistas e homofóbicas na prática educativa. Professoras e professores demandam por preparação para o enfrentamento dos preconceitos e estigmas no espaço cotidiano das escolas. Na projeção de uma prática educativa não sexista, ressurgem uma antiga questão: o que fazer com a educação sexual? Nos horizontes epistemológicos emergem pedagogias e práticas educativas feministas. Críticos e argumentativos, lutamos com as palavras no nosso afrontamento literário. Desafiamos, subvertemos, tensionamos e promovemos alianças. Com as nossas ferramentas pedagógicas, em textualidades contra-hegemônicas, bebemos na fonte libertadora de Bell Hooks e desafiamos as “estruturas convencionais de dominação”. Os oprimidos constroem as suas pedagogias. Paulo Freire vive!

Para quem tem repugnância pela presente existência dos corpos abjetos dos infames, dos eschachados, das

criaturas vistas e tratadas como nojentas, asquerosas, cito a barata de “pura sedução” da Clarice Lispector. Temos a assassiná-la. Na sua partilha sensível, a escritora “fizera o ato proibido de tocar no que é imundo”. “Transgredir a regra é performar”, na exposição de Waléria Américo. Ampliando os sentidos das performances, performamos com as nossas escritas incômodas. Escrevemos sobre temas antipáticos para quem preferia que eles fossem silenciados. O nosso lançamento editorial é da terra do Torquato Neto e seus anjos tortos, desafinadores do coro dos contentes. Queremos que os nossos textos tortos, feito faca cortem a carne de vocês. Agora é o cearense Belchior que referencia a nossa performance de escritores desafinados. Os igrejeiros conservadores, os dogmáticos e fechados, dirão que somos os ideólogos da perdição familiar.

Artistas e cientistas, comprometidos com o desvendamento das máscaras sociais, assumem a radicalidade do ir até a raiz das questões humanas. Os mascaradores estão aliados com a mentira, a hipocrisia e os interesses dos dominadores. Fedemos, cheiramos e incomodamos porque desvelamos o que eles tentam esconder. Nossa arma é o pensamento crítico, aberto, a serviço dos deserdados, oprimidos e invisíveis. Conscientes dos nossos limites, somos escrevíveis das dores e delícias de sermos o que somos. Subjetivamos os ais gozosos e dolorosos de quem nada contra a corrente e resiste a ter um espírito de rebanho. Com o exagero do poeta, apontamos para as piscinas cheias de ratos dos viralizadores das

ideias não correspondentes aos fatos. Com Brecht, Shakespeare, Karl Marx, Judith Butler, Lima Barreto, Walt Whitman, Cassandra Rios, Fassbinder, Pasolini e tantos (as) outros (as), fazemos os nossos carnavais, enquanto os homens exercem seus podres poderes. Caetaneando, performamos na companhia das letras.

DR. FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR
(Professor Titular do Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Federal do Piauí)

SUMÁRIO

- 13** A HOMOSSEXUALIDADE COMO NARRATIVA DE PÂNICO MORAL NO BRASIL
ANTONIEL DOS SANTOS GOMES FILHO
- 29** EMOÇÕES DE UMA JOVEM LGBTQIAPN+ NA PANDEMIA DA COVID-19
FRANCISCA VERÔNICA CAVALCANTE
- 47** JUP DO BAIRRO ENCONTRA PAUL B. PRECIADO: ENLAÇAMENTOS SONOROS NA SINFONIA DOS CORPOS SEM JUÍZO
FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR
- 66** HOMOSSEXUALIDADES E/NO SUL GLOBAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS
FERNANDO JOSÉ MARTINS E VERA FÁTIMA GASPARETTO
- 86** A VIAGEM DE JOÃO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO LIVRO VIAGEM SOLITÁRIA: MEMÓRIAS DE UM TRANSEXUAL 30 ANOS DEPOIS DE JOÃO W. NERY
GABRIEL VICENTE SILVA PONTES
- 104** (IN)CONFORMIDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM HOMOSSEXUAL: ALGUNS APONTAMENTOS (AUTO) BIOGRÁFICOS
GLEYDSON DA PAIXÃO TAVARES
- 125** E A BICHA (TAMBÉM) NÃO É POLÍTICA?
HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA
- 143** CONVERSIDADES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES DISSIDENTES NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PIAUIENSE
LUCIVANDO RIBEIRO MARTINS E PEDRO VICTOR MODESTO BATISTA

- 169** MEDO E SOLIDÃO: TRAVESSIAS NA VIDA DE UM GAY EM
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO
MARCOS ANTONIO ÂNGELO DA SILVA
- 185** PROFESSORA-PESQUISADORA LÉSBICA, POESIAS REBELDES
QUE GINGAM GIRAM EM CORPO-BANDO
**MARIA LIZANDRA MENDES DE SOUSA (LIZ MENDES) E ZULEIDE PAIVA DA SILVA (EIDE
PAIVA)**
- 209** PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS SEXUAIS SEGUROS ENTRE
HOMENS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS
RAFAEL VIDAL DA CRUZ E MARTEM COSTA DE SANTANA
- 230** A PRODUÇÃO DAS “CAUSAS” DAS HOMOSSEXUALIDADES
EM *A INVERSÃO DOS SEXOS (1935)*
RENAN DE SOUZA NASCIMENTO
- 248** A POESIA DOS CORPOS EM CHAMA: UM ESTUDO INICIAL SOBRE
O HOMOFLANEUR EM ROBERTO PIVA
MAGNO DA GUARDA ALMEIDA
- 268** “PRETO, POBRE, PETISTA E VIADO” IDENTIDADES SUBALTERNAS
E RELAÇÕES DE PODER NA UNIVERSIDADE
SOLIMAR OLIVEIRA LIMA
- 290** SOBRE AUTORES E AUTORAS
- 298** ÍNDICE REMISSIVO

A HOMOSSEXUALIDADE
COMO NARRATIVA DE
PÂNICO MORAL NO BRASIL

ANTONIEL DOS SANTOS GOMES FILHO

INTRODUÇÃO

Os contextos políticos brasileiros dos últimos 10 anos são caracterizados por um Golpe de Estado e ascensão da extrema-direita, quando em agosto de 2016 a presidenta, eleita democraticamente, Dilma Rousseff (PT), foi acusada de crime de responsabilidade fiscal, e em seu lugar assumiu o vice-presidente Michel Temer (PMDB).

Conforme Fuini (2022), após a queda de Dilma, e o início do governo Temer, houve uma mudança na conjuntura das relações políticas no país, onde foram aprovadas pautas conservadoras, bem como, as reformas trabalhistas e previdenciárias. É, nesse cenário político e social, que surge a radicalização e polarização política no Brasil, caracterizada por um antipetismo, que possibilitou a entrada da extrema-direita no Brasil, movimento que já vinha se expandindo ao longo do mundo ocidental, em especial nos Estados Unidos.

Prior (2023), lembra que a ascensão dos populismos em países europeus e nos Estados Unidos, teve seu ápice com a eleição presidencial de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018. No caso brasileiro, o antipetismo, juntamente com



o ativismo judiciário em torno da figura de Sergio Moro na Operação Lava Jato, produziu um discurso de corrupção generalizada, que aconteceria nos grupos políticos de esquerda, produzindo assim uma crise de governabilidade, o que promoveu a abertura e ascensão da extrema-direita no Brasil.

Prior (2023, p. 115), também aponta para a produção de um pânico moral na sociedade brasileira em torno da ideia de retorno ao comunismo, que teria ocorrido no país entre os anos de 1950-60; junta-se a esse processo, os aspectos das mídias digitais em torno de informações falsas (*fake news*) em torno do “Kit Gay” que seria distribuído nas escolas públicas, sob uma “[...] alegada imoralidade social fomentada pelos grupos de esquerda e que estaria a ameaçar instituições como a família, a escola ou a religião.”

Como observado, a questão das homossexualidades, fizeram parte do conjunto de bodes expiatórios da extrema-direita no âmbito das narrativas sociais que atravessaram o período eleitoral ao pleito presidencial, encabeçado por Jair Bolsonaro que viria a ganhar as eleições e manter-se na presidência até o ano de 2022, quando Luiz Inacio Lula da Silva (PT), retorna à presidência em um governo de esquerda.

Todavia, mesmo com a mudança de governo, ainda assim, é notório em manifestações realizadas pela extrema-direita um apelo as narrativas de um pânico moral em torno das homossexualidades. Assim, considerando a ampliação do debate sobre as relações entre pânico moral e homossexualidades, já observado e debatido por



pesquisadores/as brasileiros (Miskolci; Campana, 2017; Cesar; Duarte, 2017; Miguel, 2021), o presente estudo objetiva compreender como a homossexualidade foi tomada como narrativa para instalação de um pânico moral no Brasil.

Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, seguindo as orientações metodológicas de Sousa, Oliveira e Alves (2021) e Medeiros (2000) para leitura e análise dos materiais selecionados nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico. O exercício analítico do presente estudo está embasado nas formulações teóricas do sociólogo estadunidense Stanley Cohen (2011), e seu conceito de Pânico Moral. Os estudos de Machado (2004) e Garland (2019) também foram utilizados como orientadores da análise, uma vez que ambos buscam interpretar o conceito de Pânico Moral de Cohen.

A HOMOSSEXUALIDADE COMO NARRATIVA DE PÂNICO MORAL NO BRASIL

A ascensão da extrema-direita no Brasil se consolidou com a chegada de Jair Bolsonaro a presidência no ano de 2018, e mesmo após sua saída em 2022, a extrema-direita no país continua a se organizar, tanto no campo parlamentar, com deputados (estaduais e federais) e senadores alinhados com ideologias conservadoras. Bem como, uma parte da população (ainda que mínima) que se alinha a tais ideais de radicalização.

O século XXI, com a ampliação da internet e das redes sociais marca a “[...] eclosão das questões de identidade



de gênero e elaborações teóricas correlatas, no início do século XXI a agenda LGBT provocou renovado interesse dos conservadores e acirramento do debate.” (Trevisan, 2018, p. 439). Assim, os debates em torno das sexualidades e de outros marcadores da diferença social que vinham sendo pautados num campo mais progressista, com a eleição de Donald Trump em 2016, tomou rumos de uma nova articulação política a direita e a extrema-direita, nos Estados Unidos, e o Brasil também seguiu essa tendência. Esse processo teve como características, o território caótico e sem regulação da internet, o ódio e o medo as diferenças, bem como o conceito de pós-verdade inserido nos contextos das *fake news* e na manipulação de múltiplas (Trevisan, 2018).

Trevisan (2018, p.), apresentando uma história recente da homossexualidade no Brasil, nos lembra que: arte, homossexualidade masculina e a AIDS no início dos anos 1980, foram catalizadores de um pânico moral na sociedade brasileira, que tornou os artistas Renato Russo e Cazuza “[...] marcados pelo estigma do desvio homossexual, como para-raios e bodes expiatórios, ‘receptores’ da ansiedade coletiva.”. Tomadas as devidas distâncias e contextos históricos, entre os anos 1980 e fins dos anos 2010, o exercício de rememoração nos mostra que a homossexualidade serve para grupos conservadores como uma forte narrativa de pânico moral, de destruição da moral e dos valores sociais que são pautados nos ideais de “Deus, Pátria e Família”.

Stanley Cohen (2011), em: *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers*, obra considerada

marco para a definição do conceito de Pânico Moral na sociologia (Machado, 2004; Garland, 2019), escreve:

Societies appear to be subject, every now and then, to periods of moral panic. A condition, episode, person or group of persons emerges to become defined as a threat to societal values and interests; its nature is presented in a stylized and stereotypical fashion by the mass media; the moral barricades are manned by editors, bishops, politicians and other right-thinking people; socially accredited experts pronounce their diagnoses and solutions; ways of coping are evolved or (more often) resorted to; the condition then disappears, submerges or deteriorates and becomes more visible (Cohen, 2011, p. 01).

Pode-se observar que o Pânico Moral surge quando um grupo social é definido como uma ameaça social. No caso da crise política brasileira, entre o impeachment da presidenta Dilma Rouseff (2015-16) e a eleição de Jair Bolsonaro (2018)¹, surgiram grupos que serviram como bodes expiatórios, em especial: os comunistas e os homossexuais e/ou os gays.

Notório observar que o primeiro grupo, os comunistas possuem uma representação social no campo do imaginário. Como diz Silva (2022, p. 64), em seu estudo sobre redes sociais como instrumento de disputa ideológica: “o discurso anticomunista mobiliza uma série de sujeitos sociais distintos, considerados por eles como “inimigos”, que devem ser combatidos.”. Todavia, como explica

1 Para este artigo, consideraremos como “crise política brasileira” os anos de 2015-16 até 2018. Os primeiros marcam o início e fim do processo de impeachment da presidenta Dilma Rouseff, e o restante até o fim das eleições presidenciais de 2018, que ocorreu dentro do processo eleitoral legal e em condições democráticas.



Popolin (2020), as ideias conspiratórias do comunismo que remete ao período da ditadura militar brasileira, agora misturam-se com o antipetismo, que se mistura com as pautas sociais progressistas, ou seja, aciona-se no imaginário social um mito de uma conspiração comunista no país.

Aqui, podemos observar na narração que não há como identificar um comunista, mas, quando falamos do homossexual e/ou gay, este sim, traz as marcas de sua diferença. Enquanto o sujeito comunista é aquele que virá (mas que não chega, pois não existe comunismo no Brasil), o homossexual já está na sociedade, é aquele que possui direitos assegurados de casamento civil, de adoção, de sucessão...

Portanto, as pautas da diversidade de gênero e sexualidade, são incorporadas na imagem do homem homossexual e/ou gay, que serviu como bode expiatório, para produzir um clico do pânico moral no Brasil, durante a crise política.

Machado (2004), em interpretação ao texto de Staley Cohen, nos lembra que o pânico moral apresenta três fases distintas, que produzem um ciclo. Primeiro há um inventário do problema; segundo uma fase de significação; e, por fim, uma terceira fase de ação.

Pesquisadores/as brasileiros/as indicam que inventaram socialmente um problema em torno da política pública para a população LGBTQIAPN+: Brasil sem Homofobia, que fez parte de um conjunto mais amplo de políticas públicas do primeiro governo Lula e se estendeu até o governo Dilma.



O Programa Brasil sem Homofobia, possuía uma dentre suas múltiplas ações, uma vertente no campo da educação, que em seu programa de ações já no ano de 2004, buscava “[...] apoiar a implementação de projetos de prevenção da discriminação e a homofobia nas escolas, em parceria com agências internacionais de cooperação e com a sociedade civil organizada [...]” (Brasil, 2004, p. 25). Conforme, César e Duarte (2017), o Programa Escola sem Homofobia tinha como objetivo fornecer um conjunto de materiais as escolas públicas para o combate a homofobia.

Mas, o que seria a efetivação de uma política pública foi transformado em um verdadeiro problema, uma vez que, o material tornou-se pauta de discussão parlamentar. Assim, podemos perceber a segunda fase de instalação do pânico moral, com o problema posto (os materiais didáticos do Escola sem Homofobia), viu-se no Brasil um processo de significação, nas palavras de Medeiros (2004, p. 61), houve a “[...] mobilização de opiniões e atitudes [que] consiste na tentativa de dar significado ao problema.”. Há neste momento, a solicitação emocional e intelectual para identificar os danos dessa suposta ameaça, além de conectar este fato com outras problemáticas sociais subjacentes. Assim, gerou-se na Assembleia Nacional uma grande polêmica em torno dos materiais, que logo foi capturada pelas grandes mídias e mídias digitais, como muito bem descreveu César e Duarte:

No curso deste embate, o referido material foi rechaçado não somente por parlamentares pertencentes à bancada ultraconservadora fundamentalista religiosa, mas

também por deputados de frentes progressistas, em razão da crise política que ali se instaurava. Vários deputados e senadores conservadores diziam que as peças produzidas no contexto do programa “escola sem homofobia” seriam “propaganda” LGBT [...]. Em termos pejorativos, o programa foi designado pelos parlamentares e por parte da grande mídia como o “kit gay”, iniciando-se assim o processo recente de pânico moral no Brasil [...], o qual se acirrou posteriormente com os debates sobre a redação dos Planos de Educação. Nessa breve genealogia, a recusa em 2011 do chamado “kit gay” é o marco zero do nosso recente pânico moral (César; Duarte, 2017, p. 147).

Assim, com o problema posto, com as mobilizações e opiniões sobre o Escola sem Homofobia, sob a denominação de “Kit Gay”, consolidou-se, portanto, o processo de demonização, que faz parte desse modo de significação que recorre “[...] a um conjunto de imagens preexistente do Mal, frequentemente condensadas em torno de grupos socialmente mais vulneráveis.” (Medeiros, 2004, p. 62).

Cabe ressaltar que junto a narrativa em torno do “Kit Gay”, estavam pautadas no debate sobre a “Ideologia de Gênero”, oriundo de grupos religiosos. Assim, podemos observar que além da pauta principal, a educação das crianças nas escolas, há os problemas sociais subjacentes da “destruição” da família tradicional, ou seja, inclui-se o elemento religioso nessa significação.

Miskolci e Campana (2017), apontam que no Brasil e na América Latina o combate a “Ideologia de Gênero”, iniciada no âmbito da Igreja Católica, conta atualmente com o apoio das Organizações Civis Pró-vida, Organizações

Evangélicas que se uniram para barrar os avanços dos direitos sociais e reprodutivos. Em resumo, “[...] tais empreendedores morais são religiosos, dentro da Igreja Católica, de vertentes religiosas neopentecostais, seguidores laicos dessas religiões, pessoas que se engajam na luta por razões simplesmente éticas, morais e/ou políticas as mais diversas e não são necessariamente da sociedade civil, mas podem atuar dentro de instituições e até mesmo do governo.” (Miskolci; Campana, 2017, p. 730).

Neste momento, é, portanto, solicitado a ação e remediação do problema, ou seja, chega-se na terceira fase do ciclo do pânico moral, que dar-se em dois níveis: (01) sensibilização; e, (02) mobilização da cultura de controle social (Medeiros, 2004). No Brasil, apontamos que a terceira fase dar-se com a chegada de Jair Bolsonaro a presidência da república e a instalação de seus ministérios, mais especificamente, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sob o comando de Damares Alves.

O controle social se deu através do desmonte das políticas públicas para as populações LGBTQIAPN+ e outros grupos minoritários. Sobre essa desinstitucionalização, Feitosa (2021), nos lembra que já no governo da Presidenta Dilma houve uma pressão por parte das bancadas evangélicas e católicas em torno da efetivação de políticas públicas LGBTQIAPN+. Mas, é com Damares Alves na pasta ministerial que há um verdadeiro desmonte destas políticas.

Ao ser empossada Ministra, no dia 2 de janeiro de 2019, declarou: “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”, sinalizando que sua gestão seria fortemente marcada por dogmas e valores conservadores típicos do neopentecostalismo evangélico, explicitamente contrários aos direitos LGBTI+. No mesmo evento, em sua primeira afronta ao movimento social, assinalou: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa” (Feitosa, 2021, p. 77).

No referido período foi extinta a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC). No âmbito da saúde, houve o fim das campanhas nacionais de prevenção as ISTs/Aids, a mudança do nome do departamento de vigilância sanitária, de: Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais; para: Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, o que invisibilizou as lutas históricas em relação as ISTs/Aids (Feitosa, 2021).

Cabe pontuar a reformulação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), que foi regulado pelo Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu “diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”, durante o Governo Bolsonaro. Silva (2021, p. 340), nos lembra que todo esse desmonte das políticas públicas para as pessoas e populações LGBTQIAPN+



ampliou a LGBTfobia na sociedade brasileira, uma vez que, a eleição de Jair Bolsonaro foi “[...] marcado por um discurso de ódio e situações de violência contra mulheres, negros e negras, e, em especial, pessoas LGBT.”

Portanto, podemos observar que o desmonte das políticas públicas para as pessoas e populações LGBTQIAPN+, juntamente com os discursos públicos de membros do governo, de setores da Igreja Católica e Evangélicas em torno do combate a Ideologia de Gênero “[...] um dos elementos da radicalização da direita e, portanto, da polarização [...]” (Miguel, 2021, p. 13), somados a validação simbólica em torno da homofobia oriunda da figura do presidente da república e seus discursos de ódio, podemos apontar o fechamento do ciclo do pânico moral no Brasil em torno da homossexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se nesse breve estudo compreender como a homossexualidade foi tomada como narrativa para instalação de um pânico moral no Brasil. Tomou-se como meio de análise o conceito de pânico moral (Cohen, 2011) e seu ciclo do pânico moral, composto por: (01) problema; (02) significação; e (03) ação (Machado, 2004). Desse modo, identificou-se como problema: os debates públicos conservadores no âmbito social em torno da política pública: Escola sem homofobia, que foi reduzida ao “Kit Gay”.

A fase de significação foi observada quando o debate chega as câmaras legislativas brasileiras, onde parlamentares das bases religiosas e conservadoras indicaram em

seus discursos que a distribuição dos materiais do Escola sem Homofobia, foram intitulados de “Kit Gay”, e que estes materiais seriam uma ameaça social a família tradicional. Esse debate foi capturado pela mídia, consolidando assim o pânico moral em torno da homossexualidade e suas ameaças a família tradicional e a sociedade.

Com a crescente radicalização e polarização política durante a eleição presidencial em 2018, pode-se apontar que a fase de ação em torno do combate ao “problema” por parte dos grupos conservadores e de extrema-direita no Brasil deu-se com a posse de Jair Bolsonaro a presidência e os desmontes das políticas públicas para as pessoas e populações LGBTQIAPN+, que durou durante todo seu governo, em especial na pasta ministerial da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que esteve sob o comando de Damares Alves.

Atualmente, pode-se considerar que o pânico moral em torno da homossexualidade no Brasil ainda se faz presente em núcleos da extrema-direita brasileira, como que em latência, uma vez que, outras pautas, em especial a liberdade de expressão, configurada recentemente na figura de Elon Musk, tem sido eleita como novo pânico moral social, neste grupo.

Frente a recente história política brasileira, e diante do atual cenário político, que tem na Presidência Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, devemos estar atentos a como os debates em torno do gênero e sexualidade, bem como dos direitos sexuais tem sido debatido pela direita e extrema-direita no Brasil, uma vez que, os

direitos das populações e pessoas LGBTQIAPN+ sempre estão sob ataques conservadores e religiosos.

Cabe, portanto, aos movimentos sociais LGBTQIAPN+, acadêmicos e pesquisadores/as em gênero e sexualidade, aos parlamentares progressistas e de esquerda, bem como a população brasileira estar atentos aos ataques e ameaças em torno do desmonte de políticas públicas e a instalação de novos pânicos morais em torno das homossexualidades e dos direitos reprodutivos por parte da extrema-direita, que está presente nas câmaras legislativas e na sociedade.

REFERÊNCIAS

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, p. 141-155, 2017.

COHEN, S. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and the Rockers*. Londres: Routledge, 2011.

FEITOSA, Cleyton. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 14, n. 43, p. 74-89, 2021.

FUINI, P. Impeachment de Dilma Rousseff: Ex-presidente foi afastada definitivamente do cargo por crime de responsabilidade fiscal. In: *Hoje na História*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/36581>



GARLAND, D. Sobre o conceito de pânico moral. *Delictae*, v. 4, n. 6, p. 36-78, 2019.

MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, n. 7, 2004.

MEDEIROS, J. B. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, p. e216216, 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, p. 725-748, 2017.

POPOLIN, Guilherme. Memes de discussão pública: o mito da conspiração comunista no Brasil. *Domínios da Imagem*, v. 14, n. 27, p. 397-417, 2020.

PRIOR, Hélder. Nacional-populismo no Brasil: uma reflexão sobre a ascensão de Jair Bolsonaro e o ideário da extrema-direita. *Janus*, v. 14, n. 1, 2023.

Silva, E. L. S. Neoconservadorismo e Ofensivas antigênero no Brasil: A mobilização da “Ideologia de Gênero” e a produção de LGBTfobias no Governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 4, n. 14, p. 331-363, 2021.

SILVA, Vanile Cassimiro da. *Memes nas redes sociais: um instrumento de disputa ideológica (2016-2019)*.



Dissertação [Mestrado em História], Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marçal Cândido Rondon, 2022.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Sarago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, 2021.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.



EMOÇÕES DE UMA JOVEM
LGBTQIAPN+ NA PANDEMIA
DA COVID-19

FRANCISCA VERÔNICA CAVALCANTE

INTRODUÇÃO

Era uma tarde quente de julho de 2020, eu estava em Teresina-PI e buscava uma postura confortável e desejava que do outro lado, a jovem de 23 anos e também habitante da capital do Piauí, que iria me conceder a entrevista via Google Meet, igualmente estivesse confortável e que se estabelecesse nesse ambiente virtual uma troca, um sentimento de empatia que permitisse um compartilhamento de emoções, sentimentos íntimos, pessoais e também advindos do Estado, de instituições, da sociedade. Estávamos vivendo a Pandemia da Covid-19 e o desafio era realizar uma entrevista para a pesquisa “Trajetórias/Práticas Juvenis em Tempos de Pandemia da Covid-19”.

O Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens-NUPEC em parceria com o Grupo de Pesquisas Transdisciplinar sobre Corpo, Saúde e Emoções-Corpos-trans, dois núcleos de pesquisa da Universidade Federal do Piauí, em abril de 2020, propôs o desenvolvimento da referida pesquisa com o objetivo de conhecer trajetórias/práticas juvenis em tempos de COVID-19, a partir da interface da condição juvenil/subjetividades/distanciamento



social/práticas cotidianas no Piauí. A partir de junho desse mesmo ano este esforço coletivo de pesquisadoras de ciências humanas se ampliou e a partir de junho de 2020, por meio da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - FLACSO-Brasil, cinco outros países se juntaram a esse empenho: Argentina, Chile, Cuba, Equador e México. A investigação foi realizada durante os dois anos e meio que se seguiram, em um tempo excepcional de pandemia.

Nessa investigação, a juventude é entendida em suas expressões plurais, a partir do que as narrativas de jovens nos limites de suas subjetividades expressarem. Trabalhamos, então, com a compreensão de “juventudes”, conceito que pressupõe a ausência de homogeneidade e que caracteriza a diversidade de fazeres, de ideias, de valores, de percepções, de desejos, muito presente neste segmento.

Para Mauro Koury, Emoções “[...] pode ser definida como uma teia de sentimentos dirigidos diretamente a outros e causado pela interação com outros em um contexto e em uma situação social e cultural determinados” (KOURY, 2009, p. 84).

Levando em consideração a especificidade do objeto de estudo, a pergunta de partida propõe a compreensão de como e em qual medida a pandemia da Covid-19 modifica as trajetórias/práticas juvenis. Assim, a partir das subjetividades de adolescentes e jovens, foram analisados os estilos de vida, as emoções, os sentimentos, os valores, os medos e as vulnerabilidades desta população relacionada às especificidades conexas com a situação de pandemia.

Para tanto, utilizou-se metodologia qualitativa, com questões abertas, focadas no seu cotidiano, sua sociabilidade, suas percepções, seus sentimentos, suas crenças, ao cuidado, as violências, lazer, a tecnologia e etc. em relação ao trabalho, saúde, educação, o futuro pós-pandêmico no que se refere aos possíveis efeitos do distanciamento social imperativo naquele quadro de pandemia¹.

O acesso a essa jovem como das/os demais que fizeram parte da pesquisa foi obtido com o recurso da estratégia da bola de neve, uma técnica de amostragem não probabilística em que o/a jovem entrevistada indique/convide os novos participantes da pesquisa. Em prol da interação com a entrevistada, os computadores e o Google Meet serviram para realizar/favorecer o diálogo e a entrevista (PORTELLI, 2017), o intuito foi vivenciar uma experiência de alteridade por meio de escutá-la sobre o impacto da pandemia na sua vida, observamos formas de expressão por sons, feições, olhares, silêncios, choro, sorriso, entre outros. (LUZ *et al.*, 2020, p.180)

Neste estudo, a análise, a interpretação e a compreensão desse campo empírico consideraram suas dimensões objetivas e subjetivas, contemplando conteúdos manifesto e latente. Uma experiência inovadora pelo recurso da pesquisa realizada via Google Meet e pelo contexto da pandemia que atingiu pesquisadoras/pesquisados, mas também observamos que embora a netnografia faça uso de técnica e método de pesquisa on-line em um período bem anterior

1 Ver ABRAMOVAY, Miriam. [et al.]. Trajetórias/práticas juvenis em tempos de pandemia da covid-19[livro eletrônico] / organização -- 1. ed. -- Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2022. PDF.



à pandemia, a experiência das pesquisadoras com essa técnica se deu por ocasião da pesquisa em questão. Destacamos que a pesquisa em questão é interdisciplinar:

“[...] seja na postura etnográfica ou antropológica de Clifford Geertz (2008), na observação participante do clássico Bronislaw Malinowski (1986), na escuta qualificada da psicologia e da psicanálise freudiana, na empatia, na entre/vista proposta por Portelli (1999), na perspectiva de um conhecimento horizontal de Freire (2005), seja na postura distanciada e reflexiva proposta por Bourdieu (2008). Enfim, frente à tela do computador foi possível acessar a cada jovem “entre/vistado”. Apresenta-se nesta experiência uma oportunidade de exercício crítico do olhar sobre o “outro” e sobre nós mesmos. A importância da intersubjetividade a partir de pressupostos teórico-metodológicos sempre em processo de construção, reiterando a “vigilância epistemológica”, apontada por Almeida-Filho (2021)”. (ABRAMOWAY, et al., 2022, p. 49)

Nesta Introdução explicamos os objetivos, alguns conceitos teórico-metodológicos da pesquisa “Trajetórias/Práticas Juvenis em Tempos de Pandemia da Covid-19” e como este artigo foi construído a partir da subdivisão em partes por subtítulos como veremos nas linhas que seguem. A segunda parte, intitulada “Nossa interlocutora Leona, uma das entrevistadas da Pesquisa Trajetórias/Práticas Juvenis em Tempos de Pandemia da Covid-19” apresenta uma mini-biografia da entrevistada e aborda os objetivos do artigo. A terceira parte cujo título é “A Pandemia da Covid-19 e a Necropolítica”, faz uma contextualização



dos problemas sociais, econômicos e políticos que afetam sobremaneira as populações vulneráveis no contexto pandêmico e o diálogo com a entrevistada.

A quarta parte, nomeada “Emoções como categoria analítica das ciências sociais, gênero e homofobia” explora conceitos teóricos sobre emoções e gênero e a interlocução com a entrevistada. E por fim, a quinta e última parte apresenta as “Considerações finais” reiterando que a principal consideração do estudo em tela traz à tona a opressão, a homofobia, A entrevistada traz em sua trajetória de vida e práticas juvenis marcadores sociais que apontam para uma experiência em que ocorre uma interseccionalidade, isto é, há a confluência do seu pertencimento de raça, classe social e sexualidade a coloca como alvo de homofobia e vulnerabilidade. Também foi possível perceber que a manifestação e expressão das emoções experimentadas pela entrevistada tem íntima relação com experiências compartilhadas por outras/os jovens participantes do estudo.

NOSSA INTERLOCUTORA LEONA, UMA DAS ENTREVISTADAS DA PESQUISA TRAJETÓRIAS/PRÁTICAS JUVENIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Nossa interlocutora tem o codinome Leona cujo intuito é garantir a preservação de sua identidade contemplando à ética e o sigilo que preconizam investigações científicas com humanos. Ela é solteira, do sexo biológico feminino, com performance de gênero lésbica, diz que em sua certidão de nascimento sua cor figura como parda, contudo,

se autodeclara preta, fez formação em psicologia numa faculdade privada de Teresina e atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Maranhão. Leona é uma pessoa espiritualizada, participa da doutrina do espiritismo kardecista. É teresinense e mora no bairro Colorado, na zona Sudeste nessa capital brasileira, trabalha exercendo a sua recente profissão de psicóloga clínica, posto que, concluiu a graduação em 2019. Faz atendimentos on-line, mas sem filiação a alguma instituição ou clínica e faz revisão de português de trabalhos acadêmicos. Mora com a mãe, a irmã de 19 anos, o padrasto e o pai as visita diariamente. Leona é filha do meio e sua irmã mais velha é “freira e vive em seu convento”.

A casa em que mora foi comprada pelos pais há 12 anos, uma casa pequena, Leona considera a sua moradia “uma casa humilde, é uma casa simples mesmo, muito, muito simples mesmo. A gente não tem muitas condições financeiras”. Filha de uma policial militar que tem 50 anos de idade e que vive há 5 anos com o seu padrasto que também é policial militar. O pai faz bicos, já trabalhou como frentista e é atleta, participa de corridas. Ele casou novamente e tem três filhos desse segundo casamento os quais não têm convivência com Leona e com o restante de sua família.

O artigo tem por objetivo refletir sobre as temáticas emoções e homofobia a partir da entrevista de uma jovem lésbica e teresinense que é parte da pesquisa Trajetórias/Práticas Juvenis em Tempos da Covid-19. A metodologia

utilizada faz uso do Google Meet para realizar entrevistas em profundidade com jovens do Brasil e de outros países da América-Latina e Caribe, numa perspectiva qualitativa e interdisciplinar.

A PANDEMIA DA COVID-19 E A NECROPOLÍTICA

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020 decretou a pandemia, a COVID-19, doença provocada pelo SarsCoV-2, o “novo corona vírus”. No Brasil, instalou-se uma rotina negacionista e de horrores que a partir de 17 de março, quando do registro oficial do primeiro óbito por infecção desse vírus. A notícia foi divulgada pelas mídias e redes sociais e foi explorada a exaustão. Observamos que os mais diversos fenômenos e fatos sociais, em suas diferentes nuances e contextos afetam sobremaneira as populações fragilizadas e em situação de vulnerabilidade, posto que, essas populações e grupos encontram maiores dificuldades no que diz respeito às formas de prevenção e isolamento indicados pela OMS e dirigentes sanitárias e de saúde em todo o mundo.

Para Leona, o advento da Pandemia da Covid-19 a fez adotar as práticas de uso de máscara, álcool em gel, restrições de saídas de casa como recomendadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS. A mãe tem dificuldades em cumprir essas práticas, entretanto, “todos da família ficam no seu pé, para ela entrar na linha”. Não toma suco de limão para se imunizar e nem cloroquina e ivermectina.

No Brasil, parece haver um consenso quanto às desigualdades sociais serem uma marca, desde os alicerces da



constituição da nossa história. No contexto da pandemia da Covid-19, parte significativa da população experimenta um cenário de atrocidades. As condições de saneamento básico, à água, grau de exposição às doenças, dentre outros fatores tais como o acesso à saúde, à educação, o desemprego e/ou condições insalubres de trabalho, de moradia, enfim, são diversos outros indicadores de vulnerabilidade, que ampliam o risco de adoecimento e de morte, nomeadamente quando há a interseção de marcadores sociais.

Do ponto de vista espiritual, a doutrina kardecista defende que a Pandemia da Covid-19 é algo que veio “pra mostrar que nós não somos melhores que ninguém, existem ricos e pobres e todos estão morrendo”. Leona faz esta afirmação e argumenta que em termos espirituais, tenta praticar o evangelho, apesar de, muitas vezes, sua vida ser muito corrida e não conseguir fazer “aquela prática tão efetiva”, entretanto, tenta de alguma maneira, manter aquela prática “mesmo que em emanção de prece”.

Diferente do que a interlocutora afirma sobre sua visão acerca da pandemia da Covid-19, e que é corrente em muitas religiões e formas de vivenciar a espiritualidade, a pandemia não foi igual para ricos e pobres. No cenário global, Butler (2020) afirma que o encerramento de fronteiras e as práticas xenofóbicas, os lucros obtidos pelos empreendedores oportunistas, as desigualdades radicais, dentre elas o nacionalismo, a supremacia branca, a violência contra as mulheres e contra a população LGBTQI+ e a exploração capitalista são expressas e apontam o fato da pandemia

da Covid-19 se constituir com diferentes impactos para diferentes lugares, contextos e grupos sociais.

Leona em seu um cotidiano procura seguir os protocolos do isolamento e distanciamento social, trabalha on-line, fica entre as casas dela, da namorada e dos avós que moram sozinhos e ela é a responsável tem um serviço em Teresina chamado “Alô saúde” que regulamenta que existem pessoas que precisam ser responsáveis pelos idosos se eles morarem sozinhos”. As pessoas responsáveis pelos avós de Leona são: ela, a irmã e a mãe. Ela diz que procura ser coerente, porém, vez por outra comete pequenas fugas tais como sair para retirar alimentação em restaurantes, cafés, comidas como sushi, sanduiche, assinala que, “eu dei uma furada na quarentena, fui fazer uma tatuagem (rindo meio envergonhada), confesso”.

O pensamento do camaronês Achille Mbembe contribui para a análise das questões referidas. Ele faz menção às “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2016, p. 146). Com o conceito de necropolítica ele nos ensina que a política da morte empreendida pelo Estado tem o poder de decidir quem pode morrer e quem pode viver. Quais são as vidas que importam e as que não importam?

O acesso negado da cidadania e da dignidade das vidas precarizadas, na interpretação de Mbembe (2016), tem relação intrínseca com o fato de o Estado construir políticas de exclusão selecionando grupos considerados imprescindíveis e outros como abandonáveis. O questionamento em torno de a quem favorece as políticas públicas

de Estado, da postura deste diante das populações com suas especificidades, necessidades e demandas são chaves para pensarmos se um Estado está praticando a necropolítica ou busca contemplar a todos.

O Brasil, no cenário mundial, ocupa um lugar de destaque no que se refere ao número de mortes por Covid-19, a demora e o superfaturamento na compra das vacinas são indicadores de uma necropolítica. Quando refletimos sobre os segmentos sociais é possível estabelecer a indagação de quem pode viver e de quem deve morrer dentro e para a manutenção do sistema capitalista vigente.

O Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, da PUC-Rio, realizou uma pesquisa que demonstra que pretos e pardos morreram por COVID-19 mais do que brancos no Brasil. A investigação analisou a variação da taxa de letalidade da doença no país de acordo com variáveis demográficas e socioeconômicas da população utilizando os dados do Ministério da Saúde. Os dados coletados dizem respeito ao mês de maio de 2020 que apontou a morte por Covid-19 de 55% de pretos e pardos e de 38% de brancos. Observando todas as faixas etárias e níveis de escolaridade, a prevalência maior de percentagem está entre pessoas negras. A relação entre escolaridade e raça demonstrou que pretos e pardos sem escolaridade representam 80,35% de taxa de morte, contra 19,65% de brancos com nível superior².

2 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44 p.



Pensar a categoria analítica emoções no estudo em tela nos faz lembrar Durkheim quando aborda a relação indivíduo-sociedade afirma:

[...] o homem é duplo. Há dois seres nele: um ser individual, que tem sua base no organismo e cujo círculo de ação se acha, por isso mesmo, estreitamente limitado, e um ser social, que representa em nós a mais elevada realidade, na ordem intelectual e moral, que podemos conhecer pela observação, quero dizer, a sociedade. Essa dualidade da nossa natureza tem por consequência, na ordem prática, a irredutibilidade do ideal moral ao móbil utilitário, e, na ordem do pensamento, a irredutibilidade da razão à experiência individual. Na medida em que participa da sociedade, o indivíduo naturalmente ultrapassa a si mesmo, seja quando pensa, seja quando age (DURKHEIM, 1996: XXIII-XXIV).

Ouçamos também Mauss ao abordar a questão da representação, do simbolismo, da teoria da técnica do corpo em que afirma ser esta última “as maneiras como os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se do seu corpo” (Mauss, 2003: 401). Para o referido autor não se pode ter uma visão clara de tais técnicas:

“[...] senão fazendo intervir uma tríplice consideração em vez de uma única, fosse ela mecânica e física, como uma teoria anatômica e fisiológica da marcha, ou, ao contrário, psicológica ou sociológica. É o tríplice ponto de vista, o do “homem total”, que é necessário” (MAUSS, 2003: 405).



Bericat (2000) assinala que o ressurgimento nos anos 1970/80 da análise das emoções enquanto categoria analítica das ciências sociais “busca compreender e explicar inúmeros fenômenos, processos ou situações sociais, assumindo que as emoções são a origem e a base de toda a relação social” (BERICAT, 2000, p.146).

Constata-se o desenvolvimento e ampliação recentes no campo de estudos das emoções entre teóricos europeus e latino-americanos os quais abrangem à sociologia que podem ser encontradas nas teorias como o interacionismo simbólico, perspectivas estruturalistas, teorias dos rituais.

Na esteira das emoções narradas por Leona e ainda com relação à sua convivência com a família, ela diz que mudou em alguns aspectos e em outros não, pois sempre foi muito agitada, não ficava muito em casa, mas com o advento da pandemia “você vai necessitando olhar mais pra algumas coisas, pra ajudar mais dentro de casa”. Sobre a convivência (olhando pra cima, como sinal de reflexão), afirma que é complicado, pois o convívio em sua casa são questões de ordem estruturais, “não foi à pandemia que trouxe as dificuldades”. Sempre estabeleceu excelente relação com a irmã mais nova “nós somos muito parceiras uma da outra”. Sobre esta afirma: “Minha irmã, ela já teve assim alguns processos de vida muito complicado, hoje ela faz psicoterapia”. E acrescenta:

“com a minha mãe, a gente bate muito de frente, e eu sinto que essa pandemia fez ela.. acentuar alguns sentimentos nossos... é... alguns estresses... minha mãe, por si só ela já é muito estressada, muito, muito estressada mesmo (cerrando



os olhos), principalmente conosco e como eu bato muito de frente a gente se estressa muito. A gente teve uma briga muito forte na semana passada, inclusive. Mas, é...eu vejo assim, eu acho que de modo geral, talvez a convivência tenha...tenha ficado mais intensa”. (Leona, 23 anos)

Indagada sobre sofrer algum tipo de preconceito pela sua performance de gênero, assevera que a sua homossexualidade já lhe causou muito constrangimento, tristeza e angústia. Esse sentimento teve início para ela na família. Diz que uma tia referiu-se a si:

“Ah ela é tão bonitinha, como é que ela gosta de mulher? Então parece que, parece que... parece que é como se eu não pudesse ter essa orientação sexual e isso menosprezasse a minha história, vamos dizer assim, então... eu acho que é um preconceito diário, mas é algo que hoje eu não me atenho a perceber”. (Leona, 23 anos).

Para Joan Scott (1989) “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). As dificuldades encontradas por Leona para vivenciar sua performance de gênero lésbica está relacionada com a visão heteronormativa da sociedade ocidental contemporânea, marcada pela perspectiva sexista, machista e patriarcal e a serviço do capital neoliberal. A interseccionalidade está presente na trajetória de vida da jovem entrevistada identifica-se como preta; pertencente à classe social economicamente desfavorecida e assume a performance de gênero lésbica.

Na perspectiva dos movimentos feministas plurais encontramos a leitura da interseccionalidade como uma chave que é boa para pensar o racismo, a homofobia, a aprofobia, a misoginia, a marginalização, o apagamento, a invisibilidade e subalternidade como lugar em que a sociedade quer enquadrar as mulheres lésbicas e, em resumo, a comunidade LGBTQIAPN+.

O feminismo abolicionista para Angela Davis, Gina Dent, Erica Meiners e Beth Richie é:

“um trabalho político que incorpora perspectivas do ‘tanto/quanto’ e vai além da lógica binária do ‘ou/ou’ e da superficialidade das reformas. Reconhecemos a relação entre a violência estatal e individual e, portanto estruturamos nossa resistência adequadamente: apoiando sobreviventes da violência e responsabilizando os agressores; trabalhando tanto local como internacionalmente; construindo comunidades; respondendo às necessidades imediatas. Trabalhamos ao lado de pessoas que estão encarceradas enquanto exigimos sua libertação”. (DAVIS, et al., 2023, p. 35)

O “Abolicionismo. Feminismo. Já”. É uma postura epistemológica e prática que mobiliza e manifesta indignação contra estupro de mulheres e rejeita o aumento de policiamento como resposta. O movimento apoia e constrói mudanças culturais e políticas sustentáveis para acabar com o “capitalismo e a transfobia”. As autoras aludem às práticas não lineares que buscam redução de danos e transformação da olhar da sociedade sexista, patriarcal e machista, heteronormativa e opressiva. O movimento realiza:” práticas coletivas criativas e reflexão que moldam novas visões de



segurança, dando ânimo às paisagens complexas que moldam o feminismo abolicionista” (DAVIS, *et al.*, 2023, p. 36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal consideração do estudo em tela traz à tona a opressão, a homofobia, e a interseccionalidade vivenciada pela entrevistada. A manifestação e expressão das emoções experimentadas e compartilhadas pela interlocutora tem íntima relação com a realidade vivida por outras/os jovens participantes do estudo.

A partir dessa experiência incomum na história da humanidade, os/as jovens entrevistados/as nas investigações realizadas nos diferentes países narraram como o contágio da Covid-19 se espalhou e a existência e gravidade da pandemia se tornaram cada vez mais visíveis, esse vírus tomou conta de suas vidas, de suas famílias e entes queridos, de suas vidas diárias e, inevitavelmente, também de seu futuro. (ABRAMOWAY, *et al.*, 2022, p. 240)

Dentre as múltiplas questões que vieram à tona com o advento da pandemia da Covid-19 destacamos no estudo em tela as experiências mais íntimas e individuais até as mais compartilhadas globalmente. Uma delas são emoções que foram amplamente documentadas em várias sociedades. Com o intuito de explicitá-las observamos na entrevista de Leona que, suas emoções são experiências individuais e coletivas, vivenciadas nas esferas privadas e públicas, e comprovam que emoções são fenômenos sociais, construtos sociais, históricos e culturais cuja relevância possibilita interpretar e dar sentido à própria vida.



REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, Miriam et al (orgs.). *Trajetórias/práticas Juvenis em tempos de covid-19*. Brasília, DF: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2022.
- ALMEIDA-FILHO, N.: Apresentação. In. SANTOS, B.de S. *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. São Paulo, Boitempo, 2021
- BERICAT, E. “La sociología de la emoción y la emoción en la sociología”, *Papers: Revista de Sociologia*, 62, págs. 146-175. 2000
- BERICAT, E “*Problemas sociales, estructuras afectivas y bienestar emocional*”. In REQUENA, A., & . ,1999
- BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J., PASSERON, J.: *El oficio del sociólogo: Presupuestos epistemológicos*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2008
- BUTLER, Judith: *O capitalismo tem os seus limites*. Disponível em: <https://situ.media/2020/03/24/judith-butler-o-capitalismo-tem-os-seus-limites/> Acesso em: 25 de ago. de 2020.
- CLIFFORD, G.: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- DAVIS, Angela et al.(orgs.). *Abolicionismo. Feminismo. Já*. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2023.
- DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- FREIRE, P. *Pedagogia del oprimido*. México, Siglo XXI, 2005



FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre, L&PM, 2017

KOURY, M. G. *Emoções, sociedade e cultura: a categoria de análise emoções como objeto de investigação na sociologia*. Curitiba: Editora CRV., 2009

LUZ, Lila Xavier *et al.* Os jovens brasileiros em tempos de Covid-19. *Revista Princípios* nº 160 nov./2020–Fev./2021 *DOSSIE* DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.008>

MALINOWSKI, B. *Los argonautas del pacífico occidental*. España, Editorial Planeta-De Agostini, S. A.,1986

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. Arte & Ensaios 2016.

PORTELLI, A. “Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral” (L. C. X. Luz, Trad.), *Projeto História*, São Paulo, (15), 1999

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat. Maria Betânia Ávila. Texto original: *Gender: a useful categoria of historical analyses. Gender and THE políticas of history*. New York, Columbia University Press, 1989



JUP DO BAIRRO ENCONTRA
PAUL B. PRECIADO:
ENLAÇAMENTOS
SONOROS NA SINFONIA
DOS CORPOS SEM JUÍZO

FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR

Pintar a rua é performar
Transgredir a regra é performar
Conversar o lugar é performar
Poetar a vida é performar

Colher espinhos é performar
Plantar flores é performar
Provocar em coletivo é performar
Criar novas memórias é performar

Resistir e reexistir é performar
Atravessar a paisagem é performar
Desviar caminho é performar
Amar o outro é performar

Movimentar ilhas é performar
Ensinar com arte é performar
Deslocar a imagem é performar
Cantar o corpo é performar

Estruturar sutilezas é performar
Permanecer vivo é performar
Escutar o som da terra é performar
Dançar, sonhar e voar é também performar

“O artista performa” é o texto de Waléria Américo, antes exibido, para a exposição do verbo performar. De diferentes modos, performamos. Somos performáticos. Uma mensagem textual evocativa dos transgressores, daqueles que vivem de modo poético, os não enquadrados, sem espírito de rebanho. Os rotulados de “anormais”, “doentes”, “desviantes”, “pecadores”, “imorais”, “criminosos”. Na contraluz, fazem história performando. As performances como atos políticos, em discursos críticos, incômodos e arriscados. Ousadias e atrevimentos de uma geração conectada em redes sociais. Arteiros (as) engajados (as) na luta contra os preconceitos e as suas estigmatizações. Arte do oprimido para desconstruir e fazer pensar.

Performances em provocações coletivas. Como consequência, reações conservadoras, violentas, como respostas aos provocadores. A visibilidade dos performers incomoda os reacionários e suas mentalidades fechadas, de marcas fascistas. Estes, remam contra a diversidade da livre expressão das sexualidades. Um campo complexo de conflitos discursivos, disputas entre tendências e interseccionalidades. Raça, classe social, faixa etária, fluidez de gênero e outros marcadores corporificados em indivíduos interseccionados em suas presenças identitárias. Pensemos na travesti negra, pobre e com mais de 50 anos. A colheita de quem assume, em público, a sua diferença, o seu ser dissidente, é espinhosa. A história registra um expressivo número de mortes daqueles (as) que ousaram confrontar os olhos dos poderes integrativos da ordem.

Os performers resistem e reexistem. A resistência como atitude política, munida com as armas da crítica. Investir em valores, apostar em um novo modelo de sociedade, não se deixando cooptar, dominar pelas seduções mercadológicas de um capitalismo e suas neoliberalidades. Nos ecos de Oscar Wilde, ousar dizer o nome de quem se ama. Nos cantos das “vozes transcendentais”, a ousadia e o atrevimento performáticos de uma Luana Hansen, a “marginal imperatriz”, e o seu canto representativo dos (as) que resistem em nome “de todas as vítimas do machismo, da trans/lesbo/homofobia e da heteronormatividade que matam cotidianamente tantas possibilidades de ser” (MOREIRA, 2018). Quando a Joana compartilha que a Vera é a sua amante, ela está performando. No seu “desvio” heteronormativo, conjuga o verbo resistir. Em Recife, “até o trânsito parou” com o beijo dado pelo “boy magia” do Almério. Manifestações afetivas dos performáticos e resistentes amantes.

No objetivo de “escrever diálogos”, uso “uma variedade de pontos de vista”. Abordagens de outros olhares, procedentes dos mais variados campos cognitivos. Exercício dialógico proposto por um “artesanato intelectual” aberto para as visões dos cientistas políticos, dos psicólogos, dos historiadores e dos artistas. Deixando minha mente “se transformar num prisma móvel”, capto luzes do maior número de ângulos possíveis. Com a imaginação liberada, combinamos “ideias que ninguém supunha que fossem combináveis” (MILLS, 2009, p.45).



Atento para “a expositividade de toda a arte”, vivo experiências artísticas que, além de serem prazeres estéticos, constituem objetos legítimos de trabalho sociológico. Momentos nos quais um “comportamento cognoscente” faz uma imersão no movimento das obras artísticas apreciadas para o deleite estético e a imaginação sociológica. No exercício de uma “mediação pensante”, são promovidos enlaçamentos ou entrelaçamentos sociológicos com os campos artísticos. Na perspectiva teórico-metodológica assumida, “fluidificam-se as fronteiras” e são derrubados os “marcos fronteirços” entre as linguagens particulares das ciências humanas, das artes e outros saberes. Na trilha de um pensamento complexo e aberto, o sociólogo, de dentro das ciências sociais, rompe fronteiras e no diálogo com os artistas reconhece que “nenhuma categoria individual isolada pensa a ideia da arte” (ADORNO, 2018, p.130)

Inspirando militâncias e transpirando lutas, “vozes transcendententes” ganham visibilidade no cenário musical brasileiro. Empoderadas, cantam conscientes, em companhia de ritmos diversos. Diversidade sonora representativa dos que fazem o campo LGBTQ+. Para além do entretenimento, artistas atentos(as) aos sinais dos tempos, representam “identidades de gênero na música brasileira”. Transcendência para além do canto alegre, divertido. A cor dos sons não tem só tons rosas. Cantores(as) com consciência ritmada às demandas cidadãs, em respeito aos direitos humanos, no diálogo com os movimentos sociais e vocalizadoras da defesa de uma sociedade democrática, livre das barreiras, estigmas e preconceitos voltados para

quem ousa ser diferente dos padrões comportamentais vistos como normais, legais, morais, saudáveis e não pecaminosos. “Os novos gêneros” musicais brasileiros dão voz e vez àqueles (às) historicamente excluídos(as), invisíveis e criminalizados(as) pelos discursos ordenadores, normatizadores e normalizadores. Os amores marginais ousam cantar os seus nomes, desafinando o coro dos moralistas de plantão. No conteúdo dos seus politizados repertórios, a arte conjuga verbos descortinadores: desvendar, desvelar, desmascarar, desnudar. As máscaras sociais no alvo da desconstrução artística e sociológica.

Johnny Hooker tem a sua imagem na capa do livro “Vozes Transcendentes”, escrito por Larissa Ibúmi Moreira. Uma voz transcendente canta o “amor marginal” e exemplifica a “música brasileira em transe”. Nomes musicais de “afrontamento” e afirmação. É o caso do “orgulho negro gay” de Rico Dalasam e da “Bixa Preta” e “Transviada” da Linn da Quebrada. Nas suas interseccionalidades, a sonorização de ventos fortes soprados por pessoas assumidas. Um “Sou” assumido por Assucena Assucena. Uma bagunça conceitual promovida por corpos sem juízo. Afrontando o pensamento religioso com o seu corpo no mundo dos amantes marginais, impera a vocalização de Erick Barbi: “Ser eu mesmo não é nenhum pecado” (MOREIRA, 2018). Sob o signo da diversidade, Raquel Virgínia, Liniker, São Yantó, Tiely, Luana Hansen, Jup do Bairro, Tássia Reis, Luedji Luna, Paula Cavalciuk, entre outros(as), com as suas narrativas sonoras constroem “os novos gêneros na música brasileira”.

Na sua marginalidade amorosa, Johnny Hooker compõe textos musicais definidores do que seja coerção social. Um conceito sociológico clássico, sentido na pele por quem ousa afrontar os padrões sociais de normalidade. A sociologia da integração com o foco no bom funcionamento da sociedade. Os desviantes, outsiders, são vistos como disfuncionais. Na promoção de enlaçamentos sociológicos, o uso de canções em salas de aula, em diálogo com outros textos, auxilia na compreensão dos significados das definições básicas das iniciações sociológicas. Para ilustrar a proposta metodológica, indicamos a escuta de “Flutua”, faixa do disco “Coração” (2017). Lutar com as palavras contra os preconceitos e pela livre expressão sexual. Um canto ousado, atrevido e desafinado em relação ao coro dos “normais”, os arautos da moral e dos bons costumes. O discurso musical, claro e direto, é cantado em dueto com Liniker, outra voz transcendente. Firmeza e fortaleza no afrontamento sonoro de Johnny Hooker. Em tatuagem corporal, ele carrega no seu pulso o ensino da Avó Gilce: “Firme e forte feito um touro”. A letra é taurina:

O que vão dizer de nós?
Seus pais, Deus e coisas tais
Quando ouvirem rumores do nosso amor?
Baby, eu já cansei de me esconder
Entre olhares, sussurros com você
Somos dois homens
E nada mais
Eles não vão vencer



Baby, nada há de ser em vão
Antes dessa noite acabar
Dance comigo
A nossa canção
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer nos dizer como
Amar
Entre conversas soltas pelo chão
Teu corpo teso, duro, são
E teu cheiro que ainda ficou na minha mão
Um novo tempo há de vencer
Pra que a gente possa florescer
E baby amar
(amar) sem temer
Eles não vão vencer
Baby nada há de ser em vão
Antes dessa noite acabar
Baby escute
É a nossa canção
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer
Nos dizer como amar
Como amar, como amar
Ninguém vai poder querer
Nos dizer como amar

No álbum “Eu vou fazer uma macumba pra te amarrar, Maldito!”, Johnny Hooker afronta os (as) religiosos (as) combatentes do que eles (as) chamam de “falsas doutrinas”, ou seja, as religiões de matriz africana. O candomblé e a Umbanda como alvos de preconceitos e violências

religiosas. No concorrencial mercado religioso, os (as) macumbeiros (as) vistos (as) como falsos (as) doutrinadores (as). Cantando os seus marcadores identitários e suas intersecções, Hooker invoca os Orixás: “...Eu vou chamar Iansã e Ogum e Oxalá”. Conta com a proteção das entidades sagradas para livrá-lo da perseguição dos (as) desafetos do seu desejo e amor marginais. Diante dos (as) que maldizem seu nome, chamando-lhe de Satanás, julgando os seus “pecados proibidos”, o seu “caso imoral”, Hooker desbunda, carnavaliza, assume, se joga, se arrisca e afronta os (as) que matam em nome de Deus. Para estes (as), canta exaltando os seus guardiões: “Quem me protege é o meu, o meu Orixá/ o meu Orixá, o meu Orixá”, “nos corpos dos homens que ameí”.

Na “partilha do sensível”, os desdobramentos das exposições das formas artísticas. Destaco as musicais, expostas pelas “vozes transcendententes”. Nas suas inserções sociais, são regidas por intenções. Transcendem ao ato de cantar. As performances e “os tipos de inserção social dos artistas”. Realço os que conjugam o verbo afrontar. Entro em um campo de tensões no qual as intervenções políticas, submissas “às manobras de dominação”, colidem com os feitos dos atores “de emancipação”. Cantos tortos, cortantes, em diversas tonalidades. Corpos em movimentos, posicionados em práticas interventivas e maneiras de fazer artes. Estas passam a serem percebidas e pensadas sobre o como “refletem estruturas ou movimentos sociais”. Partilhas estéticas e politicidades sensíveis servindo em tempos históricos diversos. Fazeres artísticos,

suas “formas de visibilidade” e “modos de pensabilidade” articulados no pensamento dos (as) artistas transviados (as) (RANCIÈRE, 2009).

“Eu posso não ser o príncipe encantado do meu príncipe encantado, mas eu sou...” Rico Dalasam. “Orgunga, orgulho negro gay”. O “Neguin” “sem tédio”, “filhote de bamba, terror dos mambembe” que, no seu “tum-tum-tum”, dispara: “Negros gays rappers, quantos no Brasil?” D-A-L-A-S-A-M vocaliza a sua interseccionalidade, dá o seu close e lembra do seu brilho. Na sua rádio, anda se perguntando: “mudou como?” No seu “sol particular”, expressa amorosidade: “all you need is love”. Duro na queda, não deita “pra nada” e canta o drama de quem clama por aceitação. This is Rico Dalasam.

A “Mulher” de Linn da Quebrada “tá sempre em desconstrução”. É uma “trava feminina”, evocativa da Geni buarquiana. “Ela tem cara de mulher, ela tem corpo de mulher/ Ela tem jeito, tem bunda, tem peito/ E o pau de mulher!”. Se no cotidiano, ela é estigmatizada, invisibilizada, no som transcendente é exaltada, aplaudida. Sonoridade afirmativa na conjugação do verbo desconstruir. Gente brilhante, arteira, em exercício de cidadania na batalha por respeito e dignidade. Na intervenção política do artista, em uma “politicidade sensível”, performa na sua “pensabilidade” musical (RANCIÈRE, 2009). No seu arraso tonal, Linn aplaude as suas bixas travestys e pretas: “Bato palmas para as travestis que lutam para existir/ E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar/ Batam palmas para as travestis que lutam para existir/ E

a cada dia batalhando, conquistar o seu direito de/ Viver e brilhar, e arrasar...”.

No dicionário da vasta e complexa sigla LGBTI+..., encontramos uma lista de palavras criadas para expressarem “a possibilidade de diferentes modos de vida”. Vocábulos e noções sintonizadas com a sustentação democrática e seus tons dissonantes. Verbos a serem incorporados e “admitidos nos termos que governam a realidade”. Expressões gestadas no desenvolvimento de “um novo léxico legitimador para a complexidade de gênero com a qual temos vivido por muito tempo” (BUTLER, 2022, p.58). Na reivindicação dos seus “direitos sexuais”, a voz transcendente de Linn da Quebrada conjuga o verbo “enviadescer” no tempo presente. Na sua composição musical, reflete um coletivo em transformação: “Tão todes enviadescendo”. Na “experiência que temos de nós mesmos”, relacionada aos discursos impostos como verdadeiros sobre o que somos, rebenta um questionamento: O que “o sujeito faz de si mesmo”? (FOUCAULT, 2016). “Que fizera eu de mim?” (LISPECTOR, 2020, p.52). A “bixa” Linn da Quebrada canta: “Enviadesci/ enviadesci/ E agora, macho alfa/ Não tem mais pra onde fugir/ Enviadesci/ Enviadesci/ Já quebrei o meu armário/ Agora eu vou te destruir/ Porque antes era viado/ Agora eu sou travesti”.

Na perspectiva de “construir conhecimento coletivamente”, as ciências sociais entram com os seus saberes e abertas, dialogam com outros campos de conhecimento e assessoram as práticas dos movimentos sociais. Modos de conhecer, em conexões, que saem dos muros



universitários. A pesquisa social vista como “campo de contestação” e desconstrução, em um contexto capitalista global, marcado por um neoliberalismo inserido em uma compreensão teórica sobre “a colonialidade do gênero”. Crítica a um colonialismo, ao patriarcado e suas consequências. “Corpos do sul” em tempos de mudança e discussões sobre masculinidades. Nas compreensões teóricas, os enlaçamentos entre o pensamento feminista e as “vozes transcendentais”. “Corporificação social” e “mulheres transexuais” nas análises da “colonialidade do gênero” feitas por Raewyn Connell em sintonia com as vocalizações corpóreas transviadas, “sem juízo”, afrontadoras, marginais e diversas nos “novos gêneros na música brasileira”. Imagino um encontro entre a analista das “dinâmicas do gênero”, dos “homens e masculinidades”, das “mulheres transexuais” e as “bixas pretas”, orgulhosas e vocalistas dos direitos de serem elas mesmas. “Em termos reais”, a socióloga é trilhada por sons afinados com a tessitura de novas vidas e a possibilidade de outras políticas (CONNELL, 2016).

“Agir em conjunto” no enfrentamento das questões referentes aos “limites da autonomia sexual”. “Regulações de gênero”, “redesignação sexual”, “transexualidade”. Fazer justiça a alguém violentado por causa das suas dissidências, em particular os “dissidentes de gênero”, os “geneticamente de outra maneira”. Desfazer e desdiagnosticar são verbos a serem conjugados pelos agentes individuais e coletivos comprometidos com o ansiado reconhecimento da multiplicidade e diversidade das “expressões de gênero”



e “identidades sexuais”. Prazeres e dores nas “confissões corpóreas” (BUTLER, 2022). Corpos que dão romances e motivam composições musicais. Na sua rebeldia, Jup do Bairro é resistente, insistente e existente. No seu comprometimento corporal com mudança, transgride no seu canto torto, cortante: “um corpo sem juízo, que não quer saber do paraíso, mas sabe que mudar o destino é o seu compromisso”.

A “nossa personalidade individual” e a sua inviabilização diante das “normas sociais” coercitivas. As nossas existências sob a coerção de “desejos” carregados por normalizações não originadas nas nossas personalidades individuais. Uma sociedade coercitiva, segundo as lentes sociológicas clássicas de Émile Durkheim. Uma introdução à sociologia no “desfazendo gênero” de Judith Butler. Viabilizar o desejo originado na pessoa individualizada está nos horizontes existenciais de quem questiona “o fim da diferença sexual” (BUTLER, 2022). No inferno dos outros coercitivos, reguladores, heteronormativos, as “vozes transcendentais” dos “novos gêneros na música brasileira” estão afinadas com “a questão da transformação social”.

Desejo, normas sociais e a questão do poder, em suas implicações e amarrações, suscitam perguntas de teor humanístico, feitas pelos que têm “opções abomináveis”. Espaços para as vidas de quem deseja “de certas maneiras”, para quem é de “certo gênero”. Uma luta por expansão humanitária para incluí-las, reconhecê-las para terem uma existência social. “Como parte da humanidade”, qualificáveis como seres humanos, demandam por reconhecimento,

afirmam as suas capacidades de viverem e querem usufruir de vidas vivíveis (BUTLER, 2022).

Em uma “relação crítica” com os constrangimentos normativos, entram em cena os movimentos pela abertura da “possibilidade de diferentes modos de vida”. Nas “tarefas de persistência e de sobrevivência”, os agentes transformadores objetivam “estabelecer condições mais inclusivas para o acolhimento e a manutenção da vida” (BUTLER, 2022). Nas trilhas críticas das normalizações corpóreas, “vozes transcendentais” ecoam afinadas com o desfazer e o desconstruir conjugados por Judith Butler. Na resistência musical, o toque geracional de Yantó vocaliza mudanças. Em “Gato”, canta um “bichano menino”, um “Adão feminino”. Uma mensagem sonora cantada para desnaturalizar o que é engendrado socialmente: Me faz revolução/ Diz que tudo mudou/ Que eu sou de outra geração/ Que a discussão andou/ E o binarismo é uma prisão/ O corpo abandonou/ Todo tabu e obrigação/ E a blogueira falou/ Que todo gosto é construção.

Na perspectiva de desconstruir e pluralizar os gêneros, encaramos diferenças e desigualdades. O poder, atrelado ao gênero e sexualidade, enfrenta um questionamento: “afinal, quem é diferente?” No contexto educacional, cabe a reflexão sobre “a construção escolar das diferenças”. Na fabricação destas, sexismo e homofobia na prática educativa. No foco educativo, “a escolarização dos corpos e das mentes”. No tocante ao “gênero da docência”, a pesquisa remete às “representações de professoras e professores”. As “pedagogias feministas” entram no campo das

práticas educativas e analisam as proposições de “uma prática educativa não sexista”. Com relação a uma “educação sexual”, desponta uma histórica pergunta: “o que fazer?” Na complexidade dos tópicos a serem abordados, incluindo epistemologia, os educadores encaram desafios, subversões, tensões e alianças (LOURO, 2014).

A Música Popular Brasileira tem a sua história sexual. Na “evolução do amor e do sexo” no nosso cancionário, temos um capítulo especial, em um “ambiente diferente”: “os gays na MPB”. Canções desvendadoras das máscaras sociais, tonalizando o que está “por debaixo dos panos” (FAOUR, 2006). Sons narradores dos trânsitos, viradas e fluidezes das nossas trajetórias sexuais. Homens virando lobisomens. No contexto da “ditadura militar” no Brasil, a “música popular cafona” dá voz para “pederastas, maconeiros e prostitutas”. Eles não são cachorros, não, para serem humilhados. A viagem sonora leva o ouvinte para a “galeria do amor” dos tempos em que Agnaldo Timóteo cantava “perdido na noite” (ARAÚJO, 2005). Nos serviços de streaming digital, playlists públicas disponibilizam repertórios “MPB LGBTQIAP+”, “Pop Brasil LGBTQIA+”, “Paredão LGBT* para sarrar e descer até o chão”. Na curtição dos seguidores, as vozes de Getúlio Abelha, Pablio Vittar, Gloria Groove, A Travestis, entre outros nomes dos rádios, paredões, batidões, pagodões e hits como o “murro na costela do viado”.

Na aula de sociologia, os “usos de canções como estratégia didática interdisciplinar” amplia a compreensão sobre “o que socialmente se construiu sobre os sexos” (BODART,

2021). Em críticas textuais e contextuais, os compositores, como intelectuais da cultura, são enlaçados pelo pensamento sociológico. No ensino e nas suas análises, os exercícios críticos musicais acompanham a imaginação sociológica (NAVES, 2010). Através das suas produções, os artistas veem, entendem e agem. Comunicadores, protagonizam “ações artísticas ativistas” (HUCHET, 2023). No ativismo artístico, os cantores (as) exibem posições políticas sintonizadas com uma “crítica da colonialidade” e seu “esforço de iluminar o que fica no canto” de um “Brasil sombreado pelo efeito da colonialidade do poder e do saber”. As mulheres indígenas, os feminismos diversos e o “estudante negro, gay e baiano” são defendidos por vozes dos campos artísticos e acadêmicos, críticas da “mission civilizatrice do mundo branco” (SEGATO, 2021, p.11).

Desbinarizar na audição do “som do mundo desmoronando”, em um “processo de fabricação da morte”, “em capital morto” de um neoliberalismo de “destruição capitalista e petrossexorracial da vida”. “Ferides” violentados e a rica “disforia” “contra a norma” protagonizada pelos “santos e bruxas feministas, queer e trans”. “Resistência política” e “cultura dos dissidentes”. “Malditos” na acolhida de um “otimismo revolucionário”. Na “carta aos nove ativistas”, fala o “corpo vivo em rebelião”. Na capacidade “de tanta ternura no meio dessa guerra” e em partilhas do sensível, enlaço pensadores e “vozes transcendentais” na luta contra os “ideais políticos patriarcoloniais”. Paul B. Preciado sintoniza com o som da voz transcendente de Jup do Bairro. Um terno guerreiro a evocar a clássica Simone



de Beauvoir. Na sua batida sonora, Jup carrega as suas referências filosóficas, políticas e antropológicas:

O que pode um corpo sem juízo?
Quando saber que o corpo abjeto se torna um
Corpo objeto e vice versa?
Não somos definidos pela natureza assim que
Nascemos,
Mas pela cultura que criamos e somos criados
Sexualidade e gênero são campos abertos de
Nossas
Personalidades e preenchemos conforme
Absorvemos elementos do mundo ao redor
Nos tornamos mulheres – ou homens
Não nascemos nada
Talvez nem humanos nascemos
Sob a cultura, ação do tempo, do espaço,
História, geografia, psicologia, antropologia,
Nos tornamos algo
Homens, mulheres, transgêneros, cisgêneros,
Heterossexuais,
Homossexuais,
Bissexuais e o que mais quisermos, pudermos
Ou nos dispusemos a ser
O que pode o seu corpo?



REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *A arte e as artes: Primeira Introdução à teoria estética*. Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo, 2018.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro, não: Música Popular Cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BODART, Cristiano das Neves. *Uso de canções no ensino de sociologia*. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2021.

BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

FAOUR, Rodrigo. *História sexual da MPB: A evolução do amor e do sexo na canção brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e verdade: Curso no Collège de France (1980-1981)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

HUCHET, Stéphane. *A sociedade do artista: ativismo, morte e memória da arte*. São Paulo: Editora 34, 2023.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MOREIRA, Larissa Ibúmi. *Vozes transcendentas: Os novos gêneros na música brasileira*. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

NAVES, Santuza Cambraia. *Canção popular no Brasil: A canção crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PRECIADO, Paul B. *Dysphoria mundi: O som do mundo desmoronando*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: Estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.





HOMOSSEXUALIDADES
E/NO SUL GLOBAL:
ALGUMAS APROXIMAÇÕES
E DISTANCIAMENTOS

FERNANDO JOSÉ MARTINS

VERA FÁTIMA GASPARETTO



*[...] Eles não vão vencer
Baby, nada há de ser em vão
Antes dessa noite acabar
Dance comigo a nossa canção
E flutua, flutua
Ninguém vai poder querer nos dizer como amar*
(Johnny Hooker; Liniker e os Caramelows, 2017).

INTRODUÇÃO

Ao afirmarmos nosso local de existência enquanto pessoas latino-americanas, nossa busca e produção de episteme, tentamos não tomar de forma ingênua a existência de uma universalização de determinadas teorias e formas de compreender o mundo e seus sujeitos, como Resende (2019) pontua nos estudos do campo discursivo. Isto não busca rejeitar teorias e discussões que têm contribuído em diversos campos e foram produzidas em outros contextos como no norte Global, pelo contrário, aquilo que tem potencial de contribuir deve ser aproveitado, mas é crucial buscarmos pela coerência da adaptação ao nosso contexto, ao nosso recorte no mundo (Resende, 2019). Ao olharmos para nossa existência pelo proposto pela autora, passamos a entender a singularidade de nossos seres no mundo, e singularidades precisam de abordagens singulares também, sejam novas perspectivas em teorias nos livros e artigos, pesquisas ou práticas, etc.

A valorização do Sul Global, local onde estamos inseridos, é a oportunidade de vermos o mundo de uma nova maneira. Como Torre-García (1943 *apud* Gasparetto, 2019,

p. 183) propõe sobre mudança de perspectiva do nosso contexto e explica o termo Sul Global:

[...] uma mudança na forma de olhar e valorizar a história, as experiências, as lutas e os modos de vida das populações que habitam o lado debaixo da linha do Equador, denominada de Sul global, em especial sobre a vida das mulheres e de suas organizações e lutas.

Tentar mapear e descrever todas singularidades seria uma tarefa impossível, nenhum ser humano LGBTQIA+ ou não é igual a outro. Em mil pessoas ou grupos deve haver, no mínimo, mil diferenças. Portanto, o presente capítulo não se propõe a tecer inúmeras similaridades ou distanciamentos em vários grupos, em linhas gerais, 3 contextos são colocados em perspectiva: Brasil, no qual é pretendido apresentar alguns marcos e discussões da questão da homossexualidade no país; Bolívia, na qual os Maricas¹ travam suas questões de forma política e de existência por meio de resignificação e resistência; e Moçambique, onde a Associação Moçambicana para a Defesa das Minorias Sexuais (LAMBDA) busca reivindicar direitos da comunidade homossexual que aparece pouco em espaços de discussões.

Da aproximação dos diferentes lugares, espera-se a visualização e valorização de contextos com aspectos históricos em comum, como a colonização, e a resistência para a sobrevivência do seu povo, mas que também

1 A ser discutido adiante no texto, o termo refere-se à escolha de uma palavra para abraçar as origens de homens homossexuais na Bolívia. A identificação é também motivada pela não-identificação com o termo "gay".



são formados por distanciamentos que criam nossas singularidades.

HOMOSSEXUALIDADE E SUL GLOBAL: PERSPECTIVAS EM FOCO

A constante trajetória LGBTQIA+ no Brasil é marcada por diversos elementos e eventos que mudaram, mudam e mudarão a sociedade. Na realidade, não apenas a rota LGBTQIA+ é uma trajetória, usando de eufemismo, tempestuosa. Como relatou e questionou Silva (2023) há pessoas que dizem que o Brasil é um país pacífico, mas a quem a pacificidade chega? Pois como a professora exemplifica, nosso país é um país que historicamente escravizou e assassinou milhares de corpos africanos e de povos originários. Tais exemplos históricos reforçam a necessidade do povo brasileiro reagir e não ser apático aos desafios e lutas, o que tem construído diversas formas de resistência do nosso povo, como destacam Nogueira, Pereira e Toitio (2020, p. 166):

O povo brasileiro não se forjou apático aos seus dilemas históricos. As lutas dos indígenas, dos negros e negras, do operariado, do movimento estudantil, de camponeses, das mulheres e das LGBT sempre se apresentaram como sinais claros de que a única via possível para construir uma nação para o seu próprio povo é a resistência.

Anualmente, são feitas divulgações de dados que são assustadores para a sociedade e comunidade LGBTQIA+. Um exemplo são os dados levantados e divulgados pelo Dossiê de Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil, um



dossiê de parceria entre Acontece Arte e Política LGBTI+, ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). O Dossiê mais recente, divulgado no ano de 2023, mapeou as mortes de 2022 e ainda uma parcial do início do ano de 2023. Em relação a 2022, o Dossiê (2023) divulgou o total de 273 mortes, e quando lançado ainda no primeiro semestre do ano, contava com uma parcial até o mês de abril de 2023 em que 80 mortes já haviam sido contabilizadas.

A partir dos dados apresentados, percebe-se que o Brasil é, ainda, o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo (Dossiê, 2023). Ainda, os dados são levantados de maneira autônoma entre grupos que se interessaram na questão, não há, por exemplo, apoio governamental para os mapeamentos e levantamentos dos casos que devemos lembrar: são vidas interrompidas.

Os avanços da comunidade LGBTQIA+ são grandes e importantes conquistas para as existências e resistências nos diferentes espaços e devem ser celebrados, mas também devem deixar espaço para que percebamos que ainda há muito o que fazer por muitas pessoas, por nós que estamos neste momento tendo a oportunidade de pesquisar e agir, por aquelas e aquelas que já estiverem e, também, por aquelas e aquelas que virão.

É válido lembrar também que como Fairclough (2001) destaca nos estudos do discurso e social, não devemos achar que uma vez conquistados, nossos direitos e avanços estão garantidos de forma vitalícia. Basta lembrarmos do



caso do casamento homoafetivo que desde 2011 "estava conquistado" quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a união de pessoas do mesmo sexo se igualaria ao casamento de pessoas de sexos diferentes, mas no ano de 2023 o assunto retornou a repercutir e tornou-se pauta de votação, correndo o risco de retrocessos. O caso nos mostra como nossas lutas devem ser constantes, que devemos estar atentos e atentas para que possamos seguir em frente.

Um outro ponto que deveríamos levar em consideração quando buscamos entender as lutas da comunidade LGBTQIA+ é que se trata de uma luta historicamente de classe, como Nogueira, Pereira e Toitio (2020, p. 150) escrevem:

A luta LGBT tem um caráter de classe. No capitalismo dependente, a luta LGBT é marcadamente uma luta popular que envolve a recusa à estrutura patriarcal, capitalista e racista da formação social brasileira e a busca por afirmação dos direitos civis, políticos e sociais dessa parcela da sociedade.

Para exemplificar a questão de classe, olhemos para a revolta do Ferro's bar em 19 de agosto de 1983, uma revolta protagonizada por mulheres lésbicas que vendiam o boletim "Chana com Chana". Para exemplificar o ato, o seguinte trecho é extraído do boletim original:

Nessa noite, quiseram expulsar as colegas, mas nós não deixamos e elas ficaram, jantaram e pagaram a conta como sempre costumam fazer, pois, para uns e outros, embora não passemos de cães sarnentos, nosso dinheiro

não transmite nossa doença. E eles sabem fazer um bom uso dele, na compra do carro zero km, no estudo do filho no exterior, etc² (São Paulo, 1983).

O trecho histórico nos lembra como por exemplo a discussão do *Pink Money*³ e o uso das nossas pautas sendo comercializadas deve ser algo presente, pois muitas vezes, como a fala da revolta do Ferro's bar ressalta, o dinheiro interessava, era utilizado para aquisições e outros usos dos proprietários de estabelecimentos, mas ceder espaço para corpos de sexualidade diversa (também clientes) "já era demais".

Outros aspectos que valem a pena destacar acerca da noite da revolta é o contexto histórico e as protagonistas. O Brasil ainda vivia anos de repressão pela ditadura, muitas das violências ocorridas na época são conhecidas por nós, e nesse período, um grupo de mulheres lutou e enfrentando múltiplas ameaças, resistiu e fez história. O fato do evento ter sido protagonizado por mulheres também é algo que deve ser enfatizado, uma vez que historicamente homens gays tiveram mais visibilidade, é necessário compreendermos a pluralidade e diversos protagonismos das letras da sigla LGBTQIA+, como o reconhecimento da revolta, sem que façamos um apagamento de gênero.

Em relação à participação mais ativa de homens gays

- 2 Texto do boletim original, disponível em: <https://gay.blog.br/wp-content/uploads/2017/08/19deagostolivreto-120828140253-phpapp02.pdf>. Acesso em 22 de mar. de 2024.
- 3 Termo utilizado para se referir ao poder de compra nas mãos de pessoas LGBTQIA+.



nos avanços da comunidade, Nogueira, Pereira e Toitio (2020) explicam o porquê da possibilidade da presença dos homens ser maior: a divisão sexual do trabalho, o que muitas vezes colocou e ainda coloca a mulher em desvantagem, como descrevem Nogueira, Pereira e Toitio (2020, p. 128-129):

A divisão sexual do trabalho, que remete a mulher ao espaço privado-doméstico e o homem para o espaço público-produtivo, possibilitou o protagonismo dos homens gays na organização do movimento político contra o heterossexismo. Por consequência, a voz e os interesses gays passaram a predominar diante dos outros segmentos, os quais construíam aos poucos uma identidade coletiva própria.

Destacamos que os avanços feitos pelos homens gays são de grande importância para a comunidade de forma geral, o objetivo é exemplificar como que algumas possibilidades foram possíveis a alguns e a outros não, e não menosprezar uma luta pioneira de grande contribuição no passado, presente e futuro.

Eventos como a até então Parada Gay, hoje mais referida como Parada LGBT ou da Diversidade, são exemplos de como os movimentos na década de 1990 continuam sendo importantes nos dias atuais. Como Golin (2017) comenta, há quem, mesmo dentro da própria comunidade LGBTQIA+ se manifeste contra as Paradas, mas é também por meio do movimento que muitas questões da agenda são abordadas e ganham visibilidade, uma vez que temas são retratados nas Paradas e reivindicam questões sociais, de acordo com Golin (2017, p. 76):



A grande visibilidade política conquistada pelo movimento LGBTQTT se deve em grande parte às paradas [...]. A decisão do STF, de reconhecimento das relações homossexuais, é o reflexo das paradas que acontecem em todo o país. Junto a isso, as paradas também vêm provocando um debate que ultrapassa os locais fechados e tradicionais.

Os parágrafos anteriores, brevemente, abordaram a questão de ser e resistir enquanto existências dissidentes no Brasil, uma questão constante de, como diz um termo popular entre a comunidade LGBTQIA+ sobretudo na internet, "não deitar" para os tempos que nos impedem de ser. Olhemos agora para outra existência singular e algum de seus desdobramentos, o grupo "*Maricas Bolívia*".

MARICAS BOLÍVIA

"*Marica*", "*maricón*" ou "*maraco*" é como um movimento de homens na Bolívia prefere ser chamado ao invés do termo "gay". *Nacion Marica* (2019) pontua alguns dos motivos que os levam à escolha, como por exemplo, a própria palavra ser em inglês, um outro idioma, quando em suas origens indígenas e históricas, há opções, como os três termos que iniciam o parágrafo. Já no Brasil temos percebido o uso de termos como "bicha" também de forma política e de ressignificação.

Além disso, o grupo boliviano também acredita que o termo "gay" está imbricado a estereótipos "do que se espera" de homens homossexuais a partir da já mencionada e perigosa universalização. A universalização tem

como "expectativa", por exemplo, um ideal de corpos: brancos, magros ou malhados e, além das características físicas, há também a questão do poder aquisitivo. O grupo boliviano discorda de tais exemplos por serem homens com corpos não-brancos que não estão nos ideais do universal, por morarem no sul Global, por serem corpos indígenas e de condições aquisitivas que não se identificam com o poder de compra que a mídia, por exemplo, muitas vezes prega sobre casais do mesmo sexo.

Outra vez, Nogueira, Pereira e Toitio (2020, p. 76) podem nos exemplificar como que a questão do ser universal (cis, branco etc) e de classe média alta constitui um caráter de classe dentro da questão LGBTQIA+:

A homonormatividade forjou a construção de uma cultura LGBT [...]. Trabalhadoras travestis, transexuais, "bichas" afeminadas, "sapas" masculinizadas etc. estão constantemente em empregos precários e informais, porque não podem acessar uma série de empregos que garantem certos status sociais. O fato de fugirem muito do padrão heterossexista é uma desvantagem na hora de conseguir os melhores empregos; o que muitas vezes leva trabalhadoras/es LGBT a se submeterem a trabalhos estressantes, repetitivos e mal remunerados (como telemarketing, salões de beleza e atendimento em loja).

A partir da questão pontuada, é possível perceber que muitas vezes as referências para a comunidade LGBTQIA+ são heteronormativas, ou que implicam ainda em parâmetros como a forma "que nós deveríamos" falar, agir, ser, vestir ou discutir sobre determinados assuntos. É nessa



discordância que o *Maricas* valoriza e reivindica sua forma de pertencer ao mundo *Nacion Marica* (2019).

Por meio da linguagem, seja ela verbal ou não, damos nomes às coisas e pessoas, atribuímos significados "bons" ou "ruins" aos termos, entretanto, a língua é um sistema em constante movimento, onde podemos observar, por exemplo, a ressignificação de termos. O que costumava ser palavras "de xingamento" hoje pode ser ressignificadas e dar orgulho e localizar de forma política e deleitosa, como o exemplo de 'bicha' ou 'viado'.

Na compreensão da linguagem enquanto ferramenta de emancipação e localização identitária no mundo, sobretudo enquanto existências no/do Sul Global, o Movimento Maricas da Bolívia criou um dicionário onde há 25 termos comuns na comunidade. De forma política e com exemplos, o material descreve alguns termos, como o próprio "*Maricón*": "El maricón es el homosexual infractor. El niño, el adolescente, el hombre que transita la vida infringiendo las normas sociales y declarando abiertamente su inconformidad⁴" (Carita; Gonzales; Guzmán, 2014, p. 46).

A apresentação do grupo boliviano nos ressalta a questão da particularidade e resistência de grupos que compartilhamos aspectos em comum, como origens latino americanas e estratégias encontradas para continuar buscando e garantindo seu espaço na sociedade. Para ampliar a discussão e buscar traçar mais singularidades, olhemos agora para um contexto em outro continente, Moçambique, mas

4 "O Marica é o homossexual infrator. O menino, o adolescente, o homem que passa a vida violando as normas sociais e declarando abertamente sua inconformidade" (traduzido pelos autores).



também historicamente e geograficamente (ao Sul Global) em diálogo com Brasil e Bolívia.

CONTEXTUALIZANDO A CENA EM MOÇAMBIQUE

Enquanto pesquisador/a de fora de um determinado contexto, devemos lembrar o perigo da generalização, e então, buscar entender que a África é integrada por 55 países, e isso implica diferentes lugares e características, que embora a história tentou marcar como lugar de "não civilizados", um pagamento de agências criativas e inovadoras. No que diz respeito a homossexualidade, o preconceito existe em África assim como existe em todos cantos do mundo.

Assim como existem também a luta das pessoas para existir e serem reconhecidas nos seus pertencimentos, pois o que acontece em África assemelha-se a outros contextos socioculturais, onde há preconceito mas também há lutas para continuar resistindo (Rea; Paradis; Amancio, 2018). Uma das formas de resistência é por meio do ativismo, que é variado e pode ser realizado por meio do falar, mas também por meio do silêncio que vem a possibilitar mais segurança, como Ndasche (2018, p. 78) explica:

Diferentes países no continente se encontram em diferentes fases do ativismo. Alguns países não têm movimentos para falar e a postura de “não pergunte, não conte” (*Don't ask, don't tell*) permanece a única forma de ativismo [...] A afirmação “a África é um continente, não um país” se torna mais importante onde a história única continua a permear o ativismo LGBTI no continente, ou seja, a



ideia de que o ativismo não existe, que somente existe homofobia.

Os estudos endógenos acerca das organizações de mulheres feministas e das questões LGBTQIA+ em Moçambique são recentes. Os estudos realizados no âmbito da pós-graduação foram a partir de instituições acadêmicas fora de Moçambique, realizados por Maria Judite Mario Chipenembe (2018) e Nelson André Mugabe (2015). Na sua tese de Doutorado intitulada *Sexual rights activism in Mozambique a qualitative case study of civil society organisations and experiences of “lesbian, bisexual and transgender persons”*, Chipenembe (2018) argumenta que as organizações da sociedade civil desempenham um papel importante na luta pelo reconhecimento da diversidade sexual na região da África Austral, no entanto, pouco é relatado em Moçambique. Seu trabalho, baseado em entrevistas com ativistas LGBTQIA+ ligadas à LAMBDA que se constitui como uma organização que advoga pelo reconhecimento dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+, com ações voltadas para diversas áreas, como a pesquisa e produção de conhecimento sobre questões LGBTQIA+, advocacia e monitoria de políticas públicas, explora o impacto das estratégias globais, seus discursos de saúde pública e financiamento no ativismo de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Baseada num referencial feminista pós-colonial, na interseccionalidade, nos estudos de e *queer*, Chipenembe (2018) identifica categorias, formas de opressão



e violência nas narrativas das pessoas envolvidas na pesquisa e, defende que apesar da implementação da Declaração de Direitos sobre orientação sexual e identidade de gênero em Moçambique, as narrativas de saúde pública global, suas estratégias discursivas sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos (DSR) reforçam um contexto de “violência normativa” (Chipenembe, 2018, p. 13). De acordo com a autora, essa prática discursiva capacitou ativistas, partes interessadas de organizações feministas e de direitos humanos para falar sobre gênero, violência e a população de homens que fazem sexo com homens. Porém, mulheres que fazem sexo com mulheres foram invisibilizadas, o que limitou a experiência de organizações da sociedade trabalhando com “lésbicas” e “bissexuais” (Idem).

Na sua dissertação, “Marcadores de diferença e jocosidade entre sujeitos LGBTQIA+ na cidade de Maputo”, Nelson Mugabe (2015) partindo do referencial sobre os marcadores sociais da diferença analisa a produção de hierarquias, desigualdades e discriminações entre sujeitos LGBTQIA+ em Maputo, com base numa pesquisa de carácter etnográfico. Segundo ele:

A análise das intersecções de género, raça, classe social, idade e sexualidade demonstra que os sujeitos LGBT em contextos de sociabilidades, e mesmo nas relações sociais, constroem hierarquias e formas de discriminação, que por sua vez geram sentimentos tais como a humilhação e o desprezo” (Mugabe, 2015, p. 8).

Sua pesquisa apresenta o modo como esses marcadores impactam sujeitos LGBTQIA+ na dinâmica de sociabilidade e legitimidade do que é ou não valorizado nas suas escolhas. Mugabe (2015) observa o quanto o uso do humor, da jocosidade, e da informalidade constroem moralidades e ironias, que reforçam esses marcadores sociais das diferenças entre os sujeitos LGBTQIA+.

Em relação à LAMBDA, ela surge em 2006, através da iniciativa de um grupo de pessoas homossexuais, ao verificarem que os direitos LGBTQIA+ não faziam parte de nenhuma agenda política em Moçambique. Essas vozes começaram a exigir seus direitos, baseando-se no artigo 35 da Constituição da República do país, que proíbe qualquer tipo de discriminação e prevê a igualdade de todas as pessoas perante a lei, assim como ao Estado compete garantir essa igualdade.

A LAMBDA se constitui como uma organização que advoga pelo reconhecimento dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+, com ações voltadas para diversas áreas, como a pesquisa e produção de conhecimento sobre questões LGBTQIA+, advocacia e monitoria de políticas públicas. Um dos componentes da sua atuação é a implementação de ações de prevenção de HIV/SIDA entre os homens que fazem sexo com homens e mulheres que fazem sexo com mulheres. Seus objetivos incluem a sensibilização e educação pública para mudança de comportamento da sociedade em relação às pessoas que não correspondem às normas e cujas sexualidades são dissidentes. Entretanto, percebe-se



na que há uma lacuna na representação da população travesti na LAMBDA:

Esta narrativa descreve a relação entre “travestis” e gays na cidade de Maputo e a invisibilidade das “travestis” na associação de minorias sexuais, a Lambda. As “travestis” lidam com a dupla discriminação: uma advinda da sociedade e a outra dos próprios homossexuais. Entretanto, a discriminação advinda dos homossexuais é vivenciada como dolorosa uma vez que estes sujeitos implicitamente entendem que a orientação sexual deveria se superpor às diferenças que geram desigualdades e segregação (Mugabe, 2019, p. 319-320).

Mugabe (2015) ressalta ainda, com base na pesquisa de Bagnol (1996), que a articulação de pessoas em torno do tema da homossexualidade em Moçambique é anterior a 2006, levando-o a questionar, se o período de 1996 (ou até mesmo antes) poderia ser caracterizado como período de “movimentação homossexual”, assim como alguns estudos no Brasil analisam o surgimento do movimento homossexual brasileiro. Segundo Mugabe (2015, p. 23-24) “no contexto de Moçambique há falta de relatos pormenorizados sobre as sociabilidades homoeróticas masculinas e femininas nos anos 90”. Esse, constitui um campo de pesquisa a ser explorado em trabalhos futuros.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto traz o contexto de três países diferentes e distantes pela geografia, mas próximos em termos de localização sócio-política, econômica e cultural, por estarem em contexto Sul-Sul, nomeadamente Brasil, Bolívia e Moçambique. Percebe-se a partir das narrativas que os corpos dissidentes são existências políticas e que a busca por reconhecimento, espaços e direitos são históricas e as tensões necessárias para avançar na transformação cultural necessária nos três contextos.

Nota-se que ainda assim há diversas formas de resistências e de lutas, que envolvem pesquisas e produções teóricas, traços de resistência, de produção da episteme de grupos que de formas diferentes, caminham para um ponto em comum, a preservação e direito à vida. Soma-se a isso práticas políticas e culturais que impactam em novos direitos, novas leis e demandas de políticas públicas no caso latino-americano e africano.

As diferentes formas de engajamento em movimentos que buscam os direitos e a construção da segurança da comunidade revelam, como conclui Blessol (2018, p. 109) que: "Precisamos descolonizar nossas mentes do imperialismo e do capitalismo para tornarmos-nos uma sociedade consciente e diversa, que reconhece que a homossexualidade é humana, assim como é africana".

Esperamos com esse texto somar nas discussões cada vez mais amplas e diversas, identificando distanciamentos e buscando aproximações em diferentes contextos (no



caso latino-americano e africano) as dinâmicas das lutas pelas existências e por uma regulação pública dos direitos LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

AJ+ ESPAÑOL. *Ser indígena y homosexual en Bolivia*. México: Aj+ Español, 2019. 1 vídeo (2:33 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JZ_WkPMGlsw&t=1s. Acesso em 24 de jun. 2024.

BLESSOL, Gathoni. Lutas LGBTI Queer como outras lutas em África. In: REA, Caterina; PARADIS, Clarisse Goulart; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. *Traduzindo a África Queer*. 1ª edição/Salvador, BA: Editora Devires, 2018.

CARITA, Roberto Condori; GONZALES, Fernando; GUZMÁN, Edgar Soliz. *Diccionario Marica*. Movimiento Maricas Bolivia. Fundación Editorial Q'iwisa, 2014. Disponível em: <<https://maricasbolivia.files.wordpress.com/2019/06/diccionario-marica-pdf.pdf> >. Acesso em 29 de Fev. 2024.

CHIPENEMBE, Maria Judite Mario. *Sexual rights activism in Mozambique A qualitative case study of civil society organisations and experiences of “lesbian, bisexual and transgender persons*. Tese submetida para o diploma de doutora em Gênero e Diversidade. Vrije Universiteit Brussels Faculty of Arts and Philosophy. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. *Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica (2001)*. Versão para o



português: Iran Ferreira de Melo. *Linha d'Água*, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

GASPARETTO, Vera Fátima. *Corredor de Saberes: vavasativatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique*. Tese de doutorado (Interdisciplinar em Ciências Humanas) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p. 466. 2019.

GOLIN, Célio. Questões para reflexão sobre o movimento de gueis, lésbicas e trans. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. *Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: Sulina, 2017.

HOOKER, Johnny; CAMPOS, Liniker de Barros Ferreira. *Flutua*. Elixir Entretenimento: 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mYQd7HsvVtI>. Acesso em: 21 de mar. 2024.

MUGABE, Nelson André. *Marcadores de diferença e jocosi-dade entre sujeitos LGBT na cidade de Maputo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NDASHE, Sibongile. A história única a homofobia africana é perigosa para o ativismo LGBTI. In: REA, Caterina; PARADIS, Clarisse Goulart; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. *Traduzindo a África Queer*. 1ª edição/Salvador, BA: Editora Devires, 2018.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. *O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais*. 1ª edição São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

REA, Caterina; PARADIS, Clarisse Goulart; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. *Traduzindo a África Queer*. 1ª edição/Salvador, BA: Editora Devires, 2018.

RESENDE, Viviane de Melo. Perspectivas Latino-Americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: *Descolonizar os Estudos Críticos do Discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

SILVA, Karine de Souza da. Os Direitos Humanos das Mulheres Migrantes e Refugiadas. In: *Feminismos Africanos: conectando saberes e ações transnacionais*. Comunicação Oral, 29 de mai. de 2023.



A VIAGEM DE JOÃO: UMA
ANÁLISE SOCIOLÓGICA
DO LIVRO VIAGEM
SOLITÁRIA: MEMÓRIAS DE
UM TRANSEXUAL 30 ANOS
DEPOIS DE JOÃO W. NERY

GABRIEL VICENTE SILVA PONTES

“João é um homem? Não. É um exército inteiro.”

Berenice Bento

INTRODUÇÃO

O Brasil está dando passos notórios no que diz respeito à visibilidade da população trans (travestis, transexuais e transgêneros), através de direitos à cidadania, saúde, emprego, educação, etc. Aos poucos, estamos conseguindo ocupar novos espaços, inclusive criando imaginários coletivos positivados sobre nossas vidas através de novelas, séries, filmes e outros meios de comunicação em massa. Cada vez mais, movimentos ativistas ao redor do mundo estão reivindicando pautas específicas e também ocupando cargos políticos influentes, a exemplo das deputadas federais Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (Psol-SP), listadas na Revista *Time* dentre as cem lideranças mundiais capazes de transformar as próximas gerações.

Para que fosse possível o cenário de avanços, diversas pessoas entregaram suas vidas para causas coletivas. Uma delas certamente é João W Nery. No Brasil, João foi pioneiro no reconhecimento social de homens transgêneros, e por décadas viveu o pioneirismo de forma solitária, pois se declarou homem em tempos onde praticamente ninguém



falava sobre transmasculinidade. Em meados de 1980, o termo utilizado em outros países era *FTM* (*Female to Male* / Mulher para Homem)¹, e demorou a ser incorporado ao vocabulário brasileiro, pois só se ouvia falar das travestis, como Roberta Close.

Além disso, João viveu sua juventude em plena ditadura militar, caracterizada por um forte conservadorismo moral que perseguiu e censurou quaisquer manifestações de diversidade sexual e gênero. Cerca de 1970, a transgeneridade era um “assunto médico”, diretamente associado à psiquiatria. Apesar de a literatura acadêmica historicamente formular a transgeneridade como patologia psíquica, na época, as cirurgias de transição de gênero eram ilegais porque eram consideradas “automutilação grave”.

Os ventos das mudanças sopraram no período de redemocratização, onde a Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã) demarcou social, política, econômica e culturalmente que a cidadania seria a perspectiva do Estado brasileiro. Assim, a população LGBTQIAPN+ ganhou força para conquistar direitos sociais até então soterrados. Na biografia de João, ele registrou mudanças sociais que favoreceram suas mudanças pessoais nos caminhos de transição para o gênero masculino. Apesar de muito estigma e discriminação, João W. Nery contribuiu de forma incansável na luta em prol da população LGBTQIAPN+ e faleceu em 2018, oito meses antes do marco histórico da criminalização da LGBTQIAPN+fobia pelo Supremo Tribunal

1 FTM, homem trans, homem transexual, transhomem, transmasculino são termos correlatos para designar quem nasceu com uma vagina, foi designado mulher ao nascer, mas identifica-se como homem ou com a masculinidade (AVILA, 2014).



Federal (STF) em 2019². Certamente ainda há muito a progredir, e a trajetória notória João W. Nery é uma bússola que aponta caminhos possíveis, especialmente para homens trans e transmasculinos que desejam viver com mais dignidade e cidadania.

Como escritor, João registrou sua trajetória em três livros autobiográficos, possibilitando conhecer mais de perto cada fase desde a infância até a velhice. São eles: *Erro de Pessoa: Joana ou João?* (1984), *Viagem Solitária* (2011) e *Velhice Transviada* (2019). Neste artigo, analisei a obra *Viagem Solitária: memórias de um transexual 30 anos depois* sob a ótica das emoções do autor, dialogando com o campo da Sociologia das Emoções, e me interessando especificamente pelas questões de gênero que permeiam toda sua obra.

A análise das emoções que o autor expressa na escrita – o que ele sentiu e o que o fizeram sentir – parte do pressuposto que emoções são experimentadas de modo pessoal, mas são produzidas coletivamente em sociedade. Rezende e Coelho (2010) afirmam que as emoções são compartilhadas de forma distinta, conforme as regras e os valores culturais de cada tempo histórico. No caso de segmentos discriminados, a discriminação vai ser sentida de forma diferente dos segmentos privilegiados, como a transfobia é sentida de forma diferente por pessoas trans. Nesse sentido, a forma como as emoções

2 Em 13 de junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal aprovou a criminalização da lgbtfobia enquadrando-o como crime de racismo. Por 8 a 3, Supremo aprova a criminalização da lgbtfobia. Ver mais em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/por-8-a-3-stf-aprova-a-criminalizacao-da-lgbtfobia/>> Acesso em: 10 abril 2024.



são introjetadas, expressadas, relatadas, reprimidas, etc., passa pelo crivo social.

Outras pessoas trans experimentam emoções semelhantes às de João? Quando o sujeito se percebe transgênero, o que muda? Essas e outras perguntas guiaram este trabalho, cuja finalidade não foi dar respostas ou explicações, mas sim provocar reflexões acerca do tema. Metodologicamente, foi feita revisão de literatura com autores especialistas em gênero no campo das ciências sociais, pois como afirma Bento (2017), a escolha teórica demarca a postura crítica em relação às versões médicas que ainda insistem em tratar a transgeneridade como “questão de saúde”³, pormenorizando a dimensão social das identidades.

O presente artigo está dividido em *Introdução*; *Desenvolvimento*, onde apresento de forma breve o autor no tópico *João W. Nery*; e depois sigo a lógica expositiva com as mesmas subdivisões do livro analisado (*Parte I – Desencontros*, *Parte II – Descobertas*, *Parte III – Metamorfose*, *Parte IV – Paternidade*). Finalizo com o tópico *Viagem Solidária*, utilizando o livro *Vidas Trans* (2017) que contém informações mais recentes de João na velhice; e encerro no tópico *Conclusão*, sistematizando as principais questões discutidas. Desde já, afirmo que escrever sobre a leitura desta autobiografia não é tarefa indiferente, pois sou um homem trans, e a história de João W. Nery me faz

3 A transexualidade permanece nas versões mais atuais do Código Internacional de Doenças (CID) 11ª edição, e no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.ª edição, saindo da nomenclatura de *Disforia de Gênero* para *Incongruência de Gênero*.



rir, chorar, sentir raiva, orgulho... Este certamente é um trabalho emocionado.

DESENVOLVIMENTO

JOÃO W. NERY

João Walter Nery nasceu em 12 de fevereiro de 1950 em Niterói – Rio de Janeiro, local onde morou parte de sua vida. Seu pai foi aviador e comandante de aviação, sua mãe professora primária, e eles tiveram quatro filhos: Mariana, Leila, João e Van, nessa ordem. Desde a infância, João já sabia que era homem, mas sua família e seus colegas o viam como menina. A não correspondência do gênero atribuído ao sexo biológico de João marcou a infância, adolescência, juventude e vida adulta. Nery (2011) relata que quando criança sentia-se acuado, quando adolescente angustiado, quando jovem um *freak*, mas foi corajoso ao reinventar-se. Graduiu-se em Psicologia e atuou como psicólogo, escritor e professor, mas devido ao processo de transição de gênero, ele teve seu registro profissional casado, passando a trabalhar como taxista, pintor de apartamentos, pedreiro, lavrador, chefe de usina, professor de computação para idosos, massagista, além de enfrentar o desemprego diversas vezes.

Foi o primeiro homem trans “operado” no Brasil. Na década de 1970, o famoso cirurgião plástico Roberto Farina realizou em João a cirurgia de mastectomia masculinizadora e a primeira fase da cirurgia de

neofaloplastia⁴. Na época, Roberto Farina era um renomado cirurgião por realizar processos de reconstrução genital. Ele foi sensível ao sofrimento de pessoas trans e de forma inédita realizou dezenas de cirurgias de redesignação sexual⁵ em mulheres trans. Em 1975, Farina foi denunciado e preso já que nesse contexto as cirurgias de redesignação sexual eram consideradas criminosas. O caso repercutiu internacionalmente e Farina recebeu apoio da comunidade médica de diversas partes do mundo⁶. Anos mais tarde, João fez a cirurgia de histerectomia graças ao apoio de uma médica amiga da família, e foi outro sonho realizado. Ele conta sua euforia, mas também seu receio de outra cirurgia feita à surdina: em seu prontuário tinha “apendicite”.

Além das mudanças cirúrgicas, João também conseguiu alterar seu nome civil. Relata que pediu ajuda a uma amiga mulher trans, e foram ao cartório alegando que João era um “caipira” analfabeto que completara dezoito anos e necessitava do registro para alistar-se ao exército.

- 4 Cirurgias da transição do feminino para masculino: A Mamoplastia Masculinizadora consiste na retirada da protuberância mamária e reconstrução das mamas para aspecto masculino; Neofaloplastia consiste na transformação da vagina em um neopênis. Atualmente, a cirurgia de Metoidioplastia é mais indicada para homens trans por seus resultados mais eficientes. Histerectomia consiste na retirada do útero e dos ovários.
- 5 A cirurgia de Redesignação Sexual ou Transgenitalização é a retirada do pênis e a construção de uma neovagina em mulheres trans e o fechamento do canal vaginal e construção de um neopênis nos homens trans. Todas as cirurgias citadas estão previstas e detalhadas no Processo Transexualizador do SUS - Portaria nº 2.803/2013 do Ministério da Saúde.
- 6 Ver mais em: Monstro, prostituta, bichinha': como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil. <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43561187>>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

Por sorte, acreditaram, e ele teve seu registro alterado. Conseguiu, enfim, seu “documento de João”. O problema é que o diploma de psicólogo, o mestrado, e todas suas conquistas profissionais ficaram no “documento da Joana”.

Com a popularização da internet, enfim, ele encontrou vários outros homens trans em diversas partes do mundo, proporcionando encontros e criação de grupos. Além disso, o sucesso do livro *Viagem Solitária* gerou sua aparição pública em programas televisivos, entrevistas, e até em telenovela. Em 2012, foi entrevistado por Marília Gabriela no programa *De Frente com Gabi* e por Jô Soares no *Programa do Jô*; e em 2015, a roteirista Glória Perez convidou-o para contribuir na criação do personagem “Ivan”, um homem trans no enredo da telenovela *A Força do Querer*, exibida na Rede Globo em 2017.

Durante sua vida, João teve algumas esposas. Uma delas engravidou e ele assumiu a paternidade da criança, afirmando ter sido uma de suas melhores decisões. João relata situações de preconceito que suportou ao ser pai e também situações de amor e cuidado, buscando ser o melhor exemplo de homem para o filho. João é um exército.

PARTE I – DESENCONTROS

Na infância, João relata sua solidão por não se sentir uma menina como suas irmãs. Na adolescência, a chegada das mudanças hormonais e corporais tornou pior seu sentimento de desajustamento com o mundo. Ele conta:

Não compreendia bem o fato de ser obrigado, nas refeições, a colocar a camisa para sentar à mesa, enquanto papai estava livre para fazer tal opção. “Será porque era o dono da casa?” Preferia pensar assim. [...] No dia que lhe contei como gostaria de ser piloto, ele respondeu: Aero-moça é uma péssima profissão. Não conseguia entender porque me tratavam como se fosse uma menina! Faziam questão de me ver como nunca fui. Sabiam que não gostava disso! Por que insistiam em me entristecer, em me ridicularizar? Algo estava errado. Restava saber se com eles ou comigo. Tornei-me um ser acuado. (2011, p.32)

Na adolescência, dedicou-se a atividades físicas para ganhar músculos e parecer mais másculo, e também aos estudos como forma de “negociar” sua estranheza. Segundo Louro (2013) as crianças e adolescentes são submetidos a uma “pedagogia da sexualidade” que ensina por repetição o que é ser uma mulher e um homem heterossexual, inteligível. Aqueles em desconformidade com as normas de gênero e sexualidade são violentados e também expostos à solidão, exclusão, escárnio, etc.

Devido ao golpe militar de 1964, seu pai foi demitido proibido e exilado no Uruguai. Foi declarado morto para que sua mãe tivesse direito sucessório. Nesse contexto, todos os filhos precisaram trabalhar para ajudar na renda familiar. Daí começou os desafios na vida profissional de João. Aos dezenove anos, ingressou na faculdade de Psicologia ao mesmo tempo em que começou a trabalhar como taxista. Na faculdade era visto como mulher, no táxi era visto como homem. A confusão dos gêneros chegou a cansá-lo. Ele relata que no táxi tinha medo de descobrirem

“seu segredo”. Goffman (2011) afirma que o constrangimento ocorre quando as expectativas morais na interação social não são realizadas.

O termo *estigma* foi usado por João muitas vezes no livro. Ainda de acordo com Goffman (1982) o estigma é uma marca que confere ao seu portador uma desqualificação ou inabilidade para a aceitação social. O estigma pode ser social, causando culpa de caráter individual, por atribuírem a homossexualidade e a transgeneridade a perversão, imoralidade e a escolha consciente de optar pelo *desvio*⁷. É diferente do estigma corporal, atribuído de dó e piedade. Nesse sentido, os *estigmatizados* e os *normais* só existem em relação, no binômio *referente x diferente*. Foucault possui uma vasta teoria social sobre criação de a/normalidade, fundamentando os estudos *queer* que se aprofundaram nas relações de poder da heteronormatividade, especialmente nos estudos de Judith Butler.

PARTE II – DESCOBERTAS

João passou um mês na Europa a passeio. Entre os horários dos trens noturnos, parou em uma banca de revistas em Paris e pela primeira vez se deparou com a palavra “transexualidade” na revista *Sexualité*. Em outras partes do mundo, já estavam avançando em pesquisas sobre transexuais e procedimentos cirúrgicos. Isso o deixou eufórico

7 Em um dos capítulos, João narra à conversa que teve com o amigo Pedro Matheus, que era deficiente visual. Pedro relatava que todos o tratavam como digno de dó, e isso o revoltava. Perguntou se com João acontecia o mesmo, e ele respondeu que era o contrário: as pessoas sentiam piedade da deficiência porque não foi “escolha”, enquanto em seu caso, os sentimentos de nojo, ódio e vergonha eram produzidos pela ideia de “opção” por sua identidade de gênero não- heteronormativa.

por saber que existia a possibilidade de *encontrar a si mesmo*. Embora a revista só se reportasse a mulheres trans, ele retornou ao Rio de Janeiro decidido a buscar caminhos possíveis para transição de gênero. Descobriu que no Hospital Moncorvo Filho, no centro da capital carioca, uma equipe profissional estava estudando o tema, e relata que a questão central discutida entre eles era a diferença entre a homossexualidade e a transexualidade. O diálogo com o endocrinologista Dr. Porto retrata bem este ponto:

- O senhor poderia me esclarecer melhor essa distinção?
- Na transexualidade, o indivíduo apresenta uma total inversão psíquica em relação aos seus outros sexos, como o cromossomial e o fisiológico. A mente não corresponde ao corpo com que a pessoa nasceu. Nesses casos, foi comprovado que a psicoterapia é inoperante, e só a cirurgia poderia resolver o conflito. Já na homossexualidade, o sujeito, embora tenha relações com o mesmo sexo, não apresenta inversão psíquica. Não quer deixar de ter o corpo que tem, apesar de, muitas vezes, apresentar maneirismos do sexo oposto. [...] (2011, p. 144).

Rego (2017) afirma que historicamente homens trans estiveram “presos na teoria errada”, apontando a necessidade de diferenciação entre lésbicas, bofinhos, lésbicas masculinas, sapatão e homens trans, embora os limites se embarcem na vida prática, homem transgênero é uma identidade de gênero masculina.

A decisão de realizar mudanças corporais gerou conflitos nas relações afetivas de João, onde ele encontrou apoio, mas também violências. O abandono ocorre



principalmente na *travessia* de um gênero para o outro, marcada por mudanças na vestimenta, cabelo, voz, pronomes, etc., acontecendo mês após mês, como numa espécie de “morrer para renascer”. Como afirma Bento (2017), o abandono e a solidão são situações que a maioria das pessoas trans vivencia, sobretudo com a família.

Na *saída do armário* homossexual, tratada por Sedgwick (2007), gays e lésbicas rompem a presunção heterossexual quando se revelam para a comunidade. Fazendo um paralelo, a *saída do armário trans* apresenta outras configurações que devem ser consideradas. Concordando com Almeida (2012), o sujeito transexual rompe com a presunção heterossexual, mas também rompe a própria lógica de pensar o sexo biológico. A ideia do gênero associada à natureza é desmontada ao desassociar vagina/mulher x pênis/homem.

PARTE III – METAMORFOSE

João recebeu o laudo psiquiátrico “atestando” sua transgeneridade. Esse foi o primeiro passo para as cirurgias, o que João interpreta como “dores necessárias” para sentir seu corpo “adequado”, substituindo os momentos de angústia por alegria (2011, p. 221): *o espelho tornou-se agora meu aliado, sentindo-me mais forte e íntegro. Não procurava propriamente a beleza, mas a coerência*. Le Breton (2013, p.191) afirma que *o lugar da dor varia conforme as histórias pessoais*. Há dores “escolhidas”, como no esporte, tatuagem, prática de suspensão corporal, etc. É uma dor que o sujeito “aguenta”. Já o sofrimento não é o mesmo que a



dor, pois a dor é interpretada como parte do processo para chegar a um resultado desejado, enquanto o sofrimento é um inconveniente desnecessário a ser evitado, pois no sofrimento não se chega a lugar algum.

Nesse período, os processos judiciais contra o cirurgião Roberto Farina estavam ocorrendo, o que impediu a conclusão da cirurgia de redesignação sexual. Mesmo diante de grandes avanços nas tecnologias de gênero, pessoas trans permanecem “a reboque” dos interesses médicos em ofertar melhores intervenções hormonais e cirúrgicas, e tais recursos ainda são inacessíveis para uma maioria de pessoas trans desempregadas, empobrecidas, longe dos centros urbanos, etc., o que torna visível a precariedade acentuada para determinados grupos sociais (BUTLER, 2018).

Necessário ressaltar que João usufruiu de seus privilégios sociais para ser reconhecido homem trans. Ele foi oriundo de uma família cercada de médicos, advogados, políticos e intelectuais. Quando esteve no Uruguai para visitar o pai exilado, frequentou a casa do antropólogo Darcy Ribeiro e se interessou por Sociologia, Antropologia, Filosofia, etc. Também foi amigo do escritor Herbert Daniel, participando do grupo que Herbert organizava só entre homens para discutir masculinidades contemporâneas. Desde criança teve acesso à literatura, cinema, esportes, outros idiomas; possuindo um capital social e cultural privilegiado e indispensável em sua luta. Homens trans com outras intersecções de classe e raça não conseguiriam acessar espaços que ele conseguiu, pois de acordo



com Akotirene (2019), as intersecções funcionam inter-cruzadas, permitindo e negando acessos nas estruturas de desigualdade social.

PARTE IV – PATERNIDADE

Aos 34 anos, conheceu uma de suas esposas, ela teve relações sexuais com outro homem e engravidou. João experimentou diversas emoções com a notícia: impotência, esperança, alegria, e como ele mesmo nomeia “autocomiseração”: *A autocomiseração teimava em me invadir. Chicoteava a própria dor. Atordoado, ia pisando nas poças, esmagando a raiva, a pena de mim. [...] Eu tinha uma enorme vontade de ser pai.* (2011, p. 250, 251). Ele relata que sentia “pena de si mesmo” por não possuir a função biológica de engravidar uma mulher. Contudo, felicitou-se ao assumir a paternidade da criança, pois sonhava em ser pai. Neste tópico do livro, ele narra diversas situações com o filho e o desejo de ser uma boa referência masculina para ele.

Em *A Civilização dos Pais*, Elias (2012) argumenta que o processo civilizador entre pais e filhos é a transferência de aculturação, pois ninguém nasce civilizado, e precisa ser inserido nos modelos sociais de civilização. Nas sociedades contemporâneas, as relações entre pais e filhos são marcadas por posturas autoritárias, mas também igualitárias, considerando que essas posições não são naturais. Nesse sentido, a criança também aprende a se situar em papéis atribuídos a cada gênero.

Além da paternidade, outro divisor de águas foi o uso



da internet para se conectar a muitos homens trans. No diálogo “entre pares”, ele relata que fez muitas descobertas, e cita o mercado de próteses penianas e o caso de Thomas Beatie, que em 2008, foi noticiado como primeiro homem trans do mundo a gestar e parir um filho.

VIAGEM SOLIDÁRIA

No livro autobiográfico *Vidas Trans*, de 2017, João e três pessoas trans brasileiras relatam as trajetórias de vida⁸. Em sua parte, ele intitulou de “Viagem Solidária”, contrapondo-se a “Viagem Solitária” que fez durante quase toda sua vida. O que mudou? Sua viagem passou a ser *solidária* quando na velhice João aprendeu a usar as redes sociais para vincular-se a outros homens trans. Assim conta:

[...] senti que havia me tornado uma espécie de orientador ou psicólogo virtual. A partir dos meus contatos pelo Facebook com pessoas trans do Brasil inteiro, estou fazendo uma espécie de censo de transmasculinidades e registrei, até abril de 2017, cerca de 3.500 em 2 estados (2017, p. 60).

Além de grupos digitais, ele participou de palestras, conferências universitárias, eventos LGBTQ+ e fundou o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) que permanece em vigor sendo o grupo do segmento com maior visibilidade nacional. João relata que viveu choques geracionais, pois a transmasculinidade contemporânea é mais abrangente e fora do padrão binário de sua época,

8 João W Nery, Tarso Brant, Márcia Rocha e Amara Moira.



inclusive refutando o discurso do “nascer no corpo errado”. Conforme Braz (2019), essa tese parte da ótica psicopatologizante sobre o corpo, pormenorizando a dimensão sociocultural das relações de gênero.

Após seu falecimento, a viagem de João W. Nery continua a ecoar, pois se tornou símbolo da luta transmasculina. Pioneiro, inédito, desbravador de caminhos. Seus livros autobiográficos permanecem sendo lidos e relidos como fonte de memória histórica inerente as lutas da população LGBT+ no país. (BENTO, 2017).

CONCLUSÃO

Quem está interessado na história de vida de uma pessoa trans? O presente artigo objetivou compartilhar e analisar a obra *Viagem Solitária: memórias de um transexual 30 anos depois* de João W. Nery, que neste ano de 2024, completou onze anos de publicação. A obra permanece sendo acessada por leitores que desejam se humanizar através do conhecimento e da existência do Outro. A mudança de gênero impactou a vida de João do início ao fim, assim como impacta a vida de milhares de pessoas trans. Desse modo, foi objetivo tecer reflexões sociológicas sobre a trajetória narrada, considerando as emoções e o lugar em primeira pessoa do autor. Interessou refletir especialmente sobre questões de gênero, compreendendo que histórias de vida são únicas, mas são produzidas e compartilhadas socialmente.



REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, Guilherme. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista de Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 513-253, maio-ago. 2012. Acesso em: 06 abril de 2024.

ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3ª Edição. Salvador - BA: Editora Devires, 2017. 252 p.

BENTO, Berenice. O avesso da tristeza: luta e resistência em João Nery. *Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação*.-Homenagem a João W. Nery. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018. 288 p.

DO REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva. “Presos na teoria errada” entre mulheres, “bofinhos” e homens trans. Bagoas - *Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 11, n. 16, 2017.



ELIAS, Norbert. A Civilização dos Pais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 469-493, set./dez. 2012.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOFFMAN, E. *Ritual de Interação*: Ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Sociologia). 255 p.

JESUS, Dánie Marcelo de; CARBONIERI, Divanize; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva. *Estudos sobre gênero*: identidades, discurso e educação-homenagem a João W. Nery. Campinas: Pontes Editores, 2017.

LE BRETON, David. *Antropologia da Dor*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013. 248 p.

LOURO, Guacira. *Um corpo estranho*: ensaio sobre sexualidade e teoria queer. 2ª edição. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013, 96 p.

MOIRA, Amara. ... [et al]. *Vidas Trans*: a coragem de existir. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017. 176 p.

NERY, João W. *Viagem Solitária*: memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Leya, 2011. 334 p.

REZENDE, Claudia. COELHO, Claudia. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 136 p. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura).

SEDGWICK, Eve. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan - jun. 2007.



MENTOS
PIAPN+ENLAÇAM
LGBTQ
PIAPN+ENLAÇAM
LGBTQ

(IN)CONFORMIDADES
SOCIAIS E EDUCACIONAIS
NA TRAJETÓRIA DE VIDA
DE UM HOMOSSEXUAL:
ALGUNS APONTAMENTOS
(AUTO)BIOGRÁFICOS

GLEYDSON DA PAIXÃO TAVARES

PIAPN+ENLAÇAM
LGBTQ
PIAPN+ENLAÇAM
LGBTQ

INTRODUÇÃO

Classificar, hierarquizar, disciplinar, docilizar e assujeitar os corpos, os gêneros e as sexualidades são alguns dispositivos impostos pela sociedade na tentativa de determinar modos de ser, de viver e de se expressar no mundo. As pessoas que borram o padrão hegemônico imposto, são tidas como dissidentes e são subjugadas por meio do apagamento e da invisibilização de suas identidades sexuais e de gênero bem como de seus corpos.

Este artigo é originário de um pesquisa de mestrado intitulada “Enunciados sobre corpo, gênero e sexualidade em um componente curricular do ensino de ciências naturais de um curso de Pedagogia na modalidade a distância”. Para este texto, priorizamos uma parte do trabalho que descreve e analisa a trajetória de um homossexual em contextos sociais, com ênfase em espaços educativos.

Os contextos sociais e educacionais são atravessados pela produção universalizante e hegemônica de (im)possibilidades de ser mediante a lógica binária e dicotômica mulher/homem, feminino/masculino, homossexual/heterossexual, negra-o/branca-o e da/do magra-o/gorda-o.



O objetivo deste estudo é investigar o processo de subjetivação de um gay em contextos socioeducacionais, considerando as interfaces de corpo, gênero e sexualidade, pautadas nas narrativas do autor/pesquisador.

De abordagem qualitativa, este trabalho utilizou-se do método (auto)biográfico que por meio do regaste de memórias buscou descrever e refletir tendo como suporte as narrativas pautadas nas experiências vivenciadas ao longo trajetória de vida do autor/pesquisador.

Para a análise das informações, foi realizada a opção pelos estudos pós-críticos com ênfase nos pressupostos pós-estruturalistas por considerá-los mais adequados para pensar sobre o diverso, o transitório, o provisório e o trânsito instável das identidades de gênero e sexual, bem como pensar considerando um corpo dinâmico, holístico e integrado em uma perspectiva biológica, histórica, social e cultural.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: A (AUTO)BIOGRAFIA E OS PRESSUPOSTOS PÓS-ESTRUTURALISTAS

Este artigo foi produzido tendo como suporte a técnica metodológica de pesquisa (Auto)Biográfica, ancorada nos estudos de Elizeu Clementino de Souza. As pesquisas dessa perspectiva (Souza, 2014), estabelecem implicações políticas, econômicas, históricas e linguísticas, ao exibir a representação que as pessoas fazem de si mesmas pautada nas vivências construídas em suas trajetórias de vida.

Nessa direção Souza assevera que a pesquisa (auto)biográfica



nasce do indivíduo, em sua inserção social, mediante modos próprios de biografização e de seus domínios social e singular. Da mesma forma, a temporalidade biográfica configura-se como outra vertente estruturante da experiência humana e das narrativas num tempo biográfico, ao explicitar territórios da vida individual e social, através das experiências vividas e narradas pelos sujeitos, implicando-se com princípios hermenêuticos e fenomenológicos que caracterizam a vida, o humano e suas diferentes formas de expressão e manifestação (2014, p. 41).

Fiz a opção pela utilização do método (auto)biográfico, pois, permitiu produzir narrativas pautadas em reflexões sobre a trajetória de vida tendo como base relatos da experiência vivenciada por um homossexual nos contextos sociais e educacionais.

Nessa direção, Passeggi (2011, p. 147) afirma que “ao narrar sua própria história, a pessoa procura dar sentido às suas experiências e, nesse percurso, constrói uma representação de si: reinventa-se”. Nesse sentido, Souza (2008, p. 37) define “os conceitos de biografização, identidade e formação como modos de narração constituídos de discursos da memória, a partir da centralidade do sujeito que narra”. Assim, tive a oportunidade de rememorar experiências por meio da tomada de consciência de mim mesmo.

Como já mencionado, as análises e as provocações foram ancoradas nos estudos pós-críticos com ênfase nos pressupostos pós-estruturalistas por acreditar serem mais adequados para problematizar as questões de corpo, gênero e sexualidade de um homossexual.

Diante do exposto, percebemos que realizar pesquisa nas perspectivas pós-estruturalistas exige desestabilizar e problematizar os discursos produzidos como verdades absolutas. Requer também questionar e colocar sob suspeita as práticas sociais e culturais que, por meio do controle e da vigilância, normalizam condutas e padronizam comportamentos impostos pela sociedade, em um campo de disputa que se estabelece por meio das relações de poder.

Nessa direção, apresento as premissas e os pressupostos metodológicos apontados por Paraíso (2012) para a realização de pesquisas pós-críticas em educação, considerando que alguns são relevantes para a condução das investigações e fundamentais para desenvolvermos o caminhar da pesquisa, porque apontam possibilidades de elaboração dos modos de questionarmos.

1. Nosso tempo vive mudanças significativas na educação [...]; 2. Educamos e Pesquisamos em tempo diferente [...]; 3. As teorias, os conceitos e as categorias que podem explicar as mudanças na vida, na educação, e nas relações que nela estabelecemos são outros [...]; 4. A verdade é uma invenção, uma criação [...]; 5. O discurso tem uma função produtiva naquilo que diz [...]; 6. O sujeito é um efeito das linguagens, dos discursos, dos textos, das representações, das enunciações, dos modos de subjetivação, dos modos de endereçamentos, das relações de poder-saber (Paraíso, 2012, p. 26-29).

A autora Paraíso (2012) nos apresenta algumas premissas e pressupostos metodológicos para realizarmos e



compreendermos melhor as nossas pesquisas. Paraíso nos leva a refletir de que esse tipo de pesquisa pós-crítica e pós-estruturalista traz a ideia de: dinamismo nas mudanças educacionais que acontece em tempos diferentes; distinção de como essas pesquisas compreendem as teorias, os conceitos e as categorias que explicam as mudanças na vida e na educação; de que a verdade foi criada e inventada; de que o discurso produz o que diz; e que o sujeito é produzido pelos discursos, linguagens, modos de subjetivação e endereçamentos, permeados pelas relações de poder-saber.

Ante o exposto, a técnica de pesquisa (auto)biográfica junto com a perspectiva crítica e os pressupostos pós-estruturalistas, contribuíram para o delineamento da pesquisa e possibilitaram narrativas e análises fundamentais para a compreensão e realização deste trabalho.

CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES: IDENTIDADE E DIFERENÇA

De acordo com Silva (2000) a diferenciação (identidade e diferença) está relacionada às relações de poder. A identidade e a diferença são produzidas na diferenciação, entretanto, há outros processos que expressam essa diferenciação ou estabelecem um estreitamento dessas relações. Para o autor, são marcas da presença do poder (Silva, 2000, p. 81-82): “incluir/excluir (estes pertencem, aqueles não); demarcar fronteiras (nós e eles); classificar (bons e maus; puros e impuros; desenvolvidos e primitivos; racionais e irracionais); normalizar (nós somos normais,

eles são anormais)”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder.

Introduzo essa seção como suporte um excerto do artigo “A produção social da identidade e da diferença”, do autor Tomaz Tadeu da Silva, publicado em 2000, no Livro *Identidade e Diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais*, pensando na aposta que fiz para discutir a trajetória de vida de um homossexual com enfoque às questões de corpo, gênero e sexualidade com base nos pressupostos pós-críticos e pós-estruturalistas. Para o autor,

A mais importante forma de classificação é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, isto é, em torno de duas classes polarizadas. O filósofo francês Jacques Derrida analisou detalhadamente esse processo. Para ele, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa (Silva, 2000, p. 82-83).

Os pressupostos pós-críticos e pós-estruturalistas me propiciaram a pensar na multiplicidade e na pluralidade, operar na produção de outros sentidos, estimular a diferença, admitir a provisoriedade do saber, manter-se em suspeita e interrogar, estar sempre na espreita, abster-se da conclusividade, problematizar e questionar as verdades, pondo-as em dúvida e compreendendo-as como construções socioculturais (Meyer; Paraíso, 2012).



Nesse sentido, considerando esse dinamismo, a possibilidade do trânsito contínuo em múltiplas identidades de gênero e sexual, e os atravessamentos e os deslocamentos de um corpo vivo e pulsante, também utilizo as palavras da estudiosa Guacira Lopes Louro que faz uma alusão sobre o movimento teórico e político contemporâneo no que se refere às noções de centro, de margem e de fronteira:

O grande desafio talvez seja admitir que todas as posições podem se mover, que nenhuma é natural ou estável e que mesmo as fronteiras entre elas estão se desvanecendo. A não nitidez e a ambiguidade das identidades culturais podem mesmo, ser às vezes, a posição desejada e assumida – tal como fazem, por exemplo, muitos jovens homens e mulheres ao inscrever em seus corpos, propositalmente, signos que embaralham possíveis definições de masculinidade e feminilidade. Os corpos, como bem sabemos, estão longe de ser uma evidência segura das identidades! Não apenas porque eles se transformam pelas inúmeras alterações que o sujeito e as sociedades experimentam, mas também porque as intervenções que neles fazemos são, hoje, provavelmente mais amplas e radicais do que em outras épocas. Realizamos, todos, um investimento contínuo sobre nossos corpos: através de roupas, de adornos, perfumes, tatuagens, cosméticos, próteses, implantes, plásticas, modelagens, dietas, hormônios, lentes... Tudo isso torna cada vez mais problemática a pretensão de torná-los estáveis e definidos. Tudo isso torna cada mais impossível a pretensão de torná-los como naturais (Louro, 2018, p. 50-51).



Pensar sobre fronteira ou em uma perspectiva fronteiriça é movimentar-se em solos instáveis e em terrenos move-díços. Costa e Bujes (2005), na apresentação do “Livro Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras”, afirmam que “atuar nas fron-teiras implica assumir riscos desconhecidos e ousar per-correr territórios insuspeitados. Pesquisar nas fronteiras significa suspender todas as certezas, abdicar das rotas seguras e perder-se em regiões pantanosas” (2005, p. 7). Ainda para as autoras na perspectiva da fronteira, “o que interessa é perguntar por possibilidades – ainda que de um modo incompleto, limitado, imperfeito – e não rea-firmar certezas” (2005, p. 7).

Assim, a fronteira é o lugar de riscos, de incertezas, de inquietudes de possibilidades de mutações quanto ao sur-gimento, por exemplo, de novas identidades.

Considerando as questões de corpo, gênero e sexuali-dade, busquei no meu baú de memórias alguns aconteci-mentos e constatei que toda a minha história foi atravessa-da e marcada por essas questões.

Com base em meu lugar de origem, traçarei um pano-rama fazendo todo um retrospecto de minha trajetória pessoal, profissional e de formação escolar/universitária.

A HOMOSSEXUALIDADE EM CONTEXTOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Sou nascido e criado em uma cidade do interior do Sul da Bahia. Identifico-me como um homem branco, gay,



cisgênero¹ e com princípios e valores moldados na bíblia, apesar de, atualmente, não participar de nenhuma congregação religiosa. O meu pai e a minha mãe tinham formação em nível técnico em contabilidade, entretanto, só o meu pai exercia a profissão. A minha mãe ocupava-se com a criação de três filhos e de uma filha, e com os afazeres domésticos. Filho de pai e mãe separados (início da década de 1980), meu pai constituiu outra família e teve mais três filhas. Após trinta e um anos de divorciados, meu pai morreu em um acidente de carro.

Tive uma infância muito feliz ao lado de minha mãe, apesar de ter passado por algumas privações econômico-financeiras a partir dos cinco anos de idade, quando ela e meu pai se separaram. Durante a minha vida pessoal, profissional e de formação escolar/universitária, experienciei diversas situações que, mesmo sem ter consciência, remetiam às questões de corpo, gênero e sexualidade.

Desde pequeno, brincava com os meninos e as meninas, entretanto, a forma com que eu sentia essas interações era diferente: com as meninas, queria ser igual a elas, tínhamos uma afinidade, brincávamos de boneca, de casinha e dançávamos ao som da cantora Gretchen². Enfim, havia

1 “Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. [...] nem todas as pessoas são assim, porque, repetindo, há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero” (Jesus, 2012, p. 10). JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2. ed. Brasília: Autor, 2012.

2 Cantora e dançarina que iniciou a sua carreira no final da década de 1970. Lançou grandes sucessos que a levaram ao estrelato com o auxílio das performances sensuais e rebotativas que apresentava ao cantar e dançar. Ficou conhecida como a Rainha do rebolado e está em atuação até os dias de hoje.



algo que nos unia por meio de uma identificação mútua. Lembro-me que me trancava no quarto de minha mãe, usava as suas roupas, os seus sapatos, o seu batom e, por fim, colocava algum pano na cabeça para compor e fazer emergir essa outra versão do meu ser. Na fase adulta, eu retomo essa prática de estar me montando.

Já com os meninos, a interação era menor, pois, era uma criança delicada, frágil e que destoava de alguns comportamentos e atitudes padronizados e normatizados como masculinos. Quase não brincava de carro e nem de bonequinhos. Joguei bola muito pouco e tinha muita dificuldade de executar as jogadas futebolísticas. Tinha medo dos embates corporais, dos tombos e das torsões que, invariavelmente, aconteciam durante a partida de futebol.

De acordo com as autoras Furlani (2018), Bento (2011), Silva (2014-2015, 2015), Varela e Ribeiro (2017), Meyer (2018), e Louro (2007a, 2018) o gênero é uma construção social e, segundo elas, existem múltiplas possibilidades de viver o feminino e o masculino. Nesse sentido, Louro afirma que,

As representações de gênero ou de sexo se fazem através de sinais e códigos culturais (afinal, nós – que usualmente nos consideramos tão “normais” – também usamos uma série de códigos, gestos, recursos para dizer quem somos, para nos apresentarmos e representarmos como mulheres e homens diante da sociedade) (2018, p. 52).

Agora, escrevendo este texto, percebo que, naquele momento (aos cinco anos de idade), já me encontrava



na fronteira entre os gêneros. A posição fronteira também se dava em relação ao meu corpo, considerando os aspectos da anatomia e das subjetividades. Sempre tive uma estrutura física longilínea, magra e ombros estreitos, escapando do considerado como referência para o que nomeamos de corpo masculino. Desde criança sempre gostei de usar roupas curtas e justas, como shorts, algo que até hoje me coloca em uma condição de “diferente”, pois, se espera que o corpo masculino seja revestido de roupas largas, folgadas, bermudas e calças. Em relação ao corpo, Louro (2007a, p. 209) assevera que,

A identificação ou a nomeação de um corpo (feita no momento do nascimento, ou mesmo antes, através de técnicas prospectivas), dá-se, certamente, no contexto de uma cultura, por meio de linguagens que essa cultura dispõe e, deve-se supor, é atravessada pelos valores que tal cultura adota.

Nesse sentido, verificamos que o corpo é identificado ou nomeado com base nas linguagens produzidas em um contexto cultural atravessado por seus valores. Por isso, mesmo aquilo que nomeamos como biológico está atravessado por produções socioculturais que o constituem enquanto tal. Para Santos (2002, p. 98), na concepção de corpo a ideia expressa “é a de que, ao nascermos, não possuímos, ainda, um corpo, mas um organismo que vai pouco a pouco, nas relações que estabelece com o mundo, constituindo-se em um corpo”.

Desde a infância, apresentava gestos, atitudes, comportamentos e algumas feições tidas como femininas. Minha



voz sempre foi aguda, o meu andar também me “denunciava” aos olhos da sociedade que exercia o controle, a vigilância e estabelecia as normas de conduta aceitáveis e apropriadas para o corpo masculino e para o corpo feminino.

Lembro-me de um episódio que passei no ano de 1986, tinha entre 8 a 9 anos de idade, durante os anos iniciais do ensino fundamental – cursava a terceira série (hoje quarto ano). Após a campainha tocar anunciando o horário do recreio, a professora me reteve na sala para me dizer que eu era um menino e tinha que andar como um menino. Não podia sair rebolando pela escola. Naquela época, acredito que não tinha compreendido muito bem aquilo tudo, até porque, toda a minha expressão (no andar, no falar, no sentir, no gesticular) era completamente natural para mim. Eu era apenas uma criança de nove anos de idade, não tinha a menor noção sobre corpo, gênero e sexualidade. Apesar dessas abordagens atravessarem as nossas vidas, na minha infância, talvez, a única identidade que eu tinha consciência era de ser uma criança.

Ressalto que somente durante a minha formação no Mestrado, por meio de leituras e estudos relacionados ao meu objeto de pesquisa como também com as discussões no Grupo de Pesquisa – Acuendações, pude compreender melhor as experiências sobre corpo, gênero e sexualidade que vivi na infância.

Nessa direção, Silva (2015, p. 209) nos apresenta que,

Desmontar o modus e estruturação da escola para torná-la espaço da apresentação da imbricação entre o dimorfismo sexual, gêneros, corpos, sexualidade e políticas e

subjetividades deve ser o desafio a quem se interessa pela desconstrução das formas de padronização de vida e das subjetividades.

A tríade corpo, gênero e sexualidade está entrelaçada e é indissociável. Com base nessa afirmativa, na minha infância, já expressara as questões da sexualidade, mesmo sem ter consciência do que efetivamente se tratava. Olhava para os meninos de uma forma diferente; admirava a beleza, o corpo; nutria por eles um desejo de estar perto, de tocá-los, de senti-los nas mais variadas brincadeiras que fazíamos. Isso já não acontecia com as meninas. A minha relação era até mais estreita com elas, por uma questão de identificação, entretanto, se pautava em laços fraternos, sem outros interesses carnis ou de sentimentos mais profundos como o amor, a paixão e até mesmo o tesão.

Na adolescência, tudo isso se acentuava em uma proporção exponencial. Já compreendia melhor os meus sentimentos, os meus desejos, o meu corpo. No entanto, vale ressaltar que, durante quase toda a minha vida, desde a infância até a fase pós-adolescência – aproximadamente até os meus 20 anos de idade – exponencialmente também cresceu toda a carga que carregava do “pecado”. Por ser homossexual, vivia em constante conflito, pois, os discursos religiosos e contidos na bíblia me amedrontavam e tentavam me policiar. Nesse sentido, Fernandes e Souza (2020) afirmam que:

A visão simplista da humanidade segundo a qual, “homossexualidade é pecado”, pautada em discurso bíblico, “Adão



e Eva”, na relação pênis/vagina, na família heterossexual, patrilinearmente definida, é sustentáculo de agressões diversas que envolvem os sujeitos que ali não se enquadram. Dores psíquicas, emocionais, dores no corpo e na alma, problemas com a família, expulsão de casa, diminuição de direitos civis, dificuldades em encontrar e se fortalecer no trabalho, ter amizade ou ensino de qualidade e desenvolver vida qualificada, são alguns dos problemas resultantes da visão binária sustentada, muitas vezes, em nome da religião e da política (p. 6-7).

Corroborando com essa assertiva, Silva, Parreira e Lissi (2017, p. 86) dizem que “as religiões legitimam qual é a expressão de sexualidade e de gênero permitida, bem como quais são as práticas que não ferem seus preceitos”. Para as/os autoras/es, há um controle e uma indicação, pelas religiões, de como e quando vivenciar plenamente a sexualidade.

Para pensarmos sobre gênero e sexualidade, precisamos compreender as distinções e dissonâncias entre os termos. De acordo com Butler (2014), a sexualidade não deve ser constrangida pelo gênero, ou seja, vincular o gênero com base na heterossexualidade hegemônica restringe as possibilidades de demonstrar e expressar as múltiplas sexualidades. A identificação com um determinado gênero não determina o envolvimento de alguém numa prática sexual determinada.

Segundo Butler (2014, p. 253), “Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser



desconstruídos e desnaturalizados”. Ainda para a autora “Manter o termo ‘gênero’ em separado de masculinidade e feminidade é salvaguardar uma perspectiva teórica que permite analisar como o binarismo masculino e feminino esgotou o campo semântico de gênero”. (p. 254).

Ante o exposto, um discurso que opera na manutenção e restrição do binaridade homem e mulher na compreensão do gênero, prospecta uma atuação reguladora de poder, visando a naturalização hegemônica e marginalizando a possibilidade de pensar a sua ruptura (Butler, 2014). Nesse sentido Foucault (1998) e Scott (1995) também asseveram que as relações entre os gêneros são permeadas por mecanismos de poder, entendidas como relações desiguais, “discursivamente constituídas em ‘campos de forças’ sociais”.

Além do crescimento cada vez mais exponencial da culpa e da carga de pecado que atribuía a minha homossexualidade, também cresciam as agressões – especialmente verbais e simbólicas – o bullying, e os constrangimentos experienciados por mim, por me afastar do padrão hegemônico de masculinidade, sexualidade e de corpo. Agressões essas, que aconteciam no núcleo familiar (em especial, por parte de um dos meus irmãos), na escola, no trabalho (enquanto docente) e nos demais espaços sociais como no bairro em que vivia com os vizinhos e colegas.

Em 1992, aos quatorze anos, iniciei meus estudos no ensino médio. Nutria, desde criança, um desejo de ser professor. Entretanto, não tive coragem de cursar o Magistério, pois, a esmagadora maioria das/os alunas/os era mulher e os homens que ousavam fazer o curso eram

estigmatizados como gays. Tive medo! Acabei optando pelo Curso Técnico em Contabilidade e, dessa forma, seguir os passos do meu pai e da minha mãe que tinham essa mesma formação.

Recordo-me de um episódio que aconteceu em uma das minhas atuações nos anos finais do Ensino Fundamental, em uma sala multisseriada (5ª e 6ª séries – atual 6º e 7º anos) de Educação de Jovens e Adultos – EJA, de uma escola da rede pública estadual de ensino. A turma era composta, aproximadamente, por 20 alunas/os, com faixa-etária entre 15 a 20 anos de idade. A unidade escolar atendia a uma população bastante vulnerável de uma região periférica da cidade. A sala era composta por um público bem diverso: desde profissionais do sexo, pessoas que tinham estado em situação de privação de liberdade e traficantes de drogas. Logo nas primeiras aulas, enquanto escrevia na lousa, ouvia risadinhas, gracejos e falas das/os estudantes quanto a minha sexualidade. Nesses momentos, as/os alunas/os utilizavam termos como bicha, gay, viado, entre outros. Essas situações de discriminação e constrangimento aconteceram, invariavelmente, ao longo dos seis meses em que atuei na escola. A minha inexperiência e o medo de abordar essa questão me paralisaram e me silenciaram. Nessa situação, por me sentir despreparado para discutir a temática, optei por ignorar a situação constrangedora e de humilhação a qual fui submetido.

Acredito que, naquele momento, o meu silenciamento também se justifique por outros dois motivos: pela minha

orientação sexual se desviar do padrão heteronormativo imposto pela sociedade e por uma possível discussão em sala de aula ser interpretada pela comunidade escolar como uma tentativa de influenciar a sexualidade das/os alunas/os. Nessa direção Louro (2000a) afirma que,

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância (p. 30).

Vale ressaltar que apesar do contexto opressor e desfavorável que encontramos no ambiente escolar, enquanto docentes, não podemos nos furtar de discutir essas pautas tão necessárias. Se assim o fizermos, estaremos combatendo o preconceito e contribuindo para a manutenção do direito que nos é assegurado de exercermos a nossa sexualidade de forma livre e sem amarras.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste artigo foi investigar o processo de subjetivação de um gay em contextos socioeducacionais, considerando as interfaces de corpo, gênero e sexualidade, pautadas nas narrativas do autor/pesquisador.



A partir do referencial teórico sobre corpo, gênero e sexualidade e das memórias resgatadas pelo autor/pesquisador, o estudo evidencia que a escola/academia precisa avançar na compreensão de que as pessoas se constituem mediante identidades múltiplas, plurais e diversas e são marcadas por um processo sociocultural e histórico.

É imperativo também o respeito e o reconhecimento da/o outra/o tanto nos contextos educacionais como nos demais espaços sociais com vistas ao rompimento de padrões e discursos hegemônicos, heteronormativos e reducionistas que, por meio de estratégias de poder, estabelecem normas compulsórias de comportamento, de formas de ser e de viver, e com isso instauram e mantém oprimidos os grupos “minoritários” como os LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. *Cadernos Pagu*, n. 42, jan./jun. 2014. p. 249- 274. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/?format=pdf&lang=p t>. Acesso em: 20 ago. 2022.

COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras* (apresentação). In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. (org.). *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A editora., 2005. p. 7-8.



FERNANDES, Alexandre de Oliveira; SOUZA, Luciano Fernandes. Discursos político-religiosos como armas de guerra: heteroterrorismo em ação contra sexualidades dissidentes. *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS Letrônica*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-14, abr.-jun. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O Corpo Educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2. ed. 2000a.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: GUACIRA, Louro Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018 (reimpressão), cap. 3. p. 43-53.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 15-22.

PASSEGGI, Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari. *A experiência em formação*. Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Incorporando outras representações culturais de corpo na sala de aula. In: OLIVEIRA, Daisy Lara de (org.). *Ciências nas salas de aula*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002, cap. 9. p. 97-112.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Territórios das ciências e biologia como potência transgressora à ordem dos gêneros. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; TEIXEIRA, Filomena (org.). *Atravessamentos de gênero, corpos e sexualidades: linguagens, apelos, desejos, possibilidades e desafios...* Rio Grande: Ed. da FURG, 2015. p. 197-218.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; PARREIRA, Fátima Lúcia Dezopa; LISSI, Cristian Bianchi. Sexualidade e religião – reflexões que cabem à educação escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande. Ed. da FURG, 2017. p. 85-102.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.), HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, cap. 2. p. 73-102.

SOUZA, Elizeu Clementino de. *(Auto)biografia, identidades e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação*. Revista Fórum Identidades, ano 2, v. 4, p. 37-50, jul./dez. 2008.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. *Educação*. Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2014.

E A BICHA (TAMBÉM) NÃO É POLÍTICA?

HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA



*Ser bicha não é só dar o cu
É também poder resistir
Vou te confessar, que às vezes nem eu me aguento
Pra ser tão viado assim, precisa ter muito
Mais, muito talento
(Linn da Quebrada: 2017)*

CONSIDERAÇÕES APARTIDÁRIAS DE UM HOMOSSEXUAL

As ideias iniciais deste texto são oriundas de um trabalho apresentado no XI Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Etnicorracial e de Gênero (CINABETH), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) *campus* Maracanã, em novembro de 2023, promovido pela Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH), sob presidência da Profa Dra. Jaqueline Gomes de Jesus¹ (IRFJ/Fiocruz/UFRRJ). O congresso contou com várias participações de pesquisadoras/es de diversas áreas dos estudos de gênero, sexualidade, raça, sexo e identidade, oportunizando discussões que dialogaram com realidades de todo o Brasil.

O congresso – com suas palestras, seus simpósios temáticos, minicursos e seus trabalhos apresentados – promoveu, nesta edição, condições para estudos

1 Mulher trans, negra e do axé. Uma das principais pesquisadoras/cientistas no Brasil em relação à saúde mental da população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis, queer, intersexos, assexuais, pansexuais, não-binários e outras formas identitárias de reconhecimento) e dos estudos de gênero e sexualidade de pessoas consideradas em processo de dissidência. Jesus é um apontamento em (des)construção acerca das variações de entendimento nos estudos contemporâneos.

interdisciplinares e interseccionais, em que diversas áreas do conhecimento pudessem dialogar sobre narrativas, epistemologias outras, processos de identidade, identidade de gênero em ascensão, formação de professores/as, psicologia e outras com a perspectiva dos estudos de gênero e sexualidade na contemporaneidade.

A pesquisa desenvolvida com o mesmo título deste texto pautou-se nas agendas sociais e políticas da Linguística Aplicada Transviada / LAT (Bezerra, 2023) e da Linguística Aplicada Implicada / LAI (Souto Maior, 2023), em que ambas compreendem o sujeito, tanto nas pesquisas quanto como pesquisador, como participante-atuante frente às questões em que se insere, mediante às práticas sociais de linguagem em constante movimento. Nesse sentido, entendendo o sujeito enquanto um movimento de constituição de várias identidades, tanto a LAT quanto a LAI defendem o lugar dos sujeitos, sobretudo, aqueles considerados abjetos da sociedade, como legítimo de saberes e posicionamentos críticos no mundo.

Os movimentos construídos (de interação e de identidade) no congresso possibilitaram para além dos conhecimentos e das discussões arrolados, vários atravessamentos sobre meu corpo à luz das minhas “constituições identitárias” (Silva Lima, 2021), isto é, indicaram um conjunto de possibilidades em relação às minhas constituições enquanto uma bicha (nordestina, não branca e cisgênero) que se distancia da configuração padronizante da homossexualidade. Em outras palavras, não me identifico com a categoria “higienizada” que se entende



a homossexualidade, como é difundida em alguns estudos na área que pertencço, a Linguística Aplicada, mas me entendo e sou lido como uma bicha, uma poc, uma viada, que, cada vez mais, desenvolve possibilidades de “resistência e carão” (Silva Lima e Monteiro, 2022) nas dinâmicas de sobrevivência em minhas corporalidades.

A homossexualidade, a meu ver, está associada à compreensão daquilo que não pertence à heterossexualidade, ao passado que a bicha – como será problematizado discursivamente mais à frente – consiste em relações de posicionamentos político-partidários frente às demandas sociais de (r)existência, porque ela – a bicha – é uma política de ser e existir no mundo que não passa despercebida. Sendo assim, essa política de ser e existir no mundo desmantela ou desconfigura as ordens impostas tanto pela heterossexualidade, quanto pela homossexualidade, construindo novas formas de entender/politizar os espaços como territórios em construção.

Para tanto, as discussões que serão problematizadas aqui, em perspectiva discursivo-identitária nos estudos de gênero e sexualidade em que se propõe a LAT e a LAI, encontram-se divididas em “Considerações apartidárias de um homossexual” (esta sessão), “Políticas de uma ética bixa”, “Problematizações que incidem sobre a imagem da bicha”, “Distanciamento do político para sobrevivência hoje” e, por fim, “Considerações partidárias das constituições identitárias da bicha”.



Em “Ética bixa”, de Paco Vidarte (2019): filósofo e militante das causas de pessoas LGBT, encontramos um pensamento político-partidário, voltado à esquerda progressista (claro, não há direita que seja progressista), estabelecendo uma visão contemporânea acerca da atuação do sujeito político para “uma militância cachorro louco” (Vidarte, 2019, p. 71), isto é, tratam-se de estratégias políticas voltadas para o concretizável, verossímil e factível frente às realizações das ações que ensejam a homofobia. O autor, dessa forma, reivindica a construção da política LGBTQ cachorro louco, entendendo que podem ser políticas cínicas em que as ações discursivas do movimento ultrapassariam barreiras na luta por direitos e, principalmente, pela existência.

As políticas voltadas para uma possível ética bixa/bicha centram-se nas resistências nas pegações dos banheiros, nos espaços da orla, em alguns lugares nas praças e nos banheiros de supermercados e bares/restaurantes, porque não são apenas lugares de encontro, mas espaços onde as resistências são construídas e constituídas por políticas de jogos de disputa. Além disso, são lugares onde prevalecem interações discursivas e sexuais, em se tratando dos jogos de disputas em que as relações são desenvolvidas, a saber: gays e gays; homens e homens e gays e homens.

Os jogos de disputa são mecanismos de conhecimento e de troca entre as pessoas que frequentam os espaços de pegação, visto que as políticas que circulam nesses espaços são provenientes de pessoas que vivem algum



processo de resistência e de sobrevivência. Ainda que a categoria – homens que fazem sexo com outros homens – não se assuma política e socialmente, por algum motivo, sua orientação sexual, há disputas em jogo, pois implica em ações que se resumem à prática sexual, essa como jogo de prazer e de poder.

Paralelamente ao que defende o filósofo supracitado frente às posturas de militância e enfrentamento a uma estrutura hegemônica de sofrimento aos corpos em dissidência, o atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), Sílvio Almeida (2023) concebe a ideia de que a democracia jamais de efetivará se as intolerâncias, de forma geral, continuarem fundantes na sociedade brasileira, sobretudo, em relação ao entendimento do racismo estrutural em um país que, recentemente, saiu do seu período escravagista.

A respeito da democracia, ainda muito cara aos corpos em dissidência, Almeida (2023) relata o seguinte:

A política é o espaço que criamos entre a vida e a morte, é a atribuição de sentido entre a vida e a morte, bem como sua ritualização. Se a vida não tem seus rituais, ela não tem sentido. Se a morte não tem seus rituais, a vida não tem sentido. Precisamos chorar nossos mortos. Precisamos valorizar cada vida. Precisamos proteger cada vida. Isso é ritualizar a morte para ritualizar a vida. O Brasil não faz isso. O Brasil não cria seus rituais políticos de vida e de morte. Nós tivemos a escravidão, mas nós não elaboramos esse trauma. Nós fomos vivendo através dos traumas da violência de uma sociedade escravocrata. (Almeida, 2023, p. 63)



Compreender que a democracia é um processo o qual está sendo conquistado requer, de acordo com o Ministro, uma atitude de vários entendimentos sobre as diferenças, valorizando, acima de tudo, as lutas enfrentadas pelos povos negros no período escravagista. Associada à compreensão do período escravagista, a política da resistência também se concretiza aos povos marginalizados (bichas, travestis, pessoas transgênero, pessoas com deficiência, quilombolas, ciganos, negros, nordestinos, ribeirinhos, assentados e infinitos outros), considerados como minorias socialmente politizadas, de modo que a “necropolítica” (Mbembe, 2016) – sistema pensado para grupos que podem viver e grupos que devem morrer (“uma morte simbólica de tecnologias que não deixa de matar e que é um braço forte do Estado”, p. 132) – está interligada ao mecanismo social de vida e morte.

Alargando o entendimento de democracia, segundo Almeida (2023), atrelado à política da ética bixa/bicha, concebo a ideia de que democraticamente a realização/atuação da bicha nos espaços sociais se dá através de possibilidades de variadas (r)existências, pois, por mais que as dinâmicas de sobrevivência sejam diferentes de uma bicha negra na periferia, para uma bicha branca em um bairro nobre da cidade, os enfrentamentos são construídos cotidianamente. Diante desse contexto democrático que se vive no Brasil, pelo menos se conquista a democracia paulatinamente, a realização da existência da bicha em contextos sociais se concretiza por movimentos de interação e de coletividade, de sorte



que a coletividade à luz da interação fortalece as políticas de resistência.

Os universos em que o corpo-bicha percorre são diversos, porque é um corpo necessariamente político, por mais que seja óbvio, porém a questão do político está associada primeiramente à ideia de democracia – como uma conquista que está em processo de (re)construção desse corpo – e; em seguida, o corpo-bicha é um resultado de várias situações que são problematizadas por infinitas interações. Penso que as interações que a bicha desenvolve na sociedade não sejam fáceis nem muito menos podem ser romantizadas, levando em consideração que diversas violências são realidades atreladas ao corpo-bicha.

Compreendo neste momento que o corpo-bicha, de acordo com as considerações de Silva Lima e Monteiro (2022), é referendado a uma lógica de atitudes políticas, cujas relações são determinantes e determinadas por acontecimentos discursivo-sociais, em que as dinâmicas de resistência são garantidas por intervalos de saberes. Em outras palavras, o autor e a autora entendem que as dinâmicas que a bicha enfrenta cotidianamente podem estar agrupadas à compreensão de mundo que ela (re)cria no mundo.

PROBLEMATIZAÇÕES QUE INCIDEM SOBRE A IMAGEM DA BICHA

O corpo-bicha, entendido a partir das perspectivas da LAT e da LAI, é um caminho possível de ser compreendido em todas as suas dinâmicas sociais e políticas, uma vez que



o conjunto que compõe esse corpo – voz, performance, trejeitos, adereços, vestimentas, close, fechoação e muita pinta – constitui uma lógica de representatividade de vários entendimentos da população LGBTQIAPN+. Além do mais, as discussões que emergem o corpo-bicha, dialogando com as problematizações étnico-raciais defendidas por Bento (2022), são interseccionadas por questões sociais e políticas que emergem o “pacto da branquitude” como entendimento hegemônico.

Quando indico que as dinâmicas que circundam o corpo-bicha são determinadas por questões raciais, estou relacionando as possibilidades de construção de si em meio aos universos racistas que permeiam esse corpo: uma bicha preta da periferia com deficiência, muitas vezes, está suscetível às mazelas que são construídas pela sociedade. Retomando aqui a experiência vivida na UERJ, nos dias em que o congresso aconteceu, pude entender as pluralidades de diversas opiniões e pensamentos que estão inseridos em contextos de pesquisa e de identidade, sobretudo, frente às questões raciais, de modo que evidenciavam uma força ainda mais forte quando se compreende a potência da negritude que nos compõe.

Bento (2022), entendendo as construções político-sociais em torno da sociedade pensada para a figura do homem branco, realiza uma estrutura crítica sobre a presença da negritude nessa sociedade, promovendo, assim, um campo de estudo acerca do enfrentamento primordial à vida das pessoas negras. A autora, imersa em contextos pessoais da realidade em que o racismo estrutural é



vivenciado, expõe detalhes das suas experiências frente ao Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), de maneira que detalha o entendimento do capitalismo racial, que

elucida como o capitalismo funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que se baseia em lógicas de raça, etnia e de gênero para expropriação, que vão desde a tomada de terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou trabalho reprodutivo de gênero etc. (Bento, 2022, 41)

O funcionamento do capitalismo racial, portanto, está associado além da construção da necropolítica como engrenagem das forças que limitam às pessoas consideradas à margem da sociedade, está ligado às questões de gênero e de orientação sexual – como mecanismos que não se enquadram à cisheterossexualidade compulsória – de modo que funciona na contra-mão do sistema² no pensamento padrão. Desse modo, o capitalismo racial – ajustado ao corpo-bicha – se distancia do pensamento progressivo e inclusivo às diversidades, considerando como justa apenas um grupo específico na sociedade: a branquitude.

Vale ressaltar ainda que a branquitude, por mais que procure entender através dos estudos identitário-sociais que se encontram nas áreas das ciências sociais e

2 De acordo com Viviane Vergueiro (2015), o sistema implica em um conjunto de ações e comportamentos que ditam ordens sobre corpos que não se enquadram à ideia de normatividade, à padronização, à concepção de certo e errado.



da linguagem, está longe de associar a importância da luta de enfrentamento de um povo a um sistema produzido que não seja para ela. Em outras palavras, quero dizer que o “racismo institucional”, de acordo com Bento (2022), enquanto ações em nível organizacional encontra-se impregnado nas relações em que a branquitude lidera posições e cargos de superioridade na sociedade.

E o que corpo-bicha tem a ver nessa discussão? Simplesmente tudo. A bicha não está desassociada das questões que lhe são caras, a bicha é um conjunto de resistências e de forças, somadas à coletividade de persistir em meio às lutas travadas cotidianamente. Todas as questões políticas, sociais, culturais, discursivas e regionais que compõem o corpo-bicha são representativas e estão, por conseguinte, impressas em seu corpo, pois não se entende o corpo fora das configurações que demandam o pensamento social da sociedade. A bicha existe/insiste em seu corpo e luta/vive por ele, porque é político sempre.

DISTANCIAMENTO DO POLÍTICO PARA SOBREVIVÊNCIA “HOJE”

“Não tem como se distanciar do político para sobreviver”. A afirmação vem de uma das falas de Erika Hilton, Deputada Federal (PSOL-SP): liderança do seu partido e ativista nas causas de pessoas desfavorecidas socioeconomicamente, sobre os diversos ataques que sofre em seu ambiente de luta e militância, na Câmara de Deputados/as, detalhando com precisão as dinâmicas de sobrevivência



que a população LGBTQIAPN+ desenvolve em espaços completamente intolerantes.

Erika Hilton, Duda Salabert, Linda Brasil, Benny Briolly, Guilherme Cortez e tantas/os representantes da população LGBTQIAPN assumem a discussão sobre políticas públicas em prol da construção de novas formas de sobrevivência e garantia de direitos no alicerce de um país que mata a sua população trans e travesti.

O político permeia toda a existência de sobrevivência da população supramencionada, visto que as lutas e as resistências em retrocessos atualmente vividos são caminhos possíveis para a construção de alternativas de vida. Nesse sentido, embora haja a tentativa de retroceder em relação ao casamento civil de pessoas do mesmo sexo no Brasil, os mecanismos de enfrentamento a essa lógica são múltiplos, pois em um país democrático, a união de pessoas precisa ser válida e legítima.

O caso da união estável de pessoas do mesmo sexo, reconhecido pelo STF desde 2011, vem sofrendo ataques da extrema direita do país, alegando que, para estruturação de família, pessoas do mesmo sexo não se configuram como família e, conseqüentemente, poderá influenciar os/as filhos. Logicamente que se trata de um argumento infundado e inválido, porque a maioria das pessoas LGBTQIAPN+ veem de famílias que são de casais cisheterossexuais e, no entanto, não há alguma influência para tal prerrogativa. Outro detalhe que merece atenção é o de que a deslegitimação dos casais homoafetivos pela extrema discorre pela violência discursiva, de modo que a liberdades



desses casais, de alguma medida, fere o entendimento de liberdade dos casais ditos conservadores e de família tradicional.

A sobrevivência, nesse sentido, consiste justamente em agrupamento de forças de diversas frentes progressistas, a fim de que o respeito às pluralidades dentro da perspectiva da diversidade possa garantir a existência de populações minoritárias socialmente. Entendo aqui que há diversas maneiras e possibilidades de construção de sobrevivência desenvolvidas pela população LGBTQIAPN+ e, principalmente, no caso das bichas, grupo ao qual particularmente faço parte. São construções de entendimento de si e do mundo que nos cerca; empoderamento das nossas “constituições identitárias” (Silva Lima, 2021) como mecanismos de ser e existir; valorização racial do corpo; compreensão do corpo como manifestação do político; construção de sentido acerca da ancestralidade; senso de coletividade; entendimento do meio que nos inserimos como forma de representação da diversidade; processos de militância diversos e várias construções possíveis que estão associadas à nossa maneira de interagir no ou com o mundo.

Em contrapartida ao que venho demonstrando acerca da democracia em nosso país, um exemplo de violência a ela que pode ser abordado aqui é o Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental: entre o desgoverno (2019 - 2022) e o governo do atual presidente. Trata-se de um documento que evidencia uma fotografia (do desmonte) contundente da situação dos órgãos e entidades



que compuseram a Administração Pública Federal. Assim, refere-se à(ao)

desconstrução institucional, o desmonte do Estado e a desorganização das políticas públicas são fenômenos profundos e generalizados, com impactos em áreas essenciais para a vida das pessoas e os rumos do País. Isso tem tido consequências graves para a saúde, a educação, a preservação ambiental, a geração de emprego e renda, e o combate à pobreza e à fome, entre outras. (Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental, 2023, p. 7)

Vê-se, nesse caso, que o documento é um apontamento sobre uma realidade de desconstrução a qual foi realizada durante a passagem de um governo de extrema direita no país, em que as prioridades foram outras, distanciando-se de políticas voltadas para o pensamento coletivo de progresso. Hoje, podemos dizer que estamos retomando a democracia em nosso país, entendendo que o diálogo é uma questão importante o qual é promovido em prol do respeito às diversidades, às massas populares, à educação pública, à saúde pública e etc.

CONSIDERAÇÕES PARTIDÁRIAS DAS CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS DA BICHA

Retomando Linn da Quebrada, no trecho da letra “Talento”, do álbum *Pajubá* (2017), a epígrafe neste texto, entendo que a bicha é uma construção política de força, de carão e, acima de tudo, de “resistência” (Colling, 2023), como um comportamento-atitude na sociedade que não se curva aos determinismos impostos ao seu corpo. As



identidades que configuram as bichas no mundo: pretas, brancas, gordas, magras, nordestinas ou não, periféricas ou não, com deficiência ou não, acadêmicas ou não, casadas, solteiras, amigadas, amantes, positHIVas ou não, do axé ou não, professoras ou não [...] indicam, para além dos estereótipos pejorativos construídos ao longo da vida, uma força motriz de sobrevivência contínua na empatia.

A partir do processo de resistência, bastante abordado aqui, trazendo os apontamentos de Bezerra (2023) e de Souto Maior (2023), respectivamente, à luz da Linguística Aplicada Transviada e da Linguística Aplicada Implicada, frente aos movimentos que são produzidos e problematizados no tocante ao universo da linguagem. E como a construção política da bicha se materializa no corpo e no discurso, a LAT e a LAI constroem suportes teórico-metodológicos que asseguram as discussões aqui promovidas.

Diante dos apontamentos de defesa da LAT e da LAI, “*Ser bicha não é só dar o cu*”, como um processo de consciência política que vai contra a todo o pensamento cisheteronormativo, indica uma ação-atitude que está em construção processual de novas posturas ético-sociais na sociedade, em constante realidade de enfrentamento e resistência às diversas formas de violência. A bicha que ocupa todos os espaços sociais, todos os movimentos em que seu corpo demanda presença de luta, todas as vielas, todas as universidades, todas as empresas e todas as ruas, conseqüentemente, vivencia um sistema de encorajamento/pertencimento às maneiras de entender seu entorno.

“*Ser bicha não é só dar o cu*”, porque a justificativa poderia se encaminhar a um entendimento fora das diversas constituições identitárias das bichas, indicando que haja apenas uma maneira de ser bicha. O cu é uma das questões para além da bicha que indica um movimento de conquista e saber – sendo além de ser penetrado – como conhecido e desejado não somente pelas pessoas heterossexuais, mas também por outras bichas.

Os movimentos políticos de ser bicha – num contexto social não pensado para tal – sinalizam representações que funcionam como maneiras coletivas de existência, isto é, não se luta sozinho, ainda que o processo seja solitário, porque as conquistas servem como caminho/espço para outras bichas que virão. Entender, dessa forma, como um processo de continuidade às lutas e aos movimentos partidários de existência, implica em posturas de saberes e empatia no coletivo, visto que em dada se difere de uma bicha nordestina para uma sulista ou nortista, por exemplo.

Em uma proposta das “políticas cnicas” (Vidarte, 2019, p. 76), a bicha inquieta, a bicha alarma, a bicha provoca, a bicha incomoda, a bicha vive/viverá sempre.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Não há democracia com racismo. In: MAGALHÃES, Juliana Paula; OSÓRIO, Luiz Felipe (orgs.). *Brasil sob escombros: desafios do governo Lula para reconstruir o país*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, p. 59-66, 2023.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Fábio. *Linguística Aplicada Transviada: gênero e sexualidade nos estudos da linguagem em perspectiva descolonial, interseccional e transdisciplinar*. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

COLLING, Leandro. Resistência. In: IRINEU, Bruna Andrade [et al]. *Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências*. 1 ed. Salvador, BA: Devires, p. 207-217, 2023.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. *Relatório final*. 100 f. Brasília, 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123-151, 2016.

SILVA LIMA, Humberto Soares da. As constituições identitárias da transmasculinidade de um professor de escola pública de Maceió-AL: um estudo interpretativo. *Dissertação de Mestrado em Linguística*. 138f. Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), Maceió-AL, 2021.



SILVA LIMA, Humberto Soares da; MONTEIRO, Nai. Resistência, carão e representatividade: uma análise das transviadagens de “Eric Effiong” em Sex Education. In: SILVA LIMA, Humberto Soares da; BOMFIM, Wanderson Queiroz (orgs.). *Estudos de gênero e sexualidade na contemporaneidade*. Tutoia, MA: Diálogos, p. 148-170, 2022

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. A Linguística Aplicada e a implicação na pesquisa: uma leitura bakhtiniana. In: OLIVEIRA JR, Miguel; MEDEIROS, Ana Clara Magalhães (orgs.). *30 anos do PPGLL/UFAL*. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 52-77, 2023.

VIDARTE, Paco. *Ética bixa: proclamações libertárias para uma militância LGBT*. Tradução: Maria Selenir Nunes dos Santos e Pablo Cardellino Soto. São Paulo: n-1 edições, 2019.



CONVERSIDADES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES DISSIDENTES NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PIAUIENSE

LUCIVANDO RIBEIRO MARTINS

PEDRO VICTOR MODESTO BATISTA

Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui.

Jota Mombaça

ABRAM-SE OS CAMINHOS

O modelo de sociedade no qual vivemos hoje ainda sinaliza hostilidade frente aos modos de vida que não se enquadram nos valores de gênero e sexualidade dominantes. Isso não é novidade para ninguém. No entanto, existem organizações políticas que estruturam movimentos de resistência e favorecem que os gêneros e as sexualidades dissidentes¹ (r)existam nos diversos espaços sociais.

Diante disso, fica evidente a importância de fortalecermos nossas (r)existências de gênero e sexualidade a partir do lugar que ocupamos, seja ele acadêmico, nos movimentos sociais ou nos demais âmbitos da sociedade civil. Pois, contrariamente, sabe-se que vivenciamos uma sociedade na qual discursos heteronormativos, como os da “cura gay”, *ideologia de gênero*, do “kit gay”, fortalecem concepções contrárias aos gêneros e sexualidades dissidentes. Em outras palavras, na maioria dos casos,

1 O conceito de dissidência sexual substitui a lógica multicultural alinhada aos valores hegemônicos do Estado pelo caráter pós identitário, onde as políticas são pós-identitárias, tira-se a ênfase da diversidade para afirmar a diferença (Colling, 2015).



essas ideologias reverberam processos que inoculam, no modo de pensar das pessoas, inverdades sobre indivíduos LGBTI+².

Nesta ótica, entendemos que os saberes em torno do gênero e da sexualidade partem do lugar das experiências de todos/as nós que temos, em nossas vivências, as práticas discursivas que operam sobre os conceitos supracitados. Conceituações estas que, na maioria das vezes, agem por meio de uma matriz patriarcal, machista e misógina.

A partir desta discussão, chega-se à seguinte situação problema: quais saberes de gênero e sexualidade são produzidos na relação entre universidade e comunidade? E por que isso se faz relevante? São estas as questões norteadoras do presente estudo. Nesse sentido, dados de uma pesquisa decenal (2007 a 2017), ilustrada no mapa das violências de 2019, apontam que, na década investigada, partindo-se de um percentual total de assassinatos, 30,7% deles é cometido contra mulheres. No mesmo estudo, é referenciado um aumento alarmante na violência contra pessoas LGBTI+, ressalta-se que, de 2012 a 2017, houve uma elevação de 5 casos de violência para 193 casos notificados, assinalando um aumento de 127% no último ano (Cerqueira, 2019).

Embora o foco deste estudo não sejam as violências contra a população LGBTI+, refletir a partir destas

2 Esta sigla trata da designação para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Intersexos e outras categorias que são representadas pelo sinal de + o qual demonstra o caráter aberto e permanente da construção da comunidade que confronta estruturas binárias e heteronormatividade da nossa sociedade (Quinalha, 2022, p.11)



hostilidades é pertinente para entendermos a necessidade da tematização LGBTI+ nos espaços de formação universitária. Logo, os dados supramencionados justificam a necessidade da reflexão tratada neste texto, uma vez que as violências contra gêneros e sexualidades dissidentes são marcantes na ordem do dia.

Diante deste cenário, este texto tem como objetivo refletir sobre os saberes de gênero e sexualidade produzidos em uma extensão universitária no estado do Piauí. Para tanto, delineou-se os seguintes objetivos específicos: debater os conceitos de gênero e sexualidade nos contextos sociais; identificar os marcadores de gênero e sexualidade vivenciados pelas pessoas da comunidade universitária e extrauniversitária participantes do projeto; problematizar o papel da universidade frente às discussões de gênero e sexualidade e enquanto mobilizadora de (r) existências sociais e políticas.

Desta forma, este escrito trará, inicialmente, uma reflexão sobre as categorias de gêneros e sexualidades dissidentes nos espaços universitários, a partir do referencial teórico-metodológico da teoria *queer*. Na continuidade deste texto, aborda-se a discussão em torno do conceito de conversidades de gêneros e sexualidades, na extensão universitária, através das narrativas de pessoas LGBTI+ e não LGBTI+, que participaram do projeto em questão.



(R)EXISTIRMOS A QUE SERÁ QUE SE DESTINA? GÊNEROS E SEXUALIDADES DISSIDENTES NOS ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS

No universo dos gêneros e sexualidades dissidentes, (r) existir é uma tarefa árdua, mas que nos traz ganhos significativos. Diante disso, pautaremos nossa discussão acerca da (r)existência a partir do referencial epistemológico da teoria *queer*. Ademais, por intermédio desta entrada teórica, iremos refletir criticamente sobre universidade enquanto espaço político de acolhimento dos gêneros e sexualidades dissidentes.

TEORIA *QUEER*: GÊNERO E SEXUALIDADES DISSIDENTES

O campo de discussão e construção de conhecimentos sobre gêneros e sexualidades é contexto de muitas tensões. Teoricamente, sabe-se que este campo nasceu a partir de muitas lutas, as quais foram processos de resistência aos discursos e práticas dominantes da cultura patriarcal, sexista e heteronormativa.

Diante do vasto campo epistemológico que são as teorizações de gênero e sexualidade, para efeito desta escrita, vamos nos ater às constituições epistemológicas da *teoria queer*. A teoria em questão “[...] não é um arcabouço conceitual ou metodológico único e sistemático, e sim um acervo de engajamentos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual” (Spargo, 2017, p. 13). Ademais, podemos afirmar que a teoria *queer*, enquanto campo de produção conceitual, possui uma visão dissidente dos outros campos do pensamento. Assim, isso nos permite entender que,



O termo descreve uma gama diversificada de práticas e prioridades críticas: interpretações da representação do desejo entre pessoas do mesmo sexo em textos literários, filmes, músicas e imagens; análises das relações de poder sociais e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero; estudos sobre identificação transexual e transgênero, sobre sadomasoquismo e sobre desejos transgressivos (Spargo, 2017, p. 13)

A partir do que está posto acima, entendemos este postulado como um campo de construção do conhecimento que, deliberadamente, destoa dos repertórios teóricos já instituídos, uma vez que, ideologicamente, estes se isentam de discutir temáticas marginalizadas e estereotipadas nas cenas sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, podemos compreender a teoria *queer* como uma revolução na ética epistemológica da produção do pensamento contemporâneo. Ou seja, nas construções epistemológicas normativas, o sistema sexo-gênero-desejo sexual assume caráter abjeto, imputando-se como um dado, visto por uma lógica binária, a-histórica.

Contrariamente às convicções convencionais, nos campos discursivos do pensamento *queer*, existe uma recusa à fixidez e à definição das fronteiras, bem como destaca-se uma potencialização da inconstância dos marcadores de identidade. Logo, são teorizações que tencionam o que já é posto como um dado absoluto, que pensa o sujeito como transitório, cambiante, movente, transgressor e dissidente (Louro, 2004; 2001).



Trata-se, portanto, de uma filosofia visceral, que surge da emergência dos desejos encarnados daqueles/as que a pensam. Acerca disso, podemos tecer que,

Personagens que transgredem o gênero e sexualidade podem ser emblemáticas da pós-modernidade. Mas elas não se colocam, aqui, como um novo ideal de sujeito. Não se pretende instaurar novo projeto a ser perseguido, não há intenção de produzir nova referência. Nada seria mais anti-pós-moderno. A visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem, mas do que outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades. São significativas, ainda, por sugerirem, concreta e simbolicamente possibilidades de proliferação e multiplicação das formas de gênero e de sexualidade (Louro, 2004, p.22-23).

Sumariamente, as instituições produtoras de conhecimento preponderantes nascem das entranhas do hétero-patriarcado. Portanto, não é despreziosa a ausência de discussões que envolvam o fortalecimento das singularidades dos gêneros e sexualidades dissidentes neste espaço, pois a produção do conhecimento, sobretudo nas universidades, é branca, de elite e heteronormativa. Isso se materializa nas ausências, a exemplo, de mulheres, pessoas negras, LGBTI+ na produção de saberes de forma ostensiva nesse território. E qual a gênese dessas ausências? O incômodo. O estranhamento gerado por aqueles que confrontam o sistema estabelecido.



A UNIVERSIDADE É TERRITÓRIO DOS GÊNEROS E DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES?

É de nosso entendimento que as instituições tradicionais como estado, a igreja, a ciência excluem gêneros e sexualidades que não se curvam frente às suas normas regulatórias. Sabemos que a universidade, enquanto instituição educativa, herda os saberes e os valores morais oriundos destas instituições tradicionais. Inclusive, podemos dizer que esta instituição dissecou os gêneros e as sexualidades dissidentes, buscando justificar, cientificamente, os estranhamentos postos pelos valores dominantes da heteronormatividade.

Neste sentido,

Nos dois últimos séculos, a sexualidade tornou-se objeto privilegiado do olhar dos cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, educadores, passando a se constituir efetivamente, numa “questão”. Com base nas mais diversas perspectivas desde então, ela vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada. Se nos dias de hoje, ela continua alvo de vigilância e do controle, agora se ampliaram e se diversificaram suas formas de regulação, multiplicaram-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas, a deferir-lhe os padrões de pureza, sanidade ou insanidade, a delimitar-lhe os saberes e as práticas pertinentes, adequados ou infames (Louro, 2016, p. 23).

Diante disso, podemos compreender que o espaço ocupado pela sexualidade e gênero dissidentes, na universidade, eram na condição de objeto de estudo. Nesse



ínterim, em pleno século XXI, são mínimas as existências democráticas de populações LGBTI+ no contexto da universidade. Embora tenha havido uma “flexibilização” da inserção de LGBTI+ neste espaço, ocupando cargos diversos, ou mesmo com os coletivos que são instituídos e fortalecidos, essa presença, no entanto, ainda se faz de forma tímida. Neste local, os afetos são controlados, pois há uma vigilância heterorregulatória, supervisionando tais existências nas entrelinhas.

Dito isto, sabemos que há uma presença afirmativa de LGBTI+ na Universidade. Todavia, sabemos também que esta presença não está isenta de lutas estabelecidas contra as LGBTI+fobia produzida no contexto desta instituição. A exemplo disso, temos a narrativa da Professora Leticia Carolina Pereira Nascimento³, sobre seu doutoramento: “Meu doutorado não é para exaltar que eu seja a primeira, é para questionar onde estão as outras professoras doutoras e mestras travesti? (Nascimento apud Lopes, 2023)

É observável, a partir do que foi posto acima, que as portas de entrada para LGBTI+, nas universidades públicas brasileiras, ainda são estreitas, tanto do ponto de vista do ingresso desta população, das políticas de acesso e permanência, quanto da própria estrutura curricular dos cursos de graduação e pós-graduação, os quais, na sua grande maioria, se isentam de trazer reflexões que versam sobre o tema em questão neste trabalho. Meneses e Mesquita (2023), ao constatarem que, em 2019, apenas 0,2

3 Primeira professora travesti empossada na Universidade Federal do Piauí.

% da população Trans brasileira está no ensino superior endossam essa reflexão supracitada.

Ademais, é possível averiguar, a partir do relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (2019), sobre o perfil dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com base na categoria orientação sexual, ao constatar que: “heterossexuais são, como esperado, a imensa maioria do contingente discente, atingindo uma média superior a 78,0%, e a proporção de estudantes do sexo feminino e do masculino que se declaram como tal é praticamente idêntica” (ANDIFES, 2019, p. 54).

Salientamos que esses dados são referentes às instituições federais de ensino superior e foram produzidos pela ANDIFES. Nesse sentido, nos implica questionar: e os dados das instituições de ensino superior públicas municipais e estaduais? E das instituições privadas? Ao realizarmos um levantamento sobre a orientação sexual, em fontes oficiais, como o censo do ensino superior (MEC), bem como as estatísticas do IBGE, identificamos que há uma subnotificação e subqualificação dos dados que tratam da orientação sexual de graduandos e graduandas do ensino superior.

Diante deste cenário nada favorável aos LGBTI+ nas Universidades brasileiras, consta-se a necessidade de não nos anestesiarmos frente às necessidades de trazeremos para esses contextos ações potencializadoras das vidas LGBTI+. Assim, devemos promover uma



universidade diversa, pluriversa para todos, todas e todes, pois nas palavras de Araújo (2018): “[...] as universidades ainda não estão preparadas para estes corpos transgressores em seus espaços. Se estes corpos não adentram aos espaços universitários muitos processos de acesso a direitos e oportunidades lhes são negados” (p. 97-98).

CONVERSIDADES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONSTITUIÇÃO DAS NARRATIVAS DE SI

A universidade contemporânea é herdeira das práticas socioculturais e políticas da colonização moderna. Isso implica dizer que são reproduzidos neste espaço os valores morais conservadores advindos do processo de colonização da sociedade brasileira. Dito isto, faz-se necessário refletir sobre esta instituição com o intuito de torná-la pluriversa, acolhedora e produtora das diferenças.

No contexto deste escrito, faz-se importante construir uma proposta de universidade disruptiva dos valores morais dominantes do patriarcado, da misoginia, da LGBTI+fobia, dentre outras formas de ferir direitos humanos adquiridos historicamente.

Neste sentido, para construir uma universidade possível às diferenças, faz-se presente o conceito de conversidade, o qual.



coloca o desafio de se engendrar uma nova epistemologia dialógica e crítica de educação e pesquisa, gestão e extensão acadêmicas. Trata-se de potencializar os variados processos, dispositivos e estratégias capazes de suscitar e sustentar a relação de mútua aprendizagem entre os diferentes sujeitos socioculturais. Reconhecer os múltiplos movimentos sociais como sujeitos produtores e interlocutores de conhecimento científico é uma decisão que pode levar a formas mais criativas e eficazes de conceber e produzir ciência no mundo contemporâneo. E esta perspectiva pode constituir uma resposta à crise da universidade no mundo atual (Fleuri, 2019, p. 20)

Na experiência do projeto de extensão universitária “Coletive-se: saberes de gênero e sexualidade na relação universidade/comunidade”, foco de análise neste texto, corroboramos com concepção de universidade posta acima. Durante o desenvolvimento do projeto, realizamos rodas de conversas⁴ com pesquisadores/as ativistas acerca das questões de gênero e sexualidade, favorecendo a construção da conversidade nesta experiência.

Durante o desenvolvimento deste projeto, produzimos como resultado dos processos dialógicos construídos nos encontros, memoriais com foco nas experiências de gênero e sexualidade dos/as participantes da extensão. Os memoriais funcionaram como dispositivos de produção de

4 A metodologia do projeto de extensão universitária deu-se pelo desenvolvimento de círculos de cultura sociopoético (Adad, 2014), que favorecem a produção coletiva do conhecimento, onde todos os saberes são necessários para esta construção, sem hierarquias e sem relações de poder autoritaristas. Os círculos aconteceram mensalmente durante o ano de 2020 na Universidade Estadual do Piauí/Campus de Oeiras. Como neste dado contexto histórico estávamos passando pela Pandemia da Covid-19, os círculos aconteceram pela plataforma google meet, de forma remota.



dados, que favoreceram o acesso às narrativas de gênero e sexualidade vivenciadas pelos partícipes.

Para este escrito, estudamos os memoriais disponibilizados pelos envolvidos, os dividimos em três categorias analíticas: categoria I – reconhecimento da identidade LGBTI+; categoria II – Experiências de gênero e sexualidade em contextos de escolarização; categoria III – Experiências familiares e as questões de gênero e sexualidades dissidentes.

Para analisar e interpretar as narrativas identitárias e existências dos integrantes do projeto de extensão, fizemos uso da técnica de análise de conteúdo, a partir dos seguintes passos: organização dos materiais coletados, categorização, descrição, análises, inferências e interpretação dos dados (Bardin, 2011). Neste sentido, Bardin reitera que, a análise de conteúdo é,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (2011, p. 72)

Segue abaixo a primeira categoria, que trata do processo de reconhecimento das identidades LGTBI+ dos partícipes, a qual foi uma recorrência nos memoriais.



Tabela 1 Categoria I – reconhecimento das identidades LGBTI

Pagu	Com os meus 11 anos não sabia se gostava de meninos ou meninas, minha educação no ensino fundamental I, não abordou muito sobre [...], o livro de ciências apenas [...] mostrava as genitálias masculina e feminina, minha família nunca foi de tratar e também nunca foi aberta para poder falar sobre orientação sexual.
Audre Lorde	Eu e uma amiga professora nos aproximamos bastante e nos reconhecemos apaixonadas. Ambas estavam iniciando seu primeiro relacionamento com alguém do mesmo gênero.
Herbet Daniel	Outra situação da qual me lembro nitidamente foi um momento no qual o meu Pai mandou minha Mãe me levar ao cabeleireiro para corta os meus cabelos, pois eu mexia, balançava, jogava o mesmo de forma incorreta para um homem, dias depois meu cabelo foi cortado bem curtinho...

FONTE: Martins, 2024

As narrativas acima demonstram o reconhecimento da identidade LGBTI+ na vivência das/os participantes. Conforme observado, o processo de construção desta identidade delinea aspectos sobre o lugar, ou o não lugar, que o corpo ou a existência sexual de uma pessoa assume em sociedade (Cruz, 2014). Sabe-se, dessa forma, que este processo não é um movimento fácil na vida de uma pessoa LGBTI+, estes processos são atravessados por valores morais heteronormativos que produzem violências físicas, simbólicas e psicológicas contra essa população.

Compreende-se que,

A identidade LGBTI+ é, em primeiro momento, uma imposição dos poderes e discursos que constituem as subjetividades, atravessam os corpos e normalizam os



desejos. Mas essa mesma identidade foi sendo resignificada e disputada, tornando-se também suporte para a ação política e a conquista dos direitos de igualdade. O mesmo dispositivo capaz de impor a vergonha foi – e tem sido – aquele que lançou as bases para emergir o orgulho, como se verá mais adiante (Quinalha, 2022, p. 35)

Desta forma, aprendemos, no constructo dos valores hegemônicos da heteronormatividade, que nós, LGBTI+, devemos assumir o lugar da clandestinidade, da vergonha. Isso é produzido cotidianamente no contexto de instituições como a família, a igreja e a escola, por exemplo. Na contramão dessa forma de pensar, os movimentos sociais e os coletivos de ativistas produzem o discurso de orgulho, de reconhecer-se enquanto categoria de resistência que combate toda e qualquer LGBTI+fobia produzida pela heteronormatividade.

Dentre os estudos realizados nos memoriais, destacamos uma segunda categoria, que trata das experiências de gênero e sexualidade em contextos de escolarização.

Tabela 2-Categoria II - Experiências de gênero e sexualidade em contexto de escolarização

Marinalva Santana	Como professora de Ensino Médio, visualizo bastante essas práticas de violência[...] baseada em um sentimento hostil motivados por hábitos preconceituosos. Às vezes por parte de educadores, situações de discriminação, segregação relacionadas a orientação sexual dos discentes. Vejo também o silenciamento por parte dos gestores [...] falta conscientização por parte da escola.
-------------------	--



Audre Lorde	No Centro de Humanidades [universidade] tudo parecia ser possível e permitido. Não digo que era, mas é como se fosse. A sensação de liberdade era inigualável: embora não houvesse tanta diversidade racial e social, havia diversidade de gênero e de formas de afetividade que nunca tinham se apresentado a mim com tanta clareza.
Herbert Daniel	Na escola, sempre me sentia desconfortável e em alguns momentos perseguido, já que eu, aparentemente, me portava, agia, falava, brincava, andava, entre várias outras coisas, como um não homem, eu era apenas uma criança por volta de cinco anos que não podia ser criança, sem antes obedecer e respeitar as regras de como se agir feito um homem.
Solimar Oliveira	Por causa da minha orientação sexual eu me sentia muito só na escola, quando era para fazer trabalho em grupo, maioria das vezes, eu fazia sozinho ou saía de grupo em grupo querendo entrar para fazer o trabalho e não queriam eu no grupo. Eu só vim me sentir incluindo em grupos de amigos quando eu entrei na Universidade,

FONTE: Martins, 2024

As experiências de gênero e sexualidade em contextos de escolarização não ocupam lugar de referência, pois sabemos que o espaço para essas discussões é mínimo. Desse modo, podemos observar que as narrativas acima nos apontam uma contradição, ao passo que, na escola de educação básica, há um processo de segregação, exclusão e produção de violências evidentes acerca dos modos de vida que não se enquadram nos padrões de gênero e sexualidade dominantes, nos contextos universitários há uma abertura para que não hajam de maneira escancarada tais violências.

No que diz respeito à escola e às experiências de gênero e sexualidade, Louro nos provoca a pensar do seguinte modo,



Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse "contagiosa", cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (2000, p. 24).

Desta forma, compreende-se que os valores erguidos na instituição escolar confrontam as práticas sociais produzidas pelas identidades LGBTI+. Portanto, notam-se os hábitos preconceituosos, as hostilizações, segregação e exclusão que são direcionados aos que não se curvam aos valores heterodominantes.

Na contramão da escola, o contexto universitário se mantém mais acolhedor, frente às diferenças LGBTI+, conforme apontado por alguns dos interlocutores acima. Essa percepção não é de toda errada, há um ativismo que pensa as diferenças neste espaço, na figura de projetos de extensão e pesquisa, de atuações diversas do movimento estudantil, os quais tendem a mobilizar reflexões que podem versar sobre o tema que estamos tratando aqui, dando a impressão de que a universidade acolhe a população em questão.

Todavia, é importante destacar que isso se trata de exceções à regra heteronormativa, uma vez que experiências educativas LGBTI+ não são institucionalizadas nos currículos e nas políticas de acesso e permanência nos cursos de graduação das universidades públicas brasileiras.



Frente às vivências LGBTIs nas Universidades, é necessário entender que,

A universidade e todas as estruturas gestadas por múltiplos interesses manifestos e ocultos afetam a vida dos sujeitos no processo de ensinar e aprender, ainda que sob suspeita de omissão de conteúdos que prezam pelo reconhecimento e respeito às individualidades. Reside nesta informação uma possível explicação para a continuidade do processo de exclusão subjetiva a que a travesti é exposta e direcionada [...]. Essa exclusão também se apresenta para além da arquitetura e traz consigo conteúdos simbólicos de uma rede de relações construídas com significados compartilhados e expressos nas práticas sociais [...] dentro dela e que promovem alijamento de processos de acesso a direitos e também diversas violências (Araújo, 2018, p. 18).

Embora autora supramencionada discorra especificamente sobre a população travesti, é possível expandir, para o circuito deste escrito, a reflexão para os LGBTI+. O que se percebe, a partir disso, é que, embora muitos LGBTI+, sintam-se acolhidos pela universidade, esse acolhimento é produzido, extra institucionalmente entre aqueles e aquelas que vivenciam os agouros da heteronormatividade. Ou seja, nas dores, nos encontros dos amores e afetos de todas as cores, se produz a escuta, o acolhimento e cuidado junto às pessoas LGBTI+ na universidade.

Outra categoria que emergiu da análise dos memoriais produzidos discutiu acerca das experiências familiares e as questões de gênero e sexualidade dissidentes. Sabe-se



que esta é uma questão pungente para quem é LGBTI+. Na maioria das vezes, as relações familiares são atravessadas por conflitos, isso não quer dizer que não haja relações harmoniosas também, embora sejam, infelizmente, raras exceções.

Tabela 3 - Categoria III – Experiências familiares e as questões de gênero e sexualidades dissidentes

Audre Lorde	No início, nossas famílias rejeitaram a possibilidade de suas filhas serem lésbicas, mas a paciência e a clareza sobre nossos sentimentos venceram.
Herbet Daniel	[...] meu Pai não aprova esse meu jeito de ser e relembro de um evento familiar no qual o próprio, um pouco alcoolizado, começou a me analisar em frente de toda a família, falou que eu não gostava de coisas de meninos e eu, ao ouvir isso, em uma tentativa falha, tentei jogar bola, porém depois de dois minutos voltei para casa, foi quando eu ouvi meu pai dizer, em um tom de escárnio: “prefiro filho morto do que filho gay”
Pagu	Na véspera dos meus 14 anos de idade, minha prima me beijou, ela já sabia o que de fato ela queria, então eu fiquei com ela, mas com um medo enorme da minha família e amigos descobrirem. [...] mas no mesmo ano isso tudo acabou, pois ela foi embora e eu acabei encontrando um rapaz que era bem mais velho e comecei a gostar da figura masculina que ele trazia, passou os anos e eu ainda continuo com o mesmo rapaz, e já a minha prima hoje ela é uma mulher que é totalmente assumida sexualmente. Se me perguntarem hoje se eu me arrependo de algo? Eu respondo que não, pois, de fato, gostei de ter experimentado, ter um envolvimento amoroso com uma pessoa que é do mesmo sexo que o meu. Hoje já consigo falar para a minha família que já fiquei com mulher, e isso diante da minha família e amigos não tem mais preconceito.

FONTE: Martins, 2024



A partir das experiências familiares, notamos uma ênfase na não aceitação das questões de gênero e sexualidade dissidentes. Há um cunho moralizante que permeia estas experiências, uma vez que a noção que a maioria das famílias configuram bebem na fonte dos valores morais do patriarcado/heteronormatividade.

Dentro desse contexto, a noção de poder familiar age sob a sexualidade e o gênero que não se adequam aos valores morais impostos. Neste sentido, a instituição família, governada pelo estado e pela igreja, funcionava, e ainda funciona, como instituição de controle de seus componentes. Donzelot (1980, p. 133) afirma que,

O padre geria a sexualidade sob o ângulo da moralidade familiar. Entre o sistema dos intercâmbios matrimoniais, chave da antiga ordem familiar e o aparelho religioso, funcionava uma antiga cumplicidade baseada em benefícios mútuos. A família recebia a garantia de suas uniões por meio da distribuição dos sacramentos.

Mesmo com as transformações históricas, políticas, sociais e culturais (através da industrialização, globalização, revolução tecnológica, etc.) a concepção de família moralista-cristã ainda paira nas vivências do século XXI. Isso pode ser caracterizado pelos seguintes fragmentos das narrativas dos partícipes: “nossas famílias rejeitaram a possibilidade de suas filhas serem lésbicas” e “prefiro filho morto do que filho gay”.

Para complementar esse debate, Michel Foucault nos ensina que, na modernidade, as instituições científicas estão sob o manto do conceito de *Scientia Sexualis*,

Na incapacidade ou recusa de falar sobre o próprio sexo, referia-se sobretudo às suas aberrações, perversões, extravagancias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas[...] essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob forma de normas médicas (Foucault, 1988, p.61)

Dessa forma, podemos vislumbrar a engenharia de conceitos que é orquestrada para atacar os modos de vida que desviam da ideia de gênero e sexualidade dominantes. Por conseguinte, isso ainda faz com que discursos violentos permaneçam estagnados em pleno século XXI. Essas ideologias produzem interpretações entre os sujeitos sociais e implicam ações que podem produzir exclusões, violência e até extermínio dos que não se adequam a uma norma instituída.

Sabemos que os contextos familiares para pessoas LGBTI não são fáceis, para esta comunidade,

Diferentemente de outros grupos vulnerabilizados, em geral as pessoas LGBTI+ não conseguem encontrar um acolhimento no seio familiar diante dos preconceitos que enfrentam na vida fora de casa. O lar, em vez de refúgio e segurança, é o lugar da violência mais insuportável, posto que irradiada pelas pessoas com quem temos uma conexão afetiva maior ao menos nessa fase da vida (Quinalha, 2022, p. 22)

Vale ressaltar outra reflexão, a qual foi trazida pela partícipe Pagu, que de certo modo, contradiz os percalços da vivência LGBTI+ no âmbito familiar. Ela diz: “Hoje já consigo falar para a minha família que já fiquei com mulher, e isso diante da minha família e amigos não tem mais



preconceito”. Embora em algum momento ela tenha tido medo de verbalizar sobre isso, situação extremamente possível, porque nossos valores sociais nos induzem a isso, essa afirmativa, nos permite a reflexão de que pode haver uma transição de comportamentos das estruturas familiares de LGBTI no século XXI, uma vez que se percebe um acolhimento frente à realidade de alguns.

É importante destacar que essa realidade não é uma constante e nem uma regra, mas, é movimento que está se instaurando, sobretudo mobilizado pelos movimentos sociais e pelas Organizações Não Governamentais – ONGs que têm como foco as dissidências sexuais. Além disso, há um movimento de mães que acolhem as questões de gênero e sexualidade, uma vez que estas, quando são empáticas com as condições de seus filhos e suas filhas vivenciam também a violência sofrida, portanto, exigindo a transformação de práticas como estas nos contextos sociais e políticos (Novais, 2020).

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS

A escrita deste texto mobilizou muitas conversidades que emergiram de encontros potentes, construídos da relação entre universidade e comunidade. Sabemos que o propósito aqui não é concluir o processo desta escrita como algo dado, mas como algo que está em construção. Nesse sentido, destaca-se que estamos tratando aqui de narrativas que se encontram em processo, seja nas relações socioculturais e políticas, seja nas constituições subjetivas, oriundas das narrativas de si.



As reflexões tecidas nos conduziram pelas trincheiras teórico-metodológicas da teoria *queer* para que o gênero e a sexualidade se fizessem presente enquanto categorias de resistência, pois resistir é preciso para que não findemos enquanto sujeitos das diferenças, para que, assim, ocupemos as instituições que historicamente nos foram negadas. Para tanto, este estudo nos permitiu acessar o debate dos conceitos de gênero e sexualidade nos contextos sociais, seja ele no âmbito familiar, na escola, na universidade, nas relações e nos demais espaços coletivos de convivência.

Debater os conceitos de gênero e sexualidade, enquanto categorias críticas reflexivas, nos permitiu identificar os marcadores de gêneros e sexualidades vivenciados por pessoas de contextos diversos, bem como as questões que trouxeram consigo, as quais mobilizam relações de poder, de afeto, desejo e resistência, como foi possível perceber nas narrativas de si, trazidas pelos/as partícipes do projeto de extensão em seus memoriais. Falar de si, para si, é um movimento de cura e cuidado, de potencialização de si e dos outros, e isso foi possível pelas vivências conversatórias realizadas no projeto de extensão “Coletive-se: saberes de gênero e sexualidade na relação entre universidade e comunidade”.

Outro aspecto importante de ser tratado aqui, é a problematização do papel da universidade diante das questões gênero e sexualidades dissidentes, uma vez que estas são categorias de (r)existências políticas e sociais neste espaço. A necessidade de afirmar a voz das diferenças nestas instituições traduz o silenciamento e a invisibilidade



de nós, LGBTI+, produzindo vida nestes contextos. Portanto, nestes matizes de reflexões, compreendemos a importância política de uma universidade que contemple as práticas de extensão conversitárias, com o intuito de fortalecer a dimensão pluriversa deste contexto. Dessa forma, assumindo uma política de vida para/com/entre as dissidências de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

ADAD, S. J. H. A sociopoética e os cinco princípios: a filosofia dos corpos misturados na pesquisa em educação. In: ADAD, S. J. H.; PETIT, S. H.; SANTOS, I.; GAUTHIER, J. (Orgs). *Tudo que não inventamos é falso: dispositivos artísticos para pesquisa, ensinar e aprender com a sociopoética*. Fortaleza: EdUECE, 2014, p.41-59.

ARAÚJO, V. P. S. *Um corpo potente fazendo das dores possibilidades de asas: TRANSformando os modos de educar e de resistência na Universidade*. 2018. 127 f. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). *Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais*. Relatório online, 2019. Disponível em: < <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> > Acesso em: 24 abr. 2024.



BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, ANPED, n. 19, p. 20-28, 2002.

CERQUEIRA, D. (coord.). *Atlas da violência 2019: retratos dos municípios brasileiros*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

COLLING, L. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

CRUZ, T. *Sexualidade e orientação sexual: cultura e transformação social*. Palhoça, SC: UnisulVirtual, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/24687964/Livro_virtual_Sexualidade_e_orienta%C3%A7%C3%A3o_sexual. Acesso em: 5 abr. 2024.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FLEURI, R.M. *Conversidade: diálogo entre universidade e movimentos sociais*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOPES, W. “*Meu doutorado é uma denúncia*”, afirma Letícia Nascimento, primeira professora trans da UFPI. Ocorre Diário, Teresina-PI, 27 mar.2023. Disponível em; < <https://ocorrediarario.com/meu-doutorado-e-uma-denuncia-afirma-leticia-nascimento-primeira-professora-trans-da-ufpi>>. Acesso em: 22-04-2024.



LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. 2ª ed. 3ª reimp, Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MENESES, R. M.; MESQUITA, R. Pessoas trans e educação profissional e tecnológica (EPT): narrativas e outras possibilidades. *SciELO Preprints*, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6633. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6633>. Acesso em: 5 maio. 2024.

NOVAIS, K. C. Lutar, amar e sofrer entre as Mães pela Diversidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 36, p. 291–316, 2020.

QUINALHA, R. *Movimento LGBTI+*: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*: seguido de *Ágape e êxtase: orientações pós-seculares*. Tradução: Heci Regina Candiani. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MEDO E SOLIDÃO:
TRAVESSIAS NA VIDA DE
UM GAY EM PROCESSO
DE ENVELHECIMENTO

MARCOS ANTONIO ÂNGELO DA SILVA

PERCURSOS DE INICIAÇÃO EM MINHA TRAVESSIA

Quem tem medo de envelhecer? Quem a todo custo tenta (ria) encontrar e tomar para si o elixir da juventude? Quem daria tudo ou até mesmo venderia a própria alma para continuar com uma aparência jovem até o fim da vida? Sim, nós mesmos, os gays. Todos nós, em algum momento de nossa existência, pensamos ou ainda insistimos (quando realizamos infinitos procedimentos estéticos, usamos produtos de beleza que prometem rejuvenescimento ou até mesmo utilizamos filtros em aplicativos nas redes sociais) em achar que teremos uma aparência jovem e bela para sempre, mesmo tendo consciência do ciclo natural da vida.

Analisar nossa própria história e experiências de vida possibilita compreender muitas situações que nos cercam e que em diferentes épocas da vida nos permitem perceber quão fortes nós, LGBTQIAPN+, somos, também o quanto nossa existência enquanto corpos divergentes à norma nos tornam de certa maneira uma bandeira de luta por direitos e reconhecimento. Quando paro e penso que todo o percurso que fiz até aqui fortalece e empodera minha luta



pela sobrevivência, mas também me faz refletir e imaginar as batalhas que ainda enfrentarei ao longo de toda essa viagem que segue envolta de “percursos, as trajetórias, e o trânsito entre lugares/culturas ou posições-de-sujeito, [...] para refletir sobre partidas e chegadas” (Louro, 2018, p.14).

Para começar a pensar o envelhecimento busco refletir inicialmente sobre as dores que enfrentamos ao nos deparar com a saída do armário, que são muitas, rememoro o quanto o sofrimento se coloca em nosso percurso de vida quase como uma constante e que, ao contrário do que muitos pensam, ao invés de nos enfraquecer ou amedrontar, dá força e coragem para prosseguir e enfrentar as batalhas que o simples fato de existir nos impõe.

Neste texto, busco apresentar algumas reflexões sobre os medos que me abarcam quando me debruço sobre o futuro e a possibilidade de envelhecer considerando os diferentes aspectos que perpassam a existência de homens gays que assim como eu (negro, afeminado, pai solo, nordestino, do interior) são alvo fácil para os preconceitos sociais, para além da homofobia internalizada pela sociedade.

Assim como destaca Goldenberg (2013) ao citar Ney Matogrosso, eu também exijo meu direito ao envelhecimento, bem como a concreta possibilidade de ter uma velhice ativa e saudável agregando conhecimento, respeito e autonomia às pessoas que assim a querem e merecem. Desta forma, o presente texto está estruturado na seguinte ordem, inicialmente apresento uma breve explicação da compreensão de envelhecimento, confrontando

com a realidade dos sujeitos em processo de envelhecimento atualmente. Em seguida, reflito sobre os aspectos do medo e da solidão na perspectiva das vivências de homens gays; por fim, concluo com algumas ponderações sobre as barreiras e dificuldades atravessadas por estes sujeitos em consequência de seus processos de envelhecimento.

VISÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO – PASSADO E PRESENTE

Segundo o dicionário, o termo “velho” significa “*adj.* 1. De muita idade; idoso. 2. De época remota; antigo. 3. Desgastado, gasto pelo uso. 4. Antiquado, obsoleto. *s.m.* 5. Homem idoso. 6. (Fam) Pai ou marido.” (Bueno, 2007, p.727). Diante de tal conceito observamos que “[...] Os velhos em contextos culturais distintos dão respostas dinâmicas e criativas ao conjunto de exigências colocadas pela velhice, num esforço constante de sobrevivência física e sociocultural. [Pois] Viver com dignidade e controlando suas faculdades exige um esforço monumental [...]” (Debert, 2004, p. 118).

Como aponta Debert (1994, p.26) a velhice é uma construção social. Entender essa categoria através deste viés nos faz compreendermos que cada época estabelece diante da sociedade uma forma de entender os processos de envelhecimento delineando para aquele momento uma compreensão de que “o envelhecimento tenha uma ampla variação nas formas através das quais é vivido, simbolizado e interpretado em cada sociedade” (Debert, 1994, p.13), desmistificando assim a noção de que o



envelhecimento é uma categoria estanque que não se modifica com o passar dos tempos.

A atualização da noção da construção do entendimento do momento de vida que compreende a velhice é necessária porque durante muito tempo o sentido que foi dado ao envelhecimento restringia-o a uma época de desvalorização da pessoa, colocando-a como inútil dentro de um determinado contexto, seja ele social, profissional ou familiar.

O próprio percurso de vida de pessoas LGBTQIAPN+ constitui-se em uma luta que é praticamente diária, por aceitação, respeito e o mínimo de dignidade quando fala-se em acesso ou usufruto das necessidades sociais básicas que todo e qualquer pessoa tem o direito de ter, contudo, estes sujeitos vivenciam um “[...] enfrentamento do sofrimento social imposto aos gays idosos, no que concerne à desvalorização e estigmatização dos seus corpos e sexualidades, à desautorização de expectativas de afeto e apreciação e à melancolização associada às suas biografias” (Paiva, 2013, p.76). Toda essa empreitada em busca de dignidade se dá desde cedo quando, na infância ainda, as estruturas sociais fazem com que “meninos e meninas aprendam, também, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem aqueles e aquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e sexualidade admitidos na cultura em que vivem.” (Louro, 2001, p. 29).

Durante praticamente toda a vida pessoas LGBTQIAPN+ sofrem ou passam por situações de preconceito ou homofobia sob diferentes formas e em variados contextos, seja através de piadas com duplo sentido, por meio de chacota



ou brincadeiras inadequadas, ou mesmo através de situações de violência. Todo o percurso de vida dessas pessoas é atravessado por diferentes marcadores que se fixam em suas existências, muitas vezes causando feridas que nunca cicatrizam. Durante a velhice esses corpos são duplamente condenados e postos à margem da sociedade por representarem dois aspectos desprezíveis da existência humana: o envelhecimento e a homossexualidade.

Por muito tempo a “velhice passa a ser interpretada como algo improdutivo e incapacitante” (Sousa; Silva, 2019, p.115), contudo, estas interpretações equivocadas estão saindo de cena, pois apesar das exigências sociais de que “é preciso envelhecer sem se comportar como velho, e não ser velho é, basicamente, ter controle sobre as próprias emoções” (Debert, 2004, p.121), existe um movimento crescente que olha para este momento da vida considerando suas especificidades e as diferentes formas de viver e aproveitar tendo a compreensão de que “envelhecer é continuar a ser alguém com quem outras pessoas podem compartilhar coisas e situações, não caindo no abismo de um esquecimento imposto pela sociedade que, depois de sugar toda a vitalidade impõe um ostracismo forçado, um exílio forçado dentro de si” (Sousa; Silva, 2019, p.116). Envelhecer hoje aponta para um momento da vida onde é preciso:

“[...] rever estereótipos associados ao envelhecimento. A ideia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiadas

pela busca do prazer e da satisfação pessoal. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de realizar projetos abandonados em outras etapas e estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos”. (Debert, 2004, p.14)

Nesse sentido, é preciso que consideremos outros horizontes que possibilitem experiências vistas outrora como não tão comuns às pessoas em processo de envelhecimento como situações totalmente disponíveis para estes sujeitos. No contexto das socializações homoafetivas, prioriza-se excessivamente a cultura ao corpo, a juventude e beleza; essas imposições são hoje acessadas de diferentes formas que possibilitam a construção de uma imagem que apresenta o que se busca de melhor e mais perfeito, em especial nos aplicativos de relacionamento voltados para esse público.

Ultimamente tornou-se comum a utilização de artifícios que corroboram no sentido de melhorar a imagem das pessoas seja por meio de intervenções estéticas, através dos inúmeros procedimentos que auxiliam na manutenção e auxílio de uma aparência jovem, seja por meio da utilização de filtros em aplicativos de mídias sociais onde são expostos perfis com as qualidades dos seus usuários.

Essas construções sociais atualmente dominam as interações e acontecem geralmente e em especial nas telas dos celulares e computadores, configurando um retrato do que Han (2017, p.31-32) nos diz ser uma visão dos nossos tempos ao pontuar que “Na sociedade expositiva cada

sujeito é seu próprio objeto-propaganda; tudo se mensura em seu valor expositivo. A sociedade exposta é uma sociedade pornográfica; tudo está voltado para fora, desvelado, despido, desnudo, exposto. O excesso de exposição transforma tudo em mercadoria que “está à mercê da corrosão imediata, sem qualquer mistério”.

Estas considerações observadas a partir das construções sociais da contemporaneidade do que se compreende pelo processo de envelhecimento ao longo dos anos, considerando suas evoluções e transformações através das noções dos papéis que cada pessoa deve reproduzir na vida em comunidade, são de suma importância porque apresentam diferentes olhares sobre estes sujeitos, e possibilitam traçar um perfil que proporcione melhores interpretações em relação a um período que já foi considerado de improdutividade e incapacitante. Contudo, o tema da velhice se faz necessário porque “O Brasil é um país em processo de envelhecimento” (Sousa; Silva, 2019, p.110). Para além do envelhecimento populacional do país é preciso que consideremos diferentes grupos que são atingidos por este período da vida com maiores especificidades, como podemos perceber “no caso das pessoas idosas LGBT+ são numerosas as camadas de estigmas que elas podem vivenciar” (Baron; Hening; Mota, 2021, p. 26).

Por essas e tantas outras particularidades que atravessam homens gays em processo de envelhecimento faz-se importante discutir os diferentes aspectos das nossas velhices, entendendo que essa “[...] acarreta modificações biológicas, psicológicas e sociais, trazendo ganhos



e perdas a cada fase” (Sousa; Silva, 2019, p.117). Assim, entender que na essência da construção da compreensão do que é envelhecer independente do momento histórico e cultural que vivenciamos, são noções de:

“[...] mecanismos fundamentais de distribuição de poder e prestígio no interior das classes sociais [que] têm como referência a idade cronológica. Categorias e subgrupos de idade implicam, portanto, a imposição de uma visão de mundo social que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos.” (Debert, 1988, p.12)

Diante de todas essas reflexões, ponderarei a seguir sobre dois aspectos que são frequentes nas experiências de envelhecimento de homens gays, pois neste período “a homofobia internalizada, assim como a violência estrutural de caráter LGBTfóbico, são aspectos que favorecem a invisibilidade das velhices LGBT e o isolamento social dessas pessoas.” (Crenitte; Miguel; Filho, 2019, p. 52).

MEDO E SOLIDÃO – REFLEXÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO DE HOMENS GAYS

Envelhe (ser) é uma das tarefas mais complexas que a vida nos impõe, digo isso porque hoje, com 35 anos, me vejo transpassado por muitas questões que este momento da vida me fará passar, em especial o medo e a solidão são dois pontos que, sem sombra de dúvidas, me atormentam. Iniciei este parágrafo com a escrita do termo de uma forma diferente “Envelhe (ser)” denota a necessidade de aprendermos a ser mais humanos, parceiros,

compreensíveis e respeitosos com aqueles que por uma vida inteira enfrentaram dificuldades e barreiras para chegar neste momento.

Quero envelhe (ser) sem precisar me preocupar com a dificuldade que hoje é recorrente em entender esta etapa como “[...] um desafio na sociedade, principalmente por seu caráter social e pela desvalorização dessa fase da vida”. Pretendo no meu processo de envelhecimento poder continuar a ser quem sempre fui independente das imposições e preconceitos que “[...] pode ocorrer por meio de jargões que reforçam os mitos e estereótipos negativos que cercam a velhice, levando o indivíduo a não reconhecer o seu lugar de pertencimento na sociedade durante essa importante etapa da vida (Crenitte; Miguel; Filho, 2019, p. 51).

Na velhice muitos aspectos causam espanto na maioria das pessoas quando se fala em determinados temas relacionados a sujeitos em processo de envelhecimento, isso porque convencionou-se socialmente que um velho é um ser ignorado, desprezado, estigmatizado e abandonado. (Goldenberg, 2013). Mesmo diante de tais afirmativas sobre estes sujeitos, muitos vivem e carregam experiências que lhes foram comuns ao longo de suas vidas. Neste sentido, questões como independência, autonomia e sexualidade são assuntos que continuam a protagonizar a vida de muitos sujeitos em processo de envelhecimento.

No que diz respeito à sexualidade dessas pessoas, o assunto é visto como tabu e quase que proibido ainda hoje de ser mencionado em rodas de conversas. É neste sentido

que busco refletir nesse texto, intentando contrariar a percepção que a sociedade tem sobre estes corpos em envelhecimento, especificamente de homens gays, pois:

Mesmo com todo o desenvolvimento da sociedade e da própria humanidade, o tema sexualidade na velhice ainda é relacionado à vergonha ou ao deboche, uma vez que na velhice a pessoa é definida como uma suposta assexualidade em que os comportamentos e ações com tônica de sexualidade não condizem ou fazem parte. (Baron; Hening; Mota, 2021, p. 18).

Nesse contexto, é preciso que mudemos nossa forma de olhar para esses sujeitos para que os percebamos como pessoas que podem para além de ter uma saúde fragilizada, pouca mobilidade e em alguns casos pouca autonomia e independência mais restrita, buscam ter de certa forma uma vida ativa em diferentes aspectos. Tendo isso em mente, deve-se considerar “O direito de envelhecer com a garantia de preservar sua identidade de gênero e gozar de sua sexualidade com liberdade, dignidade e respeito [...]” (Rebellato; Gomes; Crenitte, 2021, p.101).

Pensar os processos de envelhecimento na atualidade não apenas nos apresenta essas novas configurações da velhice, são muitas camadas a serem expostas e, uma destas direciona a discussão do envelhecimento a aspectos como o medo. Medo de envelhecer necessitando da ajuda de outras pessoas, medo de doenças, do preconceito, medo que, em muitos casos, exige uma volta para o armário e, principalmente, medo da solidão.

As questões que desenham os processos de envelhecimento não possuem o mesmo peso para os diferentes sujeitos que são atravessados por esse processo. Mirian Goldenberg em a *Bela Velhice*, ao destacar os resultados da pesquisa “Corpo, envelhecimento e felicidade” sobre a forma como se dá a compreensão e o sentido do envelhecimento para os homens aponta que:

No caso masculino, há uma continuidade, eles querem manter a paixão, a alegria e o prazer de serem úteis e ativos, mesmo tendo que se adaptar ao momento presente. Eles continua a colocar o foco em seus prazeres e atividades. Não há rupturas ou revoluções em suas vidas porque **finalmente podem ser livres**. [...] (Grifo nosso) (Goldenberg, 2013, p.74)

Nem todos os homens podem ter a possibilidade de envelhecer com todos esses privilégios que a heterossexualidade, como no caso dos entrevistados da pesquisa mencionada, permite. Diversos estudos que consideram o perfil de vida de homens gays apontam trajetórias totalmente opostas aos resultados apresentados pela pesquisa anterior. A seguir destaco aspectos que expõem as dinâmicas dos processos de envelhecimento de homens gays:

De acordo com um levantamento chamado “Homofobia do Estado” realizado pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais, 46% dos homens gays acima de 45 anos **vivem sozinhos** e, entre as lésbicas, o percentual alcança 36%. **A solidão tem um enorme impacto negativo no bem-estar**, e quanto mais vulnerável o círculo de relacionamentos de uma pessoa, pior. [...] (Grifo nosso) (Rebellato; Gomes; Crennite, 2021, p.101).



Outro relatório que descreve diferentes aspectos da situação das velhices LGBTQIAPN+ apresentado pela Prefeitura de Belo Horizonte e pela Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Minas Gerais, expõe como um dos aspectos de seus resultados:

De todos os sentimentos mapeados na trajetória da vida das pessoas idosas LGBT+ mapeados nas trajetórias de vida das pessoas idosas LGBT+ entrevistadas, tais como a alegria/felicidade, a saudade, a tristeza e a insegurança, **aquele mais recorrente foi a solidão, seguida do medo.** Mais de $\frac{1}{4}$ da amostra, o equivalente a 76%, apontou alguma impressão sobre a vivência desses sentimentos na velhice. (Grifo nosso) (Nicoli et al, 2023, p.73)

Direcionar os olhares para essas e outras variáveis que envolvem as diversas formas dos processos de envelhecimento de homens gays é de suma importância para não somente buscar meios de oportunizar uma velhice mais digna para todos, como também considerar as múltiplas experiências de envelhecimento possibilitando que esses sujeitos não vivam apenas episódios que “contribuam para o isolamento social e para a solidão” (Crenitte; Miguel; Filho, 2019, p.55) ou que correspondam aos aspectos que são colocados como comuns a este momento de vida que tem como “frequentes os problemas psicoemocionais como solidão, depressão, perdas, problemas familiares, sentimentos de inutilidade e outros, associados ainda a fatores sociais como a desvalorização, marginalização.” (Sousa; Silva, 2019, p.117).



Ao olhar para um corpo em envelhecimento, vem em minha mente a riqueza de conhecimentos que uma simples conversa pode desencadear, são histórias, momentos, dores e alegrias de pessoas que tem muito a contar e que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, tem orgulho de expor suas cãs apesar de “[...] estarem inseridas em um contexto de violência estrutural, cercadas pela hetero-cis-normatividade ao longo da vida, podem ter agravadas na velhice situações que contribuam para o isolamento social e para a solidão” (Crenitte; Miguel; Filho, 2019, p. 55).

JÁ SAÍ DO ARMÁRIO E PARA LÁ NÃO VOLTAREI - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS BARREIRAS E DIFICULDADES AO ENVELHECER

O entendimento que construímos sobre velhice ao longo dos tempos precisa considerar as novas compreensões do que são os processos de envelhecimento na atualidade, não violando ou privando de liberdades e das várias possibilidades que pessoas LGBTQIAPN+ tem de vivenciar suas experiências de envelhecimento, principalmente nos campos do gênero e da sexualidade, bem como sua autonomia, independência e sociabilidades.

Que possamos vivenciar as velhices como oportunidades de aprimorar conhecimentos, aprendizados e trocas que possibilitem uma melhor condição para estas pessoas neste momento ímpar de suas vidas, não apenas olhando-a pelo prisma dos problemas e dificuldades, mas considerando que para além de todas as questões que atravessam esta fase notar que “[...] a beleza de cada velhice está,



exatamente, em sua singularidade, na possibilidade de ser criada, plenamente, por cada um de nós”. E que muito além das singulares vivências “[...] o significado de cada forma de vida está inscrito na trajetória de cada indivíduo, em suas escolhas, em seus valores, em seus desejos, que são belos exatamente por serem únicos.” (Goldenberg, 2013, p. 58).

REFERÊNCIAS

BUENO, Silveira, *Dicionário Global Escolar Silveira Bueno da Língua Portuguesa*. – 2ª ed. – São Paulo: Global, 2007.

BARON, Luis. HENNING, Calos Eduardo. ORTIZ, Sandra Regina Mota. *O brilho das velhices LGBT+: vivências e narrativas de pessoas LGBT 50+*. – 1. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2021.

CRENITTE Furst, Milton Roberto. MIGUEL, Diego Felix. FILHO, Wilson Jacob. *Abordagens das particularidades da velhice de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Geriatr Gerontol Aging*. 2019.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. – 1. Ed. 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, G. (Org) *Antropologia e Velhice*. Campinas: IFCH/ Unicamp, 1994. (Textos didáticos. 13)1998.



GOLDENBERG, Mirian. *A bela velhice*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Tradução de Enio Paulo Gianchine. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. – 3. rev. amp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. – (Argos)

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Louro, Guacira Lopes (organizadora); Tradução dos artigos: Tomas Tadeu da Silva – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 179 p.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. [Et al]. *Envelhecer LGBT+ : histórias de vida e direitos*. – Belo Horizonte: Diverso UFMG, 2023.

PAIVA, Cristian. Protagonismo erótico, classificações e formas de sociabilidade de gays idosos. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, V. 44, n. 1, Jan/Jun, 2013, p. 74-108.

REBELLATO, Caroline. GOMES, Margareth Cristina de Almeida. CRENITTE Furst, Milton Roberto. *Introdução às velhices LGBTI+*. - Rio de Janeiro. Fólio Digital, 2021. 192p.

SOUSA, Patrícia Verônica N. C. S. SILVA, Lucas Gonçalves da. Perspectivas e desafios do envelhecimento inclusivo diante de uma sociedade líquida. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA*, V.29, n.02, p. 109-127, Jul-Dez, 2019.

PROFESSORA-
PESQUISADORA LÉSBICA,
POESIAS REBELDES QUE
GINGAM GIRAM EM
CORPO-BANDO

MARIA LIZANDRA MENDES DE SOUSA [LIZ MENDES]

ZULEIDE PAIVA DA SILVA [EIDE PAIVA]

A partir de qual perspectiva ousamos contar histórias outras? Quem escreve e narra histórias-memórias outras? Por quê? Quem pode fazer ciência pesquisando, ecoando outras vozes, outras histórias-memórias? Por que fazer ciência, pesquisas, escritas e leituras outras? Como escrever outras histórias? Que leituras são precisas para a produção de outras histórias-memórias?

Várias perguntas, muitas provocações (não tão óbvias) que emergem do desejo de rasurar as experiências, valorizações, reconhecimentos e legitimidades dos discursos eurocêntricos, colonialistas e hegemônicos de uma realidade-história-memória única, que exclui outras pessoas, outras narrativas, outras histórias-memórias, outros acontecimentos, outros possíveis (Barbosa, 2017; Adichie, 2009). Partindo destas interpelações, este é um texto-conto situado no campo dos estudos feminista. Uma escrita de si desejosa de narrar um instante, encontro-acontecimento entre uma jovem sapatão, que é pura confusão de intensidade estranha, um corpo-poesia, ser desejanter de experiências outras, e uma professora-pesquisadora lésbica que se arrisca a lesbianizar a ciência, e a vida.



O encontro-acontecimento aqui narrado na primeira pessoa, aconteceu no IV Encontro Maranhense sobre Gênero, Educação e Sexualidades (EMGES) e II Simpósio Nacional Corpos e Diversidade na Educação (SICODE), realizado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís/MA. A contação-narração é feita pelas cores, sabores, cheiros e belezas de uma paisagem encarnada de duas mulheres lésbicas em suas diferenças. Ou seja, uma história contada-narrada por meio dos movimentos do encantamento.

Sem nenhuma pretensão de verdade, este texto-conto é produto de um exercício de pesquisa em andamento no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED)¹, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – *Campus XIV, Conceição do Coité/BA*. Recusando a neutralidade, o distanciamento e a negação do corpo como parte fluida da produção do conhecimento, a escrita adota doses intensas de uma gramática poética e erótica e busca na poetização da experiência-acontecimento, um caminho para a construção de uma epistemologia lésbica feminista poética.

Assim, este texto-conto reflete uma tentativa de (re) criação de um modo outro de contar-narrar um acontecimento a partir dos lugares de experiências. Trata-se, portanto, de uma escrita desviante, desajeitada, desejanje, insurgente, insubmissa e rebelde!

1 Pesquisa Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).



14 DE JUNHO DE 2023. QUARTA-FEIRA, ÀS 19H00.

Ela, a professora lésbica-pesquisadora não estava sozinha, mas sim em bando. Ela era uma das convidadas do evento para participar de uma mesa-redonda. Eu, uma participante do evento, estava sentada em uma das cadeiras do auditório sendo contaminada pela existência de uma mulher calçada em um all star laranja, usando óculos redondos, que para além de ser uma professora-pesquisadora lésbica é uma feiticeira. Seu feitiço me encantou, mostrando que quando uma mulher sapatão lésbica fala, ela enche o lugar de poesias rebeldes que gingam giram em corpo-bando. Foi gingando girando com ela, com meus olhos fixando nos dela que senti e me desaguei sendo, pensando, transando epistemes poéticas, artes de si, em si. Tinha um mundo inteiro ali, mas tudo que me encantava era unicamente ela.

Eu não parava de olhar para ela. Tentava disfarçar minha empolgação, porém meu corpo estava em estado de euforia. Por fora, a encarando; por dentro, pulando, cantando e dançando a liberdade de um encontro impossível que se tornou possível como o vento de memórias. Não conseguia controlar, por mais que eu tentasse. Meus olhos a encontraram e não queriam nunca mais perdê-la de vista. Parecia que estava vendo a deusa dos meus sonhos mais lindos, das histórias mais surpreendentes que inventei-imaginei. Mas não era sonho, invenção ou imaginação, era real. Ela estava ali, a uma pequena distância de mim. Quanto mais a olhava, mais queria olhar. Uma mulher feiticeira! Foi com essa



afirmativa que me deixei levar pela sua presença e pela sua voz encarnada.

Ela estava em uma mesa-redonda, ao lado de mais duas pessoas, esperando para se anunciar. Falar sobre o que desenhava nas águas, comunicar as suas coragens e rebeldias, e balançar-incomodar as estruturas opressivas. Ela ouvia a companheira e o companheiro de diálogo(s), naquela mesa-redonda, com atenção, cuidado e respeito. Mas do outro lado, a cadeira em que eu estava sentada naquele auditório parecia uma tortura, como se estivesse repleta de espinhos perfurando todo o meu corpo. Mexia-me para um lado e para o outro. Minhas mãos suavam, minha mente estava mais acelerada do que o habitual... Meu corpo revelava inquietude. Tudo era muito desconfortável, exceto meu olhar fixo nela.

Não conseguia, por mais que quisesse, prestar atenção nas outras pessoas convidadas que compunham a mesa-redonda. Eu queria ouvi-la logo, sentir as suas palavras povoarem as minhas memórias-experiências-vivências, testemunhar sua vida sendo anunciada nos pequenos *flashes* que ousou (re)traduzir e reviver, e entender a multidão de existências e resistências que ocupa seu corpo. Minha inquietude se transformou em impaciência. Já não era apenas uma vontade de ouvir a mulher feiticeira, mas sim uma necessidade advinda das ausências. Afinal, quando não se tem perspectivas de caminhos outros, encontrar os sons feministas e decoloniais na multidão de uma corpografia insubmissa tudo se quer, menos paciência. É a necessidade de querer logo escutá-la, senti-la e povoá-la por medo de



que, mais uma vez, essa corpografia seja tomada da possibilidade de comunicar suas tramas cotidianas e, assim, encontrar outras iguais-diferentes a ela.

Uma corpografia insubmissa ginga em resistências, recriando rastros ainda desconhecidos na atmosfera de reencontros das esquinas de experiências, dando força o suficiente para quebrar as paredes opressivas. Se, como diz Hanna Cláudia Freitas Rodrigues (2012, p. 73), o “[...] caminho que aponta uma abertura de possibilidade de enfrentamento à dominação dos corpos errantes e suas práticas culturais [...]”, é uma “corpografia”, eu estava fitando intensamente uma corpografia insubmissa que, em bando, contaminava todo o espaço com imagens de pensamentos-denúncias, de um corpo lésbico político militante.

São experiências de (des)cursos vividos que (re)inventam táticas, trajetos e caminhos outros. Corpos que constroem, pela coragem, uma outra forma de escrever, ler, pesquisar e produzir ciência. Desmontam os espaços-tempos-lugares, recriam os pensamentos. Presença firme que cria estranhamentos, incômodos e inquietudes de ser-sendo, fazer-fazendo, lutar-lutando, resistir-resistindo e amar-amando. Corpos sensíveis que abarcam-anunciam os enredos da própria vida como instrumento político. Corpos que tateiam as relações de encontros e se fazem nela, por meio das buscas de outros toques, cheiros, gestos, imagens, sons e sabores, aceitando os riscos das aproximações. Eis, por corpografia insubmissa, ela.

De tanto me retorcer na cadeira, previ a cena: tira aquela garota daqui. Está incomodando e não para de



encarar a mulher feiticeira. Gritos silenciosos ecoava dentro da minha garganta e o desassossego do meu corpo se amplificava. Sentia-me desrespeitosa, porque só queria ouvir, apenas, somente, unicamente, urgentemente, ela. Fechei os olhos numa tentativa frustrante de me concentrar nos diálogos proferidos pela e pelo palestrante. No entanto, acabei indo em direção ao poema “Alívio”, de Crua (2021, p. 30) e, rapidamente, recitava baixinho, na expectativa do vento tomar conta das minhas palavras e, assim, levasse até o corpo da mulher feiticeira minha falha tentativa de aproximação – mais parecido com uma súplica:

Eu necessito de outras lésbicas,
o mundo me esmaga
dói não sentir identificada
dói a lesbofobia diária, a velada
dói não poder expressar todo o ódio que sinto
por quem viola, explora, mata
rouba a minha e outras vidas
dói sentir que nenhum lugar me pertence
porque eles sempre estão na frente
e quando eu digo lugar,
digo físico
e também subjetivo, emocional
só a existência lésbica me trás alívio.

Meus olhos fixados nela, trazia-me um alívio quase que desconhecido. Só sentira esse alívio nas leituras de outras iguais-diferentes a ela e a mim. Mas era tão distante, como se as mulheres que lera sempre estivessem do outro lado,

em um lugar inacessível, sem aproximações, deusas inalcançáveis, senhoras e donas das palavras separadas das outras. Recitando baixinho o poema, buscava reafirmar para a mulher feiticeira que eu, também, “necessito de outras lésbicas” e que “a existência lésbica me trás alívio”. Entre caminhos de volta e histórias de (re)começos, uma súplica poética. Dos olhos fechados ao desejo de que o vento levasse a poesia até ela, tentava parar de me contorcer na cadeira. Impossível. Abri os olhos e eles foram ao encontro dela. Continuei inquieta, mas a fitá-la.

Veza ou outra, ela olhava para a plateia. Será que ela está buscando outras iguais-diferentes a ela? Está nervosa? Precisa de água para hidratar as palavras que irá pronunciar? O que de suas experiências virá à tona? O que ela selecionou nessa conversa-ato de amostrar-se para outras pessoas? Perguntas que fiquei fazendo em cada momento rápido em que ela olhava para a plateia. De repente sou surpreendida com meus próprios devaneios: Será que ela percebeu que eu estou a encará-la? Um arrepio percorreu todo o meu corpo e o que já estava desestabilizado intensificou, desmoronou. Comecei a suar poesia pelo corpo só de imaginar que ela tinha me percebido naquele espaço, mesmo que de forma constrangedora por estar em processo *continuum* de fitá-la.

A deusa real dos meus sonhos me percebeu, um delírio de poesia de alívio e desejo. Mas era impossível ela me perceber. Não porque tenho 1,52m de altura – também! –, mas por causa das distâncias físicas, silenciosas e opressivas que impedem as mulheres de fisgarem outras



mulheres. É uma distância colocada: podemos ver-sentir, mas, muitas vezes, não conseguimos ultrapassar a barreira que freia nossas aproximações. O que me restou foi a possibilidade de continuar contemplando a mulher feiticeira de cabelos curtos, uma mulher branca usando blusa cinza, saia com estampa de cavalos, calçando um all star laranja, com dois anéis, um em cada mão, um colar vermelho. Uma mulher que ousa se movimentar em e pelo amor sapatão. Ela não estava sozinha, estava em bando.

Continuamente fitando-a, saí dos meus devaneios ao ouvir uma voz forte, suave e impregnada de rebeldia. Ela finalmente começou a contar-comunicar suas palavras-histórias. Se antes a olhava-encarava, agora deixei-me levar pelas ondas de sua voz. Deixei-me ser hipnotizada pela mulher feiticeira, do tênis all star laranja e do sorriso gostoso. Se não consegui escutar as conversas proferidas demais participantes da mesa-redonda é porque toda, unicamente, a minha atenção era dela.

Ajeitei-me na cadeira, que já não era desconfortável, mas sim suave. Era como se estivesse deitada em uma cama aconchegante, assistindo a um filme de romance onde o final feliz, acompanhado de um beijo caloroso, não era dado por um homem e uma mulher, mas sim por duas mulheres. Os espinhos se transformaram em músicas cantadas, interpretadas, sentidas e vividas por Maria Bethânia. Quando percebi, estava cantarolando baixinho um trecho da canção “Brincar de viver” (2015, on-line): “Você verá/Que a emoção começa agora/Agora é brincar de viver/E não esquecer/Ninguém é o centro do universo/

Assim é maior o prazer”. Ela, a mulher feiticeira, naquele momento era muito mais do que o centro do universo: era a deusa dos sonhos lindos (com óculos redondos e em tênis all star laranja) de uma garota em estado de ausência.

Fui convidada a brincar de viver. Brincando, fui sendo atravessada por palavras encarnadas. Com um bloquinho de anotações e uma caneta, tentei ajustar minha atenção em sua presença-voz com a escrita da leitura que emergia das palavras pronunciadas por aquele corpo feiticeiro. A cada palavra dita, meu corpo era povoado por inundações de água bebida em memórias vividas em espaços-tempos-lugares passados. Já não era a mulher que tentava anotar frases profundas ou sequer recitava poesia e música baixinho, eu era a cartografia poética em desleitura e em desaprendizagens sendo convocada a usar o medo como potência de uma lesbianidade resistente e visível. Quanto mais a ouvia, mais a fitava. Ouvindo-a, sentindo-a e encarando-a fui me entregando e me juntando a ela nessa conversa-ato de orgulhar de quem se é. Em convites, convocações, provocações e inquietações, fui me deixando ser.

“Como a lesbianidade como ato de resistência afeta as práticas pedagógicas de professoras lésbicas?” Um questionamento, tantas travessias. Travessias que não temiam em dizer que não devemos dissociar lesbianidade e docência das práticas pedagógicas e docentes das educadoras lésbicas. Elas andam juntas, grudadas, indissociáveis. Lesbianidade-docência, conjugação insurgente, lapidada por corpos possíveis, visíveis, sapatões lésbicos. Quis junto à mulher feiticeira calçada com seu all star laranja, conjugar



a pergunta, buscando modos dela me perceber. Meu corpo estava sendo inundado por coragem, a cada palavra dita por ela.

Lesbianidade-docência ficou ecoando por todo o ambiente. Encarei-a com mais intensidade, querendo que ela entrasse, em um vago momento, na minha mente e lesse o que eu estava proferindo: lesbianidade-docência, imbricada em epistemologias poéticas. Gozando as epistemologias produzidas por cada gota líquida que sai do nosso corpo político, em sintonia com o andar firme, cambaleante e visível dos nossos pés sapatões lésbicos no chão, nos sonhos, nos desejos e na vida. Tudo que fazemos é em estado de poesia: poesia por sobrevivência, por necessidade, por gozo e por-em corpo.

Comecei a intensificar o meu olhar em direção constante a ela. Queria, como se estivesse morrendo, que ela percebesse meus olhos fitando os dela. Precisava que a mulher feiticeira repetisse junto comigo as palavras escritas audaciosamente por Audre Lorde (2019, p. 45), em seu texto “A poesia não é um luxo”, especialmente quando ela grita que a poesia “é uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria o tipo de luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível”. Para nós, mulheres sapatões lésbicas, a poesia nunca será um luxo. É um instinto profundo, uma necessidade básica para continuar respirando. É ordinária, insubmissa, cortante. A poesia alimenta nossos corpos cansados, feridos e violentados

pelos desejos em atos de transformação. Produzimos, mesmo sem perceber, epistemologias poéticas. Somos poetisas-poetizas conhecidas e desconhecidas, visíveis e invisíveis o tempo todo.

Lembro-me do alvoroço que era (e é) escrever uma poesia. Caderno no chão, lápis entre os dedos, suor escorrendo pelo corpo, desejo sendo controlado, medo e súplica por ajuda, olhos fixos na folha em branco, palavras pulando na garganta, palavras saltando da boca e caindo no caderno, palavras segurando fortemente os meus dedos, desejo incontrolável, dedos em movimento, boca sedenta, corpo em descurso-transe, poesia escrita em desassossego. Eis aí o encontro com as Epistemologias Poéticas: deixar sangrar no ritmo das experiências.

O corpo em combustão, olho para a parede do auditório tentando me desviar dos pensamentos. Vem à mente o texto de Bruni Emanuele (2022, p. 116), “Um texto é um corpo e, sendo corpo, pulsa uma infinidade de outros”. E vomitando as palavras digo em coro com Bruna: a escrita “[...] morde também a mim, na jugular. Sangro feliz, aos jorros”. Tenho o corpo todo cortado, jorrando sangue, escrevo feliz. Visualizando o sangue saído da corpografia insubmissa da mulher feiticeira, grito em silêncio: isto é epistemologia poética.

São como passarinhos que, livres, sentem a vida; presos, morrem em sufocos e angústias. Precisam voar, encontrar outras árvores, voar em bando, voar sozinhos. Uma espécie de bordado que descostura-rasura a norma. Descosturando, vão rindo da gramática colonial, porque

querem prender o que é intenso, vivo, em movimento. São achados descobertos que deixam a vida acontecer, ser representada, traduzida, sentida e escrita em poesia, tudo poetizado. Escrever livre: deixar que o engasgo das palavras saia, tome seu lugar na experiência, a experiência tomando seu lugar nas palavras.

Ao fim do mundo, o corpo quer escrever: epistemologias poéticas. Os dedos, línguas, suores, tremores, sabores e gostos tensos, acordam a vida, inventam o vento, embebedam a água, degustam o fogo, estilhaçando a vigilância: epistemologias poéticas. Advém do desejo, escrita viva, conjurando outros portais, não é uma captura, é deixar-se envolver pelo incapturável medo de ser-saber-fazer, uma escrita que nasce das entranhas, toma seu lugar, que jorra sangue, sedenta, desejanse: epistemologias poéticas. Sem pausa, continuei sentindo as experiências e sorri para a mulher feiticeira. Já não bastava ficar a encarar, precisava que meu sorriso encontrasse o riso escondido dela.

Os meus dedos suplicavam por aproximação. Queriam se misturar com os dedos da feiticeira e nessa junção sapatão-lésbica, criar epistemologias poéticas em saberes-fazer-sentires sapatão. Ela, a mulher da saia de estampa de cavalos, lia com muita emoção a carta que fez para Cássia Eller. Foi vendo o modo sapatão de ser de Cássia Eller, nos shows, nas ruas, que ela desaprendeu e se desatou do amor heteronormativo para viver o amor sapatão. Se deixando desaguar, foi sendo malandragem, um amor em doses profundas de liberdades, das brincadeiras com dedos em movimentos, beijos com/de língua de seu

doce favorito, compartilhando saliva, escorregando nas correntes de água salgada, gozando a vida e balançando nas contingências da gira que sempre roda-gira, que ela se tornou o que sempre foi: uma mulher lésbica.

De uma fã em cenas de Cássia Eller, tornou-se uma mulher lésbica, professora, pesquisadora e militante. Recusou a heterossexualidade e, com muita intimidade, reafirmou sua existência em continuum lésbico. Eu estava flutuando em suas palavras, degustando cada uma delas como se fosse a bacia cheia de manga que me lambuzava na infância; chupando todas as palavras como se estivesse revivendo as experiências do gostoso sabor das laranjas que me esbaldava debaixo do pé de laranjeira; lambendo todas as palavras na esperança de desenhá-las no meu caderno de poesias; tocando todas as palavras pensando em modos outros de comunicá-las e vivenciá-las. Em meus devaneios poéticos, disse: “Mulheres sapatões lésbicas, podem ser as senhoras e donas das palavras”. Estava cada vez mais sendo contaminada por ela. Tornou-se a minha poesia de junho, do mês das festas juninas.

Ao som de Cássia Eller (2018, online), eu suplicava ao vento que pairava naquele espaço que levasse minha voz até ela. Além de querer ser percebida, desejava imensamente ser ouvida: “Palavras, apenas/Palavras, pequenas/Palavras, momentos/Palavras, palavras, palavras, palavras/Palavras ao vento”. Acreditei que cantando baixinho a música de Cássia Eller, ela conseguiria me perceber-ouvir-sentir. Pensei que sussurrar palavras pequenas, momentos e ao vento faria com que finalmente nossos



olhos se encontrassem e sorríssemos, tramássemos um bate papo com nossas bebidas favoritas, abraçássemos e compartilhássemos súplicas poéticas. Mas ela não via que meus olhos só conseguiam encará-la naquele espaço-tempo-lugar. Eu queria que a deusa de óculos redondos e de tênis all star laranja me conhecesse.

As palavras que ela ecoava em amor sapatão passaram para a parte sombria: a lesbofobia. Uma ameaça colocada com tanto ódio em um pedaço de papel e endereçado ao seu corpo revela que sua presença em Conceição do Coite/BA era além de indesejada, uma perturbação aos valores tradicionais da família brasileira. Seu corpo estava incomodando, rasurando e rasgando o sistema misógino, sexista, patriarcal e heteronormativo. E uma das formas de silenciar um corpo rebelde, desobediente e que se recusa a continuar experienciando a heterossexualidade, é ameaçando silenciá-lo de uma vez: assassinato – o lesbocídio².

Ouvi as suas palavras e senti que a dor ainda continua lá, viva e latente. A ameaça feita em um pedaço de papel ainda desestabiliza o corpo da mulher de all star laranja. Fitei-a com mais profundidade, tentando abraçá-la, acolhê-la e em afeto, fazê-la sentir: a sua dor também é minha. Eu choro todas as suas dores e medos. Eu choro todos os seus desesperos e angústias. A sua dor não só bate em mim e depois passa. Ela fica tatuada no meu corpo e se entrelaça com as tantas lesbofobias que passei e ainda

2 Para saber mais sobre leiam o *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*, organizado por Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares e Maria Clara Dias.



irei passar. Choro as suas dores chorando as minhas. Ela continuava sem ver meus olhos fixados nos dela, mesmo que as minhas súplicas estivessem voando em cada canto daquele espaço.

Comunicando-denunciando a lesbofobia sofrida, a mulher com anéis nos dedos reafirmou durante toda a sua fala a lesbianidade como potência de vida, o lesbofeminismo e as gingas feministas como sustentação teórica. Ela disse, como se estivesse em um trio elétrico, em conversas e bate-papos políticos sapatão e em ações e atos políticos em prol das vidas sapatões lésbicas, que estava e continuaria a lesbianizar todos os lugares, incluindo o espaço acadêmico, chamando outras pessoas a fazerem o mesmo. Lesbianizar os espaços significar conjurar-convocar corpos sapatões-lésbicos visíveis e vivos.

Sem que ela soubesse, eu segurava a sua mão e conjurava: vamos lesbianizar e sapatonizar tudo. Lágrimas rolavam dos meus olhos em direção à minha camisa e depois para o chão. Tentei me controlar, mas quando desaguardamos e deixamos desaguar, é difícil conter as histórias que carregamos cotidianamente nas águas que nosso corpo produz como meio de proteção e alívio e, tantas outras vezes, em modo de rejeição. Rejeitamos nossas lágrimas como se elas fossem culpadas pelas vidas que são roubadas, ceifadas e massacradas. Rejeitamos para não encarar os perigos que é revelar as correntezas, os córregos, os leitos, os rios, riachos e mares que somos e, também, que nos constituem.



Aprendemos a rejeitar, temer e ter medo de quem somos. Nossas lágrimas anunciam essa rejeição, temor e medo, porque não querem ficar aprisionadas. Querem sair, sentir seus tremores e suas dores, querem cantar e viver suas próprias brincadeiras. Deixei as lágrimas saírem, pois elas precisavam dizer o que eu não conseguia dizer-verbalizar: sou um corpo sapatão encantada com a existência da mulher de all star laranja, corajosa, desobediente, rebelde, ousada, audaciosa e afetiva. Será que ela viu meus olhos chorosos? Será que aqui ela me percebeu? Fiquei em questionamentos. Ela não estava apenas com seu bando, ela estava também comigo, em multidão.

Ela deixou de comunicar as memórias de uma escrita encarnada por causa do tempo. Fiquei revoltada, indignada e povoada de tristeza. Queria continuar ouvindo-a. Não era desejo, era necessidade de ouvir. Precisava continuar escutando-a. Passaria aquela noite (e para além) dela ouvindo-sentindo suas memórias-histórias. Ela sinaliza aquilo que sempre fez muito sentido para mim: quando uma mulher sapatão lésbica fala é um acontecimento, é uma revolução. Quando uma mulher sapatão lésbica ginga, tantas outras gingham giram. Dar tempo de fala para mulheres sapatões lésbicas é reparação histórica.

Os espinhos na cadeira voltaram e com mais intensidade. Eu me contorcía de um lado para o outro. Era o momento disponibilizado para as pessoas darem seus comentários, fazerem suas perguntas. Meu corpo estava impregnado com as palavras de Gloria Anzaldúa (2000, p. 233), especificamente quando ela disse: “Enquanto

lava o chão, ou as roupas, escute as palavras ecoando em seu corpo. Quando estiver deprimida, brava, machucada, quando for possuída por paixão e amor. Quando não tiver outra saída senão escrever”. Para além de escrever, naquele exato momento, necessitava verbalizar-comunicar o que estava sentindo para ela. Queria que ela, finalmente, me percebesse-sentisse. Que tinha alguém no estado do Piauí, na cidade de Floriano, que queria conhecê-la, estabelecer vínculos, aproximações, contatos, ser para ela, também, uma rede afetiva.

Eu não queria apenas lê-la ouvi-la, queria ser sua amiga, alguém-gente em quem confiar, desabafar e se sentir livre, leve e suave para continuar sendo quem é. Queria que ela se sentisse à vontade para ir em a um barzinho de esquina tomar cerveja, e em conversas sapatônicas, rirmos juntas da beleza das águas-ventos em tecer encontros casa. Queria convidá-la para dançar forró, tomar cajuína, tomar banho de chuva, ser criança de novo. Mas agora, uma criança adulta que ama lesbianizar-sapatonizar. Queria que sentisse alguma potência na minha escrita, nos meus desejos sinceros, na pesquisa que quero produzir, nos conhecimentos poéticos que desejo-querer inventar-incorporar ainda mais em si, alguma coisa de potente-pulsante no meu corpo. Não queria ser uma desconhecida, eu necessitava ser alguém-gente visível para ela.

“Queria dizer tanta coisa, tanto sentimento para ela”. Finalizei a fala, e um amigo levantou a mão sinalizando que eu queria falar, comentar, questionar. O coração errou as batidas, todo o corpo suave e, em questão de segundos,

se transformou em um vulcão. Eu não queria levantar, queria continuar sentada, mesmo meu corpo sendo perfurado por espinhos invisíveis. De repente, meu corpo tomou conta de tudo. Levantei-me, peguei o microfone e falei. Comuniquei palavras vazias, soltas, pressas, livres e repleta de sonhos. Era o que eu tinha para oferecer a ela: meu corpo cheio de sonhos-desejos. Da emoção que senti ao ouvi-la, engasguei-me nas tentativas de falar sobre o compartilhamento de dois corpos desconhecidos, mas que tinham algo em comum: as tantas ameaças sofridas. Busquei palavras bonitas para encantá-la, tracei linhas e rotas diversas, mas acabei me perdendo. Não seria diferente: sou uma mulher sapatão-poeta que anda, por vezes, perdida no ser-em-si, mas que tem buscado, e lutado cotidianamente, para se construir enquanto um ser-para-si e, quem sabe, um ser-em-nós.

Fiquei nervosa porque ela, agora, estava me percebendo. Olhando para mim. E ela nem imagina que passei naquele espaço-tempo-lugar fitando-a profundamente. Queria ter dito: “Você é uma das minhas deusas, dos meus sonhos bonitos”. Terminei de gaguejar as palavras direcionadas unicamente a ela e me sentei na cadeira. Minhas pernas já não aguentavam mais segurar os balanços do meu corpo. Vergonha, eis a palavra que meus traumas pronunciavam para desestabilizar a coragem de ter, além de encará-la, pronunciando palavras bobas, simples e honestas.

Para a minha surpresa, ela me percebeu. Alguma coisa do que eu disse a tocou. Não sei se fez tatuagem, mas a atravessou. Ela quis conversar, ler meus textos, sentir



minhas poesias e ter contato comigo. Eu já estava fluando de felicidade: a deusa do tênis all star laranja queria se aproximar. Em vez de medo, coragem povoou em mim. E foi com essa coragem que eu fui até ela. Me apresentar. Ela me abraçou, e eu só queria chorar e chorar. As mulheres (e um homem heterodissidente) de seu bando também me viram. Me abraçaram, festejaram o nosso encontro. Festejei e celebrei o empurrão que meu amigo me deu. Eu, a mulher sapatão de epistemologias poéticas, foi percebida, abraçada e sentida por uma de suas deusas: uma deusa de óculos redondos e tênis all star laranja.

...

No dia 16 de junho de 2023, data do meu aniversário. Fui me despedir dela e de seu bando. Ela me chamou e disse: “Quero tirar uma foto com minha futura orientanda”. Uma afirmativa ou prenuncia de uma deusa? A seguir, eis a foto.



Imagem 1 – Do lado esquerdo, a mulher feiticeira, do lado direito, a garota que a fitava



Fonte: Arquivo pessoal de Zuleide Paiva, 2024.

Hoje, sou sua orientanda no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED), no Departamento de Educação, Campus XIV, Conceição do Coité/BA, na Universidade do Estado da Bahia. Estamos juntas, uma na

outra, ousando pensar-pesquisar saberes existentes na relação entre lesbianidade e docência, e assim, quem sabe construir uma Pedagogia(s) Sapatão, imbricada em Epistemologias Poéticas.

Encerro este conto-texto reconhecendo sua incompletude e desejando que ele chegue até vocês, leituras/os, com alegria e que as águas-ventos possam movimentar nossas incertezas, enquanto giram nossos corpos para construir-imaginar-inventar caminhos, rotas, metodologias, pesquisas, conhecimentos outros. Desejo ainda que, para além do compromisso, responsabilidade e ética na pesquisa, nossas relações com nossas/os orientadoras/es possam ser vivas, bonitas e afetuosas.

Um desejo de alguém que está desaguando em uma orientação viva-afetiva, que aprende a desaprender, escreve as desleituras. Deixamos, pois, aqui o questionamento: pode uma tentativa (pista) de conto ser um caminho metodológico? Um conto-sapatão pode ser caminho para lesbianizar, sapatonizar a ciência feminista? Será que ainda estou em estado de ausência? Que traduções posso fazer acerca das minhas experiências em estados de ausência, mas que está experimentando uma pós-graduação com professoras-pesquisadoras e colegas de turma lésbicas? Que outras histórias podem ser contadas a partir do contato com outras mulheres sapatões lésbicas? O que pode um corpo sapatão em experiências com outros corpos sapatões e lésbicos? Como pensar uma lesbianidade e docência encarnada na realização de uma pesquisa em educação? Que rasuras podem ser feitas no campo

da educação? Pode-se fazer uma pesquisa em educação lançar mão de epistemologias eróticas e poéticas?

Deixo aqui abraços lesbo-sapatão para vocês. Até a próxima história!

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. Tradução Juliana Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BARBOSA, Roberto Gonçalves. Traços de uma contra-história da ciência para uma educação científica crítica: imperialismo e colonialismo. *Ensino & Pesquisa*, Paraná, v. 15, n. 4, p. 220-236, 2017.

BRINCAR DE VIVER. Intérprete: Maria Bethânia. Compositores: Guilherme Arantes e Jon Marcus Lucien. *Youtube*, 2015. Vídeo (3min 31s). Publicado pelo canal Música Paixão. Disponível em: https://youtu.be/kK27z557cS4?si=M_fC-G1O8K8_jeG8. Acesso em: 19 mar. 2024.

CRUA, Alívio. In: VERTE (org.). *A existência lésbica em poesia*. Ilustração de Mugra. Nova Hamburgo, RS: Francine Diemer, 2021, p. 29-30.

EMANUELE, Bruni. Um texto é um corpo e, sendo corpo, pulsa uma infinidade de outros. *Revista Compor*, Florianópolis, v. 1, p. 115-132, 2022. Disponível em: <https://revistas.compor.org.br/>



udesc.br/index.php/compor/article/view/22464. Acesso em: 28 mar. 2024.

LORDE, Audre. A poesia não é um luxo. *In*: LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 44-48.

PALAVRAS AO VENTO. Intérprete: Cássia Eller. Produtor: Nando Reis. Compositores: Marisa Monte e Moraes Moreira. *Youtube*, 2018. Vídeo (3 min 33s). Publicado pelo canal Cássia Eller. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cRoqDFKb17A>. Acesso em: 19 mar. 2024.

RODRIGUES, Hanna Cláudia Freitas. Corpografia: uma Prática estética da resistêncnia. *In*: RODRIGUES, Hanna Cláudia Freitas. *Corpo-lugar: a micropolítica na corpografia de ricardo alvarenga*. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira-Ba, 2019.



PRÁTICAS E
COMPORTAMENTOS
SEXUAIS SEGUROS ENTRE
HOMENS QUE FAZEM
SEXO COM HOMENS

RAFAEL VIDAL DA CRUZ

MARTEM COSTA DE SANTANA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As práticas e os comportamentos sexuais seguros entre homens que fazem sexo com homens, termo utilizado para designar “Homens que fazem Sexo com Homens” (HSH) mais não se caracterizam como homossexual, que no âmbito de suas necessidades fisiológicas optam por praticar o ato sexual com outros homens, quase sempre sem a preocupação com as práticas necessárias para a não aquisição das Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST (Andrade, 2016).

As IST são transmitidas principalmente por sexo sem proteção, Sexo Anal Desprotegido (SAD) e sexo oral sem uso adequado do preservativo externo, o que resulta em um problema de saúde pública (Lima *et al.*, 2014). Segundo Alecrim *et al.* (2020), a classe HSH representa cerca de 14,2% da Infecção por Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) no Brasil. Esse número está relacionado diretamente com a ausência de comportamentos e práticas eficientes antes, durante e após o ato sexual relacionados com falta de conhecimentos sobre as IST, mal uso de preservativos, euforia do momento, sexo oral



sem proteção, a prática do sexo como um negócio, intimidação, agressão sexual favorecem para o aumento das Infecções Sexuais.

Desta forma, se faz a seguinte pergunta de pesquisa: Como as práticas e comportamentos sexuais seguros estão sendo abordados e apresentados nos artigos científicos brasileiros relacionados ao grupo HSH de 2016 a 2020? a fim de subsidiar a reorganização e orientação de práticas e comportamentos sexuais seguros para proteção contra IST entre HSH. Para responder a este questionamento, elegeu-se como objetivo geral: investigar, nos artigos científicos brasileiros, a produção de conhecimentos referente às práticas e comportamentos sexuais seguros entre homens que fazem sexo com homens.

Portanto, o presente artigo se justifica pela necessidade de mais estudos voltados ao público HSH, abordando medidas preventivas, comportamentos e práticas sexuais seguras. A escassez de informações, bem como a não cooperação e adesão ao tratamento podem gerar grandes impactos e sequelas na vida de todas as pessoas envolvidas.

A investigação tem como relevância social e acadêmica, o compartilhamento de orientações sobre medidas preventivas contra IST e discussões sobre a prática do sexo seguro entre HSH, em prol de uma sociedade mais justa, responsável, empática, igualitária e com melhor qualidade de vida.

A pesquisa está dividida em 06 partes: 1) As considerações iniciais apresenta a problemática, o objetivo e a



justificativa; 2) A fundamentação Teórica compreende uma revisão bibliográfica sobre o público HSH, abordando e detalhando sobre as IST; 3) Os procedimentos metodológicos da pesquisa compreende os passos para a obtenção dos dados da pesquisa; 4) O desenvolvimento; 5) Os resultados e discussões; 6) As considerações finais do trabalho.

HOMENS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS

Nesta segunda secção, apresenta-se a definição de HSH: são pessoas de identidade de gênero masculino que vivenciam suas sexualidades e afetos com outros homens. A distinção entre gays e HSH é que a primeira categoria, além da prática sexual, traz em seu bojo a noção de pertencimento e identificação, enquanto a segunda se encerra nas práticas sexuais e afetividades (Brasil, 2020). A categoria HSH surgiu na epidemiologia para agrupar todas as pessoas biologicamente homens e que declaram ter relações sexuais com outros homens, não importando sua identidade sexual, mas sim, sua prática sexual (Andrade, 2016, p. 23).

Logo, a categoria classe ou grupo HSH vem sendo amplamente utilizada para designar homens homossexuais, bissexuais (Lima *et al.*, 2014), acrescenta-se, também, homens héteros, garotos de programa, homens que estão privados de sua liberdade, homens que compartilham ambientes em quarteis, repúblicas, alojamentos, dentre outros. No entanto, certos homens precisam suprir suas necessidades fisiológicas, e acabam tendo relações



sexuais com companheiros de sala, sela, quarto e curiosos que “assumem tal prática, mas que podem sentir dificuldade em se definirem como homossexuais” (Lima et al., 2014, p. 887) outros são bissexuais ou pansexuais.

O evento ocorrido no bar *Stonewall Inn* em *Nova York*, nos EUA, em 28 de junho de 1969, marca o início do movimento de rua e a busca dos direitos LGBT (Rosa, 2019). Considera-se esse evento como ponto de partida para que a comunidade gay da época saísse para protestar e falar abertamente do orgulho gay e, assim, construir sua orientação sexual.

No Brasil, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), originou-se na metade dos anos 1970 predominantemente composto por homens homossexuais (Facchini, 2003). Ferreira e Sacramento (2019, p. 236) destacam que “no Brasil o movimento em defesa dos direitos LGBT eclodiu como um ato de resistência em plena ditadura militar, marcada pela repressão e por ideais conservadores”. Destaca ainda, que “a consolidação de movimentos identitários proporcionaram novas agendas públicas como por exemplo: movimento negro, movimento feminista, movimento homossexual. “A articulação de coletivos inicialmente identificada como o MHB passou a se denominar de movimento LGBT devido às lutas e o público envolvido em suas demandas” (Ferreira; Sacramento, 2019, p. 237).

Contudo, a sigla LGBT agregou mais cinco letras e o símbolo de adição para se referir a qualquer pessoa que não se enquadra como heterossexual ou cisgênero. A



comunidade LGBTQIAPN+ e o mundo que ela representa vive em constante mudança e evolução. Nos meios de militância, ainda surgem novas letras para representar outras homossexualidades, como o “i” de intersexo, o “q” de *queer* e o “a” de agêneros e assexuados (UNAIDS, 2017; OMS, 2020), bem como, o “p” de pansexuais e o “n” de não-binário.

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passa a ser adotada, em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), em consonância com a utilização internacional empregada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), pela sociedade científica e por alguns países desde 2006. Nesse contexto, alerta-se a população sobre a possibilidade de ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas, o que aponta para estratégias de atenção integral, eficaz e resolutiva (Brasil, 2015a).

Conforme Silva *et al.* (2018), as IST estão entre os problemas de saúde pública mais frequentes em todo o mundo, além disso, aumentam as chances de infecção pelo HIV. As IST são frequentes, têm múltiplas etiologias e apresentações clínicas, e causam impacto na qualidade de vida das pessoas, nas relações pessoais, familiares e sociais (Brasil, 2015a). A transmissão/contaminação pode acontecer através da transfusão de sangue, compartilhamento de seringas para uso de drogas, percutâneo



(com agulha), sexo anal receptivo, sexo anal insertivo, sexo oral receptivo, sexo oral insertivo, fluidos corporais (sangue, sêmen) e compartilhando brinquedos sexuais (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre Hiv/Aids, 2017a).

Todavia, se faz necessário levar em conta que situações de vulnerabilidade podem contribuir para a aquisição direta ou indiretamente de IST, HIV/Aids e outras infecções. Outro meio de se adquirir uma IST é através da violência sexual, que é compreendida como um fator de saúde pública, segurança e acesso à justiça, que reclama do Estado políticas e ações integradas para responder a essa questão. Pode ocorrer em espaços públicos e privados, podendo causar traumas e ferimentos visíveis e invisíveis, e, em outros casos levar à morte (Brasil, 2015b).

Entretanto, a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV é um método de prevenção à infecção através do uso diário de medicamentos antirretrovirais (ARV) por pessoas não infectadas pelo HIV para prevenir a infecção pelo HIV. Mais de 10 ensaios clínicos randomizados demonstraram a eficácia da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) na redução da transmissão do HIV em uma ampla gama de populações, incluindo casais heterossexuais sorodiscordantes (casais em que um parceiro está infectado e o outro não), homens que fazem sexo com homens, mulheres transexuais, casais heterossexuais de alto risco e usuários de drogas injetáveis (Organização Mundial da Saúde, 2020).



O uso da PrEP, consiste na ingestão diária de um comprimido capaz de impedir que o vírus invada as células de defesa do organismo. Conhecido popularmente como Truvada, o antirretroviral passou a ser distribuído gratuitamente pelo Ministério da Saúde no Brasil, em 2017, é um método de prevenção ao HIV (Carvalho; Azevedo, 2019), e não a outras IST.

A OMS recomenda o uso da Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP), medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras IST, essa medida deve ser adotada quando a pessoa for submetida a violência sexual; relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha); acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes ou contato direto com material biológico). A PEP é o uso de ARV dentro de 72 horas da exposição ao HIV para prevenir a infecção. O PEP inclui aconselhamento, primeiros socorros, teste de HIV e 28 dias de tratamento ARV com cuidados de acompanhamento (Organização Mundial da Saúde, 2020).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa básica, qualitativa descritiva com abordagem do tipo revisão de literatura. De acordo com Flick (2009, p. 16), a pesquisa qualitativa dispõe do texto como “parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão de estudo”.



Para tanto, foi realizado, entre os meses de novembro de 2019 a dezembro de 2020, um levantamento de periódicos indexados nas seguintes bases de dados: *Scientific Eletronic Library (SciELO)*, e nos dois bancos de dados: *Google Acadêmico* e *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)*, utilizando o operador booleano *AND*.

Para o acesso aos textos completos, foram utilizados os descritores: “Minorais Sexuais e de Gênero” *AND* “Comportamento Sexual”; “Minorias Sexuais e de Gênero” *AND* “Sexo sem Proteção”; “Comportamento Sexual” *AND* “Sexo sem Proteção”; “Minorias Sexuais e de Gênero” *AND* “Comportamento Sexual” *AND* “Sexo sem Proteção”, presentes nos Descritores em Ciências da Saúde/*Medical Subject Headings (DeCs/Mesh)*. Em seguida, exibe-se no quadro 1 artigos encontrados nas bases/bancos de dados.

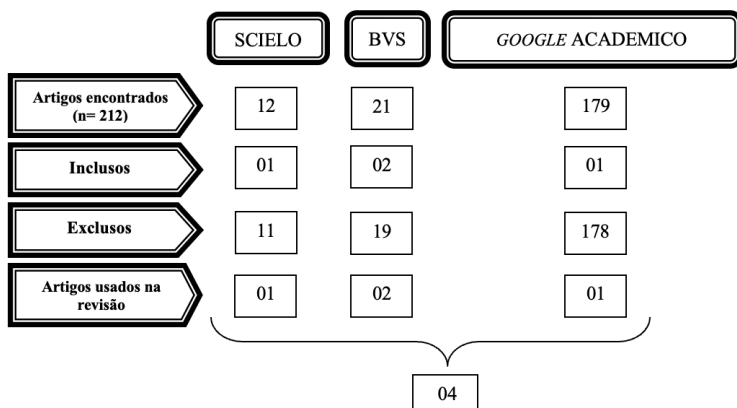
Nas bases de dados *SciELO*, *BVS* e *Google acadêmico*, ao combinar “Minorias Sexuais e de Gênero” *AND* “Comportamento Sexual” não foram encontradas publicações; ao associar “Minorias Sexuais e de Gênero” *AND* “Sexo sem Proteção”, foi encontrado 01 artigo na base de dados *SciELO* e 01 artigo no *BVS*, no *Google acadêmico* não foi encontrado artigo; ao mesclar “Comportamento Sexual” *AND* “Sexo sem Proteção” foram encontradas publicações nas 03 bases de dados, sendo 11 artigos no *SciELO*, 20 publicações no *BVS* e 176 no *Google acadêmico*; quando combinado os 03 descritores “Minorias Sexuais e de Gênero” *AND* “Comportamento Sexual” *AND* “Sexo sem Proteção” não foram encontradas publicações nas 03 bases de dados.



Logo, foi obtido um total de 12 publicações no SciELO; 21 publicações no BVS e 179 publicações no *Google* acadêmico.

Após a criação da questão de pesquisa, buscamos nas bases e bancos de dados, os estudos que foram introduzidos nesta pesquisa. As publicações científicas preencheram os seguintes critérios de inclusão para a revisão de literatura: acessibilidade dos textos completos e gratuitos; idiomas em português; ano de publicação no período de 2016 a 2022; seleção do título que contenha referência aos descritores; leitura classificatória do resumo; leitura do texto na íntegra; estudos empíricos. Excluímos 208 artigos que não responderam à questão de pesquisa; artigos que se repetiram nas bases de dados; artigos de opinião, de reflexão, editoriais; artigos de revisão ou teóricos; monografias, teses e dissertações; relatos de experiência; capítulos de livros; artigos que requerem encargos financeiros.

Figura 1– Fluxograma de seleção dos artigos para a revisão narrativa



Fonte: Autoria Própria (2024).

Após a coleta dos dados, conteúdos foram categorizados e em seguida analisados por meio da análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2016). A escolha do tema partiu da necessidade de saber mais sobre as práticas e os comportamentos sexuais seguros existentes. Foram feitos estudos, investigações sobre o tema nos bancos e bases de dados. Contudo, foram encontrados poucos artigos que abordasse a temática, os que foram encontrados só apresentavam a camisinha como meio preventivo. Os trabalhos relevantes para a pesquisa foram baixados, categorizados e separados em pastas de acordo com a base e/ou banco de dados que foram encontrados.

Logo após, vem à exploração do material na qual abrange: codificação, decomposição ou enumeração das atribuições anteriormente estabelecidas, ou seja, criação dos eixos temáticos. Nessa fase, o material pesquisado foi analisado de forma detalhada e os eixos temáticos foram compostos através da necessidade de explorar mais sobre tema e todas as consequências da prática do não uso do preservativo, comportamentos sexuais seguros, aquisição de IST, cuidados de higiene pessoal e individual, o contexto histórico das lutas e conquistas da população LGBTQIAPN+.

Por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação que evidencia a consolidação dos resultados e dar a importância devida às informações colhidas para a análise, utilizando aporte teórico com as nossas inferências. Nessa fase, os dados coletados foram importantes e



significativos, o que resultou na necessidade da construção de quadros apresentando práticas e comportamentos sexuais seguros; hábitos de cuidados individuais e coletivos não só para o público HSH. Dispõe de cuidados profiláticos e comportamentos que podem ter como resultado a não infecção de IST e/ou outras infecções. Tem o intuito de apresentar categorias para promoção de saúde e prevenção de IST não encontrados nos artigos, manuais e cartilhas estudadas.

PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS SEXUAIS SEGUROS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

O público HSH que não faz uso de práticas e comportamentos sexuais seguros, em todas as suas relações sexuais, estão mais suscetíveis a aquisição de IST. Todavia, vale ressaltar que não basta só ter conhecimento, saber das práticas e comportamentos sexuais seguros, é preciso praticá-los, não podendo dar mais como desculpas: esquecimento, desestimulante, perda ou diminuição da libido, indisponibilidade, rejeição, negação, desconforto, esfriamento, impotência, insatisfação, frigidez, desprezo, indiferença, desvalorização, menosprezo, des-caso, desrespeito, dentre outros.

Rios *et al.* (2019) apontam contextos que são fatores que podem contribuir para sexo sem proteção ou sexo anal desprotegido: Ter relação sexual com pessoas conhecidas, a confiança no parceiro pelo fato de ser alguém próximo contribui para ausência do preservativo; relação com namorado, a confiança e o conhecimento são fatores



decisivos para o sexo anal desprotegido; ter relação com estranhos, excitação, com a presença de estranhos, em especial em surubas (sexo grupal) e nos *dark rooms* (local escuro para sexo em boates), são descritas como de muito tesão e nas quais a camisinha pode sair de cena”. Outro fator em destaque é o fato de o cara ser “bonito, logo não teria doença”.

Para Linhares, Assis e Mangiavacchi (2018), algumas pessoas mesmo sabendo onde adquirir a camisinha, não procuram, situação que deve ser combatida pelos serviços de saúde, com distribuição de preservativos em locais que são mais frequentados, buscando reduzir os índices de IST e infecção pelo HIV. É importante as campanhas governamentais de prevenção das IST, inclusive com disponibilização de preservativos, com o objetivo de frear o aumento das taxas de infecções preveníveis (Gräf *et al.*, 2020).

Contudo, políticas voltadas para educação sexual, se faz importante pois podem impactar em comportamentos sexuais inseguros e conseqüentemente na redução de IST e outras infecções. A seguir, explana-se no quadro 1 ações para promoção da saúde e prevenção à IST.



Quadro 1 – Medidas Preventivas contra Infecções Sexualmente Transmissíveis para Homens que fazem sexo com Homens

Nº	MEDIDAS PREVENTIVAS	MATERIAIS	CUIDADOS PARA PREVENÇÃO DE IST
1	HIGIENE CORPORAL	<p>Toalha Sabonete Sabonete íntimo Xampu Água limpa Escova dental Creme dental Fio dental Protetor labial Tesourinha e lixa de unha Alicate de unha Antisséptico Álcool gel</p> <p>Higienizador íntimo “Chuca”</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Higienizar cabelos, dentes, língua, palato, lábios, gengivas, orelha, nariz, barba, pele, mãos, unhas, cutículas e ânus, antes e após o ato sexual. 2. Evacuar, se possível, antes do ato sexual e, em seguida, fazer a higiene íntima com água e sabonete sem necessidade de introduzir nada no ânus. 3. Esvaziar a bexiga antes e depois do ato Sexual. 4. Lubrificar o ânus com lubrificante à base de água; 5. Inserir um dedo no canal para facilitar à abertura e, posteriormente, insira mais um junto do primeiro; 6. Realizar uma força que faria para defecar para facilitar a entrada dos dedos e introduza a parte final do bico do frasco do higienizador, evitando líquido quente; 7. Introduzir o líquido e retirar o bico do recipiente com o líquido; 8. Ficar sentado no vaso sanitário por no máximo 5 minutos (evitar hemorroidas); 9. Repita a operação até que saiam todas as fezes e a água saia o mais transparente possível. 10. Evitar fazer com mangueira e garrafa pet. 11. Evitar em caso hemorroidas ou fissuras. 12. Preferir higienizador portátil reto-anal individualizado (300 ml). 13. Evitar uso diário.

2	AMBIENTE DO ATO SEXUAL	Álcool em gel Lençol Toalha	14. Observar se o ambiente está bem higienizado, se os lençóis trocados e toalhas limpas e ensacadas.
3	PRODUTO DE HIGIENE ÍNTIMA	Sabonete líquido íntimo	15. No banho, agitar o produto, colocar uma pequena quantidade na palma da mão e aplicar na região íntima externa. Depois, enxaguar bem para não deixar nenhum resíduo do produto.
4	BEIJO GREGO E SEXO ORAL	Lábios Língua Pênis	16. Evitar fazer sexo oral sem camisinha com pessoas desconhecidas e sem confiança. higienizar o ânus com água e sabão antes do ato sexual preliminar. não deve ser realizado se a pessoa estiver com infecções, lesões ou sangramentos.
6	COMPARTILHAMENTO DE OBJETOS ÍNTIMOS	Escova de dente Aparelhos de depilação Cueca Sunga	17. Evitar emprestar produtos de higiene íntima, de uso individual, o compartilhamento desses produtos pode transmitir infecções que podem demorar anos para se desenvolverem. 18. Lavar e colocar preservativo, sempre, nos brinquedos sexuais durante o uso.
7	PRESERVATIVOS	Camisinha Externa Gel lubrificante à base de água Luvas para “fisting” (mão e punho) Luva de dedos	19. Fazer o uso em todas as relações orais (pode ser com sabor) e anais (lubrificante). É importante trocar de preservativo ao trocar o orifício de penetração ou pessoa.
8	COMPARTILHAMENTO DE AGULHAS E SERINGAS	Agulhas Seringas Álcool gel	20. Evitar o compartilhamento de seringas, agulhas e outros objetos não esterilizados (alicate de unha).
9	VACINAÇÃO	Hepatite A Hepatite B HPV dT Meningite	21. Procurar o serviço de saúde para atualizar o cartão de vacina.
10	PrEP - PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO AO HIV	Medicamento	22. Usar para prevenir o HIV nas relações sexuais. Como a PrEP não protege contra outras IST, o uso do preservativo sempre que fizer sexo é a forma mais segura de se prevenir.
11	PEP - PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO AO HIV	Medicamento	23. Usar medicamentos antirretrovirais - usados para tratar o HIV após potencialmente ser exposto ao vírus durante o sexo, para prevenir a infecção.

Fonte: Autoria Própria (2024).



Esses hábitos de cuidados de si, divulgado no quadro 3, devem ser constantes, o público HSH precisa estar atento aos pequenos detalhes, utilizar os produtos nos prazos de validade e adequados antes, durante e depois do ato sexual em si.

A promoção da saúde compreende na ação individual e coletiva, ato de compromisso na busca de uma vida mais saudável e segura. Saber como essas práticas se realizam e estão presentes no cotidiano dos HSH, identificam as vulnerabilidades e que tipo de necessidades formativas deve ser suprimidas, poderão abrir possibilidades para uma vida com maior qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população HSH constituem em um grupo com necessidades distintas com características particulares e diferenças socioculturais. A partir dessa identificação, se faz necessário a manutenção da educação permanente de Equipes de Saúde para discutir alternativas que possam identificar infecções, assim como, aconselhar e acompanhar pessoas diagnosticadas com alguma infecção, deste modo, diminuir a transmissão/contaminação de IST.

A sensibilização da comunidade LGBTQIAPN+ a respeito das IST deve estar ao alcance quanto as orientações sobre sexo seguro e outras formas de prevenção de adoecimentos por contaminação durante as relações sexuais. A comunicação eficaz, segura e não violenta pressupõe a diminuição dos números de pessoas



contaminadas por IST, bem como melhora qualidade de vida de pessoas que vivem e convivem com IST ainda não curável. No que se refere aos comportamentos e práticas sexuais seguras, relacionadas ao público HSH, percebe-se a escassez de estudos científicos e de políticas públicas voltadas para informação e sensibilização de medidas de prevenção de IST.

Com relação às dificuldades para o desenvolvimento deste trabalho, pode-se listar: escassez de artigos sobre medidas preventivas que não seja só o uso do preservativo externo e voltados, especificamente, para o público LGBTQIAPN+, algumas vezes a falta de acesso à internet banda larga foram os principais obstáculos encontrados.

Quanto ao objetivo da pesquisa, foram encontrados apenas 04 artigos científicos sobre os tipos de comportamentos e práticas sexuais seguras entre HSH, contudo possibilitaram atingir o objetivo proposto. Realça-se que as conversas informais, experiências e vivências, programas de televisão, leituras em jornais, revistas, panfletos, manuais, noticiários, dentre outras formas de divulgação, contribuíram para a materialização dos resultados desta pesquisa.

O trabalho contribui ao revelar outras medidas preventivas para além do uso do preservativo externo, tais como: higiene íntima; produto de higiene; compartilhamento de objetos íntimos, em especial agulhas e seringas; local das relações sexuais; medidas preventivas durante o “beijo grego” e sexo oral; uso de equipamentos descartáveis;

vacinação; uso do PrEP e PEP; reconhecimento dos sinais e sintomas de IST.

Recomenda-se a realização de outros trabalhos voltados para o público LGBTQIAPN+ e, especificamente, para Mulheres que fazem Sexo com Mulheres (MSM). Sugere-se o desenvolvimento de projeto de extensão com intuito de sensibilizar a comunidade acadêmica e sociedade sobre medidas preventivas e práticas sexuais seguras, bem como atividades educativas em Unidades Básicas de Saúde, motéis, saunas gay e/ou em qualquer ambiente utilizado para relações sexuais.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, D. J. D.; CECCATO, M. G. B.; DOURADO, I.; KERR, L.; BRITO, A. M.; GUIMARÃES, M. D. C. Fatores associados à troca de sexo por dinheiro em homens que fazem sexo com homens no Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 1025-1039, 2020.

ANDRADE, Andreia Alves de. *Prevalência da Infecção por Vírus da Hepatite C e práticas de risco em homens que fazem sexo com homens em Goiânia – Goiás empregando o método Respondent – Driven Sampling (RDS)*. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Tropical e Saúde Pública) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)*. Atenção Integral às pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Brasília, DF: MS, 2015a.



BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça. Secretaria de Políticas para as Mulheres **Norma técnica:** atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios. Brasília, DF: MS, 2015b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para atenção integral às pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)*. Brasília, DF: MS, 2020.

CARVALHO, Carlos Alberto; AZEVÊDO, José Henrique Pires. Do AZT à PrEP e à PEP: aids, HIV, movimento LGBTI e jornalismo. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação*. v. 13, n. 2, p. 246-260, 2019.

FACCHINI, Regina. Movimento Homossexual no Brasil: Reconstituindo um histórico. *Cad. AEL*, v. 10, n. 18/19, p. 81-125, 2003.

FERREIRA, Vinícius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBT no Brasil: Violência, memórias e lutas. *Revista Eletrônica Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2 p. 235-239, 2019.

FLICK, Uwe. *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.



GRÄF, Débora Dalmas; MESENBURG, Marília Arndt; FASSA, Anaclaudia Gastal. Comportamento sexual de risco e fatores associados em universitários de uma cidade do Sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública (RSP)*, São Paulo, v. 54, n.41 p. 1-13, 2020.

LIMA, Diego Jorge Maia *et al.* Comportamentos e práticas sexuais de homens que fazem sexo com homens. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 67, n. 6, p. 886-890, 2014.

LINHARES, Elisângela Soares; ASSIS, Heloisa Pereira de; MANGIAVACCHI, Bianca Magnelli. Infecções sexualmente transmissíveis: conhecimento, atitudes e vulnerabilidades de adolescentes escolares no município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ. *Revista Científica Interdisciplinar*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 44-208, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *HIV/AIDS*. Suíça, GE. OMS, 2020.

QUEIROZ, Luiz Gonzaga Morando. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). *Revista Unilab, Belo Horizonte*, v. 1. n. 4, p. 62-76, 2018.

RIOS, Luís Felipe *et al.* O drama do sexo desprotegido: estilizações corporais e emoções na gestão de risco para HIV entre homens que fazem sexo com homens. *Sexualidade, Saúde e Sociedade – Revista Latino-americana*, n. 32, p. 65-89, 2019.



ROSA, Rovena. BBC Brasil. *50 anos de Stonewall: saiba o que foi a revolta que deu origem ao dia do Orgulho LGBT*. São Paulo, SP, 2019.

SILVA, Carla Marins *et al.* Enfermeiras do planejamento familiar frente à vulnerabilidade às IST/HIV: estudo descritivo. *Online Brazilian Journal of Nursing*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-5, 2018.

UNAIDS. *Programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS*. Brasília, DF: UNAIDS, 2017.



A PRODUÇÃO DAS "CAUSAS"
DAS HOMOSSEXUALIDADES
EM *A INVERSÃO DOS SEXOS*
(1935)

RENAN DE SOUZA NASCIMENTO

INTRODUÇÃO

Uma das tecnologias mais consistentes no Ocidente, para tornar uma vida menos importante do que outras, é a patologização. É transformando alguém essencialmente em uma doença. Isso torna a história, o corpo, as práticas e desejos do indivíduo altamente gerenciáveis, alvos de especulação, de obrigações, de denúncia social, num acionamento de pessoas em torno do (a) doente, desde a família e vizinhança até grandes instituições, na busca por reverter o quadro considerado anômalo, incorreto ou torná-lo menos prejudicial de alguma forma.

No caso das sexualidades dissidentes, especificamente das homossexualidades, observo que primeiro se instituiu uma norma no âmbito público e privado, a cisheterossexualidade compulsória, binária, reprodutiva e monogâmica (Vergueiro, 2023; Rich, 2010), e, em seguida se buscou o porquê dos deslizes dessa norma, através da decomposição das características dos sujeitos, da observação do detalhe e da vigilância constante. É o que Michel Foucault (2020) identificou como disciplinas, uma “anátomo-política” focada no corpo individual, em seus movimentos,



atividades e forças manejadas em termos de eficácia e de lucro econômico. Um poder que distribui os corpos nos espaços, que organiza multidões confusas para sua análise e que é “modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada” (Foucault, 2020, p. 167). Surge com isso, o corpo máquina, um “organismo dotado de capacidades” (Foucault, 2005, p. 297), possuidor de instintos sexuais.

No Brasil, do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a sexualidade e o gênero emergem como problemas na ordem dos discursos, em especial, naqueles que circulavam nas principais capitais do país. Era preciso docilizar os corpos dos cidadãos para garantir, assim, a ordem social. Discursos e representações da imprensa, da literatura, de políticos e médicos propagavam o modelo ideal de mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, perfil burguês feminino, que procurava convencer as mulheres que suas funções deveriam se limitar ao lar e ao casamento. Ao mesmo tempo, o homem era concebido como um pai, sujeito que deveria trabalhar fora de casa e prover o sustento e segurança da prole. A mulher era entendida como biologicamente frágil, ligada aos afetos e passiva e o homem, como uma pessoa forte, firme, propensa ao pensamento e ativo (Costa, 1999; Maia, 2023). Era a “moderna” família nuclear burguesa que, entretanto, conservava em si históricas diferenças e condenava, como abjeção, tudo que escapava desses perfis binários, a exemplo das prostitutas (Engel, 2004); das mulheres pobres (Chalhoub, 2021) e dos (as) homossexuais.



Contudo, só nos anos de 1930 que uma literatura mais robusta sobre as homossexualidades vai se desenvolver, tendo em vista a importância delegada pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945) à medicina-legal (Pereira, 1994). Dois médicos se destacavam nesse debate: Leonídio Ribeiro, no Rio de Janeiro, defendendo as causas hormonais para os “desvios” sexuais e Estácio de Lima, na Bahia, se alinhando mais às causas psicossociais. Esse também era o momento em que os brasileiros começavam a ler mais sobre sexo, fazendo que o mercado editorial ficasse mais diversificado a esse respeito. As editoras Civilização Brasileira, Companhia Editora Nacional (CEN), Calvino, Freitas Barros, Guanabara (Koogan-Weissman) e Francisco Alves publicavam tanto livros da elite médica da época sobre a “questão sexual”, como dos autores acima referidos, quanto obras de sexologia mais popular ou “vulgar”, como se dizia naquele tempo (Carrara, Russo, 2002).

Sabendo disso, questiono: a que se atribuiu as homossexualidades nos anos de 1930? Como a medicina-legal de então significou os “motivos” dos “desvios sexuais”? Quais sentidos foram constituídos sobre isso? Objetivo, assim, analisar enunciados dos anos de 1930 sobre as “origens” das homossexualidades, empregando alguns operadores e conceitos da análise de discurso de vertente francesa, a partir das considerações de Eni Orlandi (2020). Para isso, selecionei excertos do livro *A Inversão dos Sexos*, publicado em 1935, pelo médico Estácio de Lima. Trabalhei anteriormente na dissertação esta obra e verifiquei então a pouca reflexão historiográfica e filosófica sobre a mesma.

Estácio Luiz Valente de Lima (1897-1984), era um prestigiado professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia e integrante do Conselho Penitenciário do estado (Vasconcelos Filho, 2012). Publica uma série de trabalhos sobre assuntos diversos, entre eles a obra *A Inversão dos Sexos* (1935), documento com três partes: homossexualidade masculina, feminina e heterossexualidade. Foi publicado na coleção Biblioteca Brasileira de Medicina Legal, pela editora Guanabara. Não há informações sobre edições e tiragens desta obra. Vejamos, agora, a análise do discurso desta fonte.

DAS “MÁS INFLUÊNCIAS” ...

Quando os discursos médico-legais brasileiros se propunham a pensar as causas, aquilo que suscitou a “gênese” das homossexualidades, procuravam antes de tudo o que deu errado na “evolução” dos sujeitos e o que afetou o rumo “adequado” dos desejos. Perguntar sobre o porquê da existência do (a) sujeito (a) homossexual, em suma, significava questionar o que fazer com esse indivíduo e como impedi-lo de surgir. Por isso, em Lima, há dois movimentos constantes no que diz respeito ao modo de investigação do fator de origem do “problema”: o recurso a uma ampla gama de autores europeus e a culpabilização de certos personagens sociais.

Na parte referente à homossexualidade feminina, no capítulo VI, Estácio de Lima se pergunta: “quaes serão, afinal, os factores decisivos que arrastam o individuo ás anomalias e aberrações do instinto sexual? Porque estas



modificações da libido assim acentuadas [...]?”¹ (Lima, 1935, p. 64). Para logo em seguida dizer:

Considerando que nas rodas prostibulares não faltam os casos de lesbianismos, certos autores, [...] attinentes á subordinação em grande parte, das inversões sexuaes, aos excessos genésicos, admittiram que as meretrizes offereciam o exemplo da regra: uso, depois abuso desmedido do coito, conduzindo ao saphismo. [...] O ambiente prostitucional em si, torturando, desesperadamente, as tristissimas creaturas da “vida alegre”, aproximando-as e unindo-as por laços fortes gerados ás custas da mesma grande dôr sentida; isso, e mais os tóxicos de toda a ordem – álcool, fumo, cocaina, ether, etc., como ainda os exhaustões das noites dissipadas na bohemia, afóra o que a syphiles e doenças outras produzem, e, outrosim, a simples convivencia, demasiado estreita, de mulheres com mulheres mentalmente suspeitas, tudo é capaz, muito melhor que a lascivia hetero-sexual, de acarretar desvirtuamento da libido, no seu objecto (Lima, 1935, p. 64-65).

Salta aos olhos nestes enunciados o número de termos negativos empregados na significação do espaço da prostituição e das prostitutas: tortura, exaustão, tristes, dor, suspeitas, desespero, tóxicos, doenças. Um recinto insalubre, vicioso, onde se fazia sexo de forma abusiva, só poderia logicamente na racionalidade do médico ser um dos principais provocadores do aparecimento das lesbiandades². Mesmo a lascívia heterossexual era mais respeitável

1 Optei por manter a grafia original da fonte.

2 Optei pelos termos lesbiandade e lesbiana, seguindo as considerações de Tânia Swain (2016).



socialmente, desviando menos os prazeres do que aqueles advindos dos encontros com as meretrizes-lesbianas.

A matriz de sentido – categorias constitutivas dos discursos de um período (Maia, 2023) – que produz esta interpretação aqui é a figura da prostituta como alteridade moderna exemplar, “corpo mítico e alegórico onde outras diferenças negadas podem se instalar” (Rago, 2008, p. 28), num contexto social que lidava com dificuldade diante das transformações urbanas que alteravam a condição feminina e os atributos de feminilidade. Já que naturalmente não era considerada uma “mulher honesta”, uma “boa dona de casa”, as lesbianas foram inseridas em relações licenciosas, na famosa ocupação onde tudo se transformava em mercadoria, simbolizando “aquilo que se via como degradação: uma sociedade onde as relações sociais são mediadas pelo equivalente geral, o dinheiro” (Rago, 2008, p. 46).

As mulheres prostitutas ao mesmo tempo que faziam irromper uma subjetividade-outra, que separava em teoria o amor puro e o prazer sexual (separação extremamente mal vista pelo discurso conservador e cristão da época), poderiam segundo Lima, desenvolver relações afetuosas e estreitas entre si, a ponto de desafiarem alguns dos preceitos desiguais da cishéteronorma. Elas construíram o âmbito excluído da legitimidade sexual, um exterior constitutivo do limite do que se entendia como válido. Ao mesmo tempo, para o autor, as moças virgens também poderiam desenvolver as “aberrações do instinto” pela dificuldade inicial em ter relações sexuais de forma

“normal”, num contraponto à defesa da feminilidade virginal do Catolicismo. Nessa associação, atribuiu-se às lesbiandades e sua “origem” certo amadorismo e ingenuidade.

Já no início do capítulo IX, na parte referente à homossexualidade masculina, Lima cita o médico e criminologista alemão Johann Ludwig Casper (1796-1864) que separava os desvios sexuais em duas “espécies” de enfermos: os congênitos e os adquiridos e diz que para Casper o fator que conduzia à pederastia³ adquirida era “o desregramento na copula [...], o abuso no coito com mulher, provocando uma especie de repugnancia” (Lima, 1935, p. 224), e que a masturbação também passou a ser tida pelo mesmo autor, como produtora da “moléstia”. Já para o fisiologista francês Eugène Gley (1857-1930) os estados missexuais não congênitos ocorriam em razão simplesmente da curiosidade, da vontade de experimentar outras sensações. Lima alude também à Paolo Mantegazza (1831-1910) que associava a “inversão da libido” à dificuldade de praticar o coito em “estado normal”, e ao desejo de alcançar um novo prazer.

Assim, o enunciador cita uma série de estudiosos estrangeiros e seus intertextos, buscando validar a postura dele mesmo no debate, sendo que em comum os três estudiosos citados trabalhavam com sentidos psicossociais.

3 Na obra, as palavras homossexualidade, homossexualismo, missexualismo, intersexualidade, inversão sexual e pederastia são tratados como sinônimos, significando, ao mesmo tempo, o desejo e prática sexual entre dois homens ou duas mulheres e performatividades de gênero inconformes e dissidentes da cisheterossexualidade (Butler, 2017). Optei prioritariamente por utilizar o termo homossexualidades, já que permite criticar o paradigma patológico de então e também porque foi a palavra que mais persistiu temporalmente, aglutinando sentidos mais positivos nas últimas décadas.



Por meio desses interdiscursos, ou seja, aquela memória discursiva, o dito antes, em outro lugar, mas que afeta a significação numa situação dada (Orlandi, 2020), ou o desejo homossexual aparecia em razão de uma prática heterossexual mal feita ou pela busca deliberada por prazeres novos. Há nessas citações uma codificação disciplinar dos movimentos corporais, embasada no melhor gesto e na prática sexual mais eficaz conforme a cisheterossexualidade compulsória. O parâmetro é uma prática que não produz perturbação na diferença sexual e que é ao mesmo tempo, reprodutiva e obediente às coerções do casamento burguês. Um modelo de prática sexual muito restritivo e custoso, porque exigiu vigilância contínua dos sujeitos, naturalizado nas relações graças a um prévio “recorte de certas zonas corporais como “órgãos” (sexuais ou não, reprodutivos ou não, perceptivos ou não, etc.)” (Preciado, 2017, p. 127). Estes órgãos remetidos à papéis sexuais foram então atribuídos hierarquicamente aos gêneros masculinos e femininos, assegurando, além de outras coisas, “a exploração material de um sexo sobre o outro” (Preciado, 2017, p. 26). Assim foi que, a virgindade (mencionada anteriormente), o sexo sem limites, a masturbação, a procura por práticas sexuais não convencionais e os impedimentos para a penetração foram associados nesses enunciados diretamente às homossexualidades, distantes que estavam do “coito normal”.

Lima então diz que um psicanalista chamado Angelo Hesnard (1886-1969), entendia que a perversão sexual comportava certo infantilismo do instinto e cada gérmen



de perversão existe na criança. Segundo ele, de fato o que “salva o adulto, [...] das aberrações amorosas, dos impulsos neuroticos em geral, são as boas influencias educacionais, o pudor, a pressão da sociedade, as repugnancias, as posições hostis com o proprio sexo” (Lima, 1935, p. 228). Além disso, “criam-se os recalcamientos, as compressões salutaes, que, infelizmente, podem, ás vezes, ir de longe de mais (sic.), gerando os complexos fataes de castração” (Lima, 1935, p. 228). O indivíduo pode ser salvo (a linguagem religiosa sempre presente!) a depender de certas influências, especialmente as sociais, como a educação bem orientada. Pela via do “não-dizer” (Orlandi, 2020) podemos entender que um homossexual então é fruto da falta de pressão social, da falta de pudor, da falta de uma educação correta, rígida, da falta de incitamento à aversão entre homens, todas essas faltas envoltas em sentidos moralizantes.

Uma representação social da família então entra em cena quando o autor diz que Freud entendia que a homossexualidade se encontrava, antes de tudo, em pessoas que tinham sofrido influência acentuada de um parente do gênero “contrário”, ou de um meio familiar exclusivamente composto por este gênero. Fazendo um apelo ele fala: “assim, pois, pelo bem dos seus rebentos, não se agarrem as mãos (sic.), exageradamente, aos filhos, nem busquem os paes demorar, em excesso (sic.), no espirito das filhas” (Lima, 1935, p. 229).

O menino não deve ficar muito tempo com a mãe e outras mulheres da família, do mesmo modo que a menina



é impedida de se relacionar mais intensamente com o pai e os homens de forma geral, pelo receio de constituição da criança por uma performatividade de gênero não coerente, não linear com o “seu” sexo tido como “pré-discursivo”, estabelecendo isolamentos, hierarquias de poder e misoginia desde a infância. A criança é impedida até mesmo de receber carinho:

Compreende-se, portanto, o perigo de o moço, na época de fixação da libido, restar collocado num ambiente de desorientações “seminarios, conventos, collegios internos, prisões, quartéis, companhias más, rigores excessivos, ou excessivos carinhos familiares (Lima, 1935, p. 231).

Outros sentidos aparecem na superfície discursiva da fonte: “o menino que, por mal educado, não conseguiu, em tempo, “emancipar-se” das atrações incestuosas, ou aquelle em que ellas ressurgem extemporaneas, graças a determinados choques psychicos” (Lima, 1935, p. 230) pode, por meio da repugnância à relação com seus pais, acabar caindo na hedionda anomalia amorosa. Fugindo ao tremendo tabu, “o jovem se apegá ás figuras do próprio sexo, do que rezulta a deformação horrivel da libido no seu objecto” (Lima, 1935, p. 231). Ou seja, uma socialização mal feita, um desenvolvimento psíquico tardio, com reminiscências incestuosas levam as crianças nestes discursos a se apegarem ao parente do “mesmo gênero”, criando afeição demasiada para com ele, refletindo em suas escolhas sexuais futuras. Os pais devem ficar, portanto, atentos a estima infantil. Complexo é o trecho a seguir:



Do mesmo jeito que é cousa má o aferro excessivo dos meninos ao “rabo de saia” materno, como se dizia na giria, assim também será nefasto privar a rapariga do convívio da genitora, convívio que lhe falcutará, mais tarde, aquela bemfazeja *attitude hostile*. Deixar, muito cedo, a menina sob a influência excessiva do pae, será expo-la a conflitos psychicos de consequências perigosas (Lima, 1935, p. 68-69, grifos do autor).

O papel esperado da mãe aqui é significado de pelo menos de dois modos diferentes: primeiro, ela é uma influência negativa (leva a homossexualidade) no filho, por dispender muito tempo cuidando dele e protegendo-o e segundo, sua ausência na criação da filha é de todo modo prejudicial, pois a menina deve criar no convívio com a mãe um repúdio do próprio gênero, afastando-se em tese, da lesbiandade. A influência feminina-heterossexual da mãe como geradora da “plebe sexual” (Rubin, 2012) e simultaneamente como inibidora desses mesmos “desviados”. É importante frisar como essa representação da “causa homossexual” se cristaliza historicamente em todo o corpo social, selecionando fundamentalmente a mãe, que pela concepção burguesa era a “rainha do lar”, a encarregada de educar a prole e de evitar falhas morais nestes, para enfim carregá-la de culpa e de remorso seja por dar atenção e cuidado demais aos filhos, seja por se ausentar nisso. Em que pese a importância da presença paterna aqui, é sobre a mãe que os infortúnios sexuais e de gênero, atrelados à educação/ “criação” de toda uma geração, são imputados. Essa figura está sempre sob análise, passível de ser controlada e aconselhada.



Lima faz referência a pesquisas sobre o temperamento nervoso e cita o psicólogo austríaco Alfred Adler (1870-1937) e sua defesa de que os complexos de inferioridade repousam em uma inferioridade real. Por isso, naquele período era comum a homossexualidade ser associada a deficiências mentais e físicas, à presença de tatuagens ou de ginecomastia em homens. O interdiscurso do estigma corporal⁴ é assim alçado como impulsionador e, ao mesmo tempo, como superfície onde se aloja a homossexualidade, com um sentido de capacidade corporal reduzida ou aquém do estado “perfeito”. Marcas e estigmas que faziam ver uma anomalia sexual que de outro modo seriam mais abstratos e que explicavam um comportamento “indigno” por meio de outro “problema”. Sobre isso, Rubin diz que a condenação psiquiátrica de comportamentos sexuais historicamente invocou conceitos de inferioridade mental e emocional, ao invés de estritamente categorias de pecado sexual. As práticas sexuais consideradas de “baixo *status*”, foram difamadas por muitos anos como doenças mentais ou como problemas de desenvolvimento da personalidade, por meio de termos psicológicos que “integravam dificuldades de funcionamento psicodinâmico com modos de conduta erótica” (Rubin, 2012, p. 17).

O médico por mais que tenha privilegiado produzir sentidos sobre as dissidências sexuais empregando as

4 A noção de estigma corporal se refere à teoria do criminologista italiano Cesare Lombroso (1836-1909), que dizia que em alguns sujeitos de estado anormal, especialmente criminosos, estaria presente sinais anatômicos, determinadas marcas e características corporais que eram procedentes de ancestrais em estado de selvageria. Essas marcas eram significadas pelo filtro racista, colonial e elitista de Lombroso (Gould, 1991).



chamadas “influências” psicológicas e sociais, termina suas análises, surpreendentemente, por uma via mais conciliatória: “os factores psychicos da inversão sexual, incontestavelmente, são muito grandes; não será lícito, porém, desprezar aquelles atinentes ao organismo do indivíduo (constituição, glandulas endocrinas)” (Lima, 1935, p. 74). Ele admite, inclusive, haver graus diferentes destes fatores, com casos de “grande predominancia de um ou de outro fator: o invertido mais glandular, ou o mais social. Este ultimo, factível de tratamento, si afastado do meio prejudicial, e posto em condições mesologicas favoraveis” (Lima, 1935, p. 235). Já o outro, “o constitucional typico, resistindo, na hora actual, a toda e qualquer therapeutica imaginável” (Lima, 1935, p. 235). Encerra num tom melancólico, por assim dizer, na impossibilidade de docilização deste último “tipo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil dos anos de 1930, os corpos, as sexualidades e os gêneros dos cidadãos emergem, nos mais diversos discursos sociais, como problemas a serem corrigidos. Essa correção era orientada pela disciplina sexual, que vigiava e inqueria os mínimos detalhes dos sujeitos, com vistas a torná-los úteis e dóceis para a norma cisheterossexual que regia as relações. Também se embasava nos modelos familiares burgueses, que definiam o perfil ideal de mulheres e homens, bem como de sua prole, nas principais cidades do país. Os médicos e sexólogos cumpriam, assim, um papel de suma importância, buscando

conformar uma verdadeira etiologia das dissidências sexuais, notadamente das homossexualidades, através de um olhar patológico.

O médico Estácio de Lima, na superfície discursiva de sua obra *A Inversão dos Sexos* (1935), fez dois movimentos de sentido principais, no que diz respeito às “causas” das homossexualidades: citou e referenciou autores europeus, como maneira plausível de validar sua posição e culpabilizou certos personagens sociais. Ele vinculou a origem do “desejo anormal” à prostituição, à virgindade, ao excesso de coito com uma mulher, à busca por novos prazeres, à presença de uma educação precária, a problemas familiares e a estigmas corporais. No seio da família, o autor culpou a figura da mãe e das mulheres como maiores influenciadoras da falta de rejeição do “próprio” gênero nas crianças e do rompimento destes com a heterossexualidade, principalmente pela atenção, cuidado e carinho voltado para os infantes. Os sentidos de misoginia foram aqui patentes, algo que permanece presente atualmente. Se a medicina de então pode se questionar sobre o porquê da existência das homossexualidades, numa tentativa de extingui-la, podemos hoje analisar criticamente como esses desejos e sujeitos foram tornados anormais, subjetivados como abjetos e como, apesar disso, resistiram e resistem aos ódios e preconceitos cotidianos.



FONTE

LIMA, Estácio de. A inversão dos sexos. Rio de Janeiro: Guanabara Waissman Koogan – Biblioteca Brasileira de Medicina Legal, 1935.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARRARA, Sérgio Luís; RUSSO, Jane Araújo. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a autoajuda. *História, ciência e saúde*. Rio de Janeiro, Mangunhos, v. 9 (2), p. 273-290, maio-ago./2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/q5JQ6M-VH4ByCrFcNMFXFcrw/#>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2021.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e a norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.



GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MAIA, Cláudia. *A Invenção da Solteirona: conjugalidade moderna e terror moral*. Niterói, RJ: Proprietas, 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Pontes Editores, Campinas, SP, 2020.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30. In: HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 - 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 88-129.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 30 mar. 2024.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade*. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.



SWAIN, Tânia Navarro. Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 23, n. 35, p. 11-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p11>. Acesso em: 01 abr. 2024.

VASCONCELOS FILHO, Marcos Antônio Rodrigues *O império da fome e do amor: Estácio de Lima e os determinismos em medicina legal*. Dissertação em Mestrado em Ciências Sociais: Instituto de Ciências Sociais - Universidade Federal de Alagoas, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/992>. Acesso em: 22 mar. 2024.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Salvador: EDUFBA, 2023.



A POESIA DOS CORPOS EM
CHAMA: UM ESTUDO INICIAL
SOBRE O HOMOFLANEUR EM
ROBERTO PIVA

MAGNO DA GUARDA ALMEIDA

O presente trabalho debruça-se de maneira introdutória sobre a poesia lírica de Roberto Piva (1937-2010), com foco na obra *Abra os olhos & diga Ah!* (1975), com objetivo de refletir sobre a condição estética e ética (Bakhtin, 2011) da persona poética, a quem intitulo homoflaneur, a partir do flâneur (Benjamin, 1989) e flâneuse (Elkin, 2022) cuja sua realização, amorosa e sexual, atravessa o contexto urbano e edifica a construção de uma poética transgressora que reconfigura e ressignifica a ideia de poder (Foucault, 1999) bem como enfatiza a sua atuação como força questionadora e combativa aos padrões (comportamentais, sexuais, religiosos) hegemônicos e institucionalizados em nossa sociedade.

Para Piva que carrega em sua poesia elementos do surrealismo, erotismo, sempre conectados a uma forte crítica social, afinal “toda autoridade/ é cômica” (Piva, 2023, p. 217), suas palavras adquirem certa dimensão que desafia a política tradicional e suas instituições, ao elevar os desejos além do pessoal, alcançando o âmbito público. O sujeito lírico, então, se enxerga como uma “MODESTA CRIATURA CIDADÃO DE UM/ [MUNDO / EM CHAMAS” (Piva, 2023, p 148).



Esse sujeito lírico em chamás, explorado nesta discussão de várias maneiras (é crucial ressaltar), ressoa profundamente em mim. Estamos todos imersos em “chamás”, seja na vivacidade e continuidade do ser ou em sua descontinuidade (Bataille, 2017). Não apenas experimentamos, mas também lutamos fervorosamente pela concepção de sujeitos e corpos livres. O poema piviano tece a sua atmosfera nevrálgica e inebriante, disposto por diversas camadas e vai nos constituindo de vários modos, nos elevando à categoria de humano e, por isso, assim, nos escrevendo, correspondendo-se com novas abomináveis certezas e incontáveis dúvidas. O poema move o corpo e nós, somos um corpo (não o temos) jogado no mundo pronto para absorver.

Nomeamos o sujeito lírico piviano de homoflâneur. Esta categoria que lançamos aqui neste estudo inicial, tem origem no flâneur, um indivíduo caminhante que atravessa e é atravessado pela cidade, bastante presente nos estudos romanescos, mas pouco expressivo nos estudos do verso:

Do verbo francês *flâner*, o *flâneur*, “aquele que vagueira a esmo”, nasceu da primeira metade do século 19, nas passagens de Paris recobertas de aço e vidro. [...] figura de privilégio e ócio [majoritariamente, até então] masculino, com tempo e dinheiro e nenhuma responsabilidade imediata que demande sua atenção [...]. Cada esquina, cada viela, cada escada é capaz de mergulhá-lo em um devaneio. O que aconteceu aqui? Quem passou por aqui? O que significa esse lugar? (Elkin, 2022, p. 11).

Independentemente de onde esteja sendo investigado, até então sempre foi pensando como um corpo que performa a heterossexualidade, tanto masculino, com os contributos de Baudelaire (2008), Walter Benjamin (1989); quanto o feminino, com os estudos de Lauren Elkin (2022). Primeiramente, refletiremos sobre a poética piviana e seus desregramentos e em consonância, pensaremos sobre a existência desse homoflaneur pois, é a partir de dados e especificações dessa poética que comporemos a ideia que norteia o sujeito lírico.

Em Piva, estamos diante de uma trajetória poética marcada pela necessidade da transcendência e de uma constante transgressão à normatividade, sustentada, afirma Alcir Pécora (2023, p. 25), pelo “discurso amoroso que escancara experiências homossexuais interditas no âmbito do conservadorismo cristão que preside as relações sociais burguesas”. Logo, a abordagem da sexualidade é uma característica marcante em sua obra, pois o poeta, desafia convenções, revelando a libido como uma força primordial que impulsiona o ser humano em dimensões sociais e políticas, uma espécie de “onipotência afirmativa do sujeito contra a tradição autoritária” (Bosi, 2021, p. 286), uma vez que estamos diante de uma poesia que foi construída sobre a “idealização de um tempo de disposição para a vida comunitária, o amor livre, os protestos coletivos e a experimentação artística” (Bosi, 2021, p. 286).

A poética piviana assemelha-se a uma jornada de descoberta, caracterizada por exercícios delirantes e nonsense

como em *Paranoia* (1963) e *Piazzas* (1964). Posteriormente, em trabalhos como *Abra os olhos & diga Ah!* (1975), *Coxas* (1979), *20 poemas com brócoli* (1981) e *Quizumba* (1983), o poeta experimenta temas como o amor, a sexualidade e o homoerotismo abertamente, explorando estados de consciência alterados, abrindo caminho para novos significados que fogem da lógica tradicional, com um tom cada vez mais surrealista. Finalmente, no término dessa jornada poética, emergem intuições visionárias e espirituais em obras como *Ciclones* (1997) e *Estranhos Sinais de Saturno* (2008).

Na obra *corpus* deste estudo ainda introdutório, o poeta concentra-se na representação de uma escrita madura, elogiada por Pécora (2023) como a mais exuberante de sua produção. Ele se dedica à criação de poemas que celebram o amante efebo, cuja posse física muitas vezes é um mistério que se torna o ponto focal do canto lírico, “uma vez que o discurso amoroso de Piva se constrói centrando substancialmente na energia do corpo, que sempre tem mais o que desejar” (Pécora, 2023, p. 26).

As questões apontadas por Pécora (2023) são percebidas nos primeiros versos da obra “(MEU AMOR DORME & SE COÇA EM SONHOS SE DEBATE & GEME/ SE DEBATE & GEME SE DEBATE & GEME) [...]” (Piva, 2023, p. 150), em que o envolvimento de caráter sentimental e sexual com o efebo configura-se como êxtase amoroso. Aqui, o verso livre, o uso de imagens poéticas e a tensão entre o prazer sensual, sexual e a opressão empreendida por um sistema “TOTEM KAPITALISTA” (Piva, 2023, p. 147) perpassam os



poemas impulsionando o discurso lírico, priorizando a expressão sobre o ato político da transgressão, e ressignificando a atração pela desordem, conforme manifesto da primeira fase da poesia de Piva: “só a desordem nos une. Ceticamente, Barbaramente, Sexualmente”. (Piva, 2023, p. 133). O discurso lírico piviano, por sua vez nos leva à reflexão sobre os desregramentos de sentidos que perpassam a ordem das subversões e questionamentos de poder. Para tal, como sugere Michel Foucault, em *História da sexualidade I: a vontade de saber*, implicando que é necessária “uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia dos mecanismos do poder”. (1999, p. 5).

Para auxiliar na investigação sobre esses corpos que enformam e atravessam os poemas, refletimos sobre as interfaces corpo ético e estético/interior e exterior, uma vez que, conforme Bakhtin (2011, p. 48), o "corpo interior é o meu próprio corpo, pensado de dentro de mim, enquanto o corpo exterior é o corpo do outro, localizado fora de mim", relações essas que, diretamente, associamos a esse homoflâneur ao passo que se envolve com os efebos e outros corpos. Além de Bakhtin, há o filósofo alemão Walter Benjamin (1989) que nos auxilia na conceituação desse sujeito lírico que, ao travar relação com o mundo, através do próprio corpo, transforma-se num *flâneur* que passeia pela cidade de São Paulo, à noite, desbravando o cenário urbano e seus mistérios na busca da realização amorosa e sexual com os efebos.



Aponta Pécora, que o poeta reflete a angústia, os desejos e as contradições da metrópole e daqueles que a habitam, tornando-se ele mesmo uma espécie de “*flâneur*” (Pécora, 2023, p. 18). É importante ressaltar que Piva parece participar de uma tradição da poesia moderna que liga o poeta à experiência urbana, mas que se transforma através dele e nele. Seu eu lírico *flâneur* é um corpo performativo na cidade, logo, essa relação corpo-cidade-poesia torna-se parte experimental de sua poética.

No tocante a essa tradição da poesia moderna, associada à experiência urbana da qual se insere Roberto Piva, aqui no Brasil, percebemos algumas conexões com o poeta francês Baudelaire. Renomado autor de "As Flores do Mal", foi não apenas poeta, mas também um crítico de arte fundamental para o século XIX, destacando a importância de uma crítica apaixonada e politicamente engajada, essencial para compreender os desafios da modernidade. De acordo com Benjamin (1989), influenciado pelos estudos de Charles Baudelaire, o *flâneur* é uma figura urbana observadora que se destaca pela sua capacidade de absorver e refletir sobre a vida nas ruas da cidade moderna. Inspirado no dândi, o *flâneur* é alguém que vagueia sem um destino fixo, imergindo na multidão, nas vitrines das lojas, nos cafés e nas passagens cobertas. Ele é um espectador solitário que transita entre o anonimato e a contemplação, capturando as impressões fugazes da vida urbana e transformando-as em experiências estéticas e poéticas. O *flâneur* baudelairiano personifica o espírito da modernidade, navegando entre a alienação e a exaltação,



entre a melancolia e o êxtase. Ele é um herói romântico em um mundo em rápida transformação, cuja busca por significado e beleza o leva a vagar pelas ruas como um poeta da vida cotidiana.

No seu trabalho "Flâneuse: Mulheres Caminham pela Cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres", Lauren Elkin (2022) aborda o conceito de flâneuse como uma figura feminina que percorre a cidade, observando e absorvendo a vida urbana ao seu redor, uma contraparte feminina do flâneur, um termo historicamente associado aos homens cis hétero que exploram a cidade de maneira contemplativa e despreocupada. Elkin (2022) destaca que a flâneuse não só caminha pela cidade, mas a vivencia, desafiando as normas de gênero e reivindicando seu espaço público. Essa perspectiva reconhece e valoriza o papel das mulheres na vida urbana, contribuindo para uma compreensão mais ampla da cidade e de suas dinâmicas sociais. Experiência que se assemelha e se relaciona intimamente com a do homoflaneur na poesia de Piva, refletindo a busca por expressão e presença na cidade, ocupando os espaços com liberdade, desejos e tantas outras marcas sociais que moldam essa figura, de acordo com a sua expressão de gênero.

No encontro entre as reflexões de Walter Benjamin (1989) sobre o flâneur e o conceito contemporâneo de flâneuse de Lauren Elkin (2022), surge uma interessante interseção que lança luz sobre a experiência urbana feminina e masculina. Enquanto Benjamin descreve o flâneur como um observador solitário, imerso nas ruas da cidade,

absorvendo sua atmosfera e estímulos, Elkin expande essa ideia incluindo a perspectiva feminina, destacando a presença das mulheres nos espaços urbanos. Nesse contexto, propõe-se explorar um outro tipo de flâneur que transcende as categorias tradicionais de gênero: o homoflaneur. Em contraste com suas contrapartes tradicionais, pode ser entendido também como um observador urbano que percorre as ruas de São Paulo na década de 1970, em busca não apenas de estímulos estéticos, para a composição de suas experiências poéticas, mas também de experiências homoafetivas e amorosas dentro dos interesses, não como um espectador distante, mas como uma figura marcante na construção de espaços que localizam a cultura LGBT+

Ao longo dos seus livros, percebe-se claramente a citação, a presença de diversos pontos famosos de São Paulo, tais como a Praça da República, o Copan, prédio famoso criado por Oscar Niemayer, o Largo Arouche, Praça Roosevelt, como no verso de um dos poemas de *Quizumba* “menino loiro materializado/ na praça Roosevelt” (Piva, 2023, p. 233) e outros nomes, citados ao longo de seus poemas. Assim, o homoflaneur caminha pelas ruas da metrópole, procurando conexões e encontros significativos em meio às tensões sociais e políticas da época. Sua jornada não é apenas uma exploração estética, e aqui temos um ponto de semelhança entre as suas contrapartes, mas também uma busca por pertencimento e afirmação de identidade em uma São Paulo em transformação.



O Homoflaneur está presente desde a primeira obra publicada por Piva, como espelhamento, de alguma maneira, da própria vida do poeta, como aponta o jornalista Thomaz Souto Corrêa, ao apresentar o escritor em 1963, no texto de abertura do livro *Paranoia* (1963), como um “poeta com cara de menino que atravessa a cidade. Puxando a juventude” (2023, p. 51). Logo, esse “poeta com rosto de menino”, jovem *flâneur*, indivíduo inconformado, que percorre a cidade desenhando um mapa de desejos, concentra em sua subjetividade o poder da transgressão.

Benjamin afirma que “a rua se torna moradia para o flâneur” (1989, p. 35). Experiência semelhante à do sujeito poético piviano que, para além dessas questões apontadas por Benjamin, intenciona a busca por prazer, amoroso e/ou homossexual. O termo homoflaneur refere-se então a alguém que explora a cidade, observando com atenção as experiências da comunidade LGBTQIAPN+, incluindo interações sociais, vida noturna, questões de identidade de gênero e orientação sexual, como afirmamos acima. O palco dessa persona na grande São Paulo da década de 70 é a noite. É na noite que atravessa a poética piviana presente em boa parte dos poemas da obra *corpus* desta pesquisa, como vemos no poema:



- v. 1 eu sou o jet set do amor maldito
v.2 DENTRO DA NOITE & SUAS CÓLICAS ILUMINADAS
v.3 os papagaios da morte com Aristóteles na proa do trovão
v.4. DISPOSIÇÃO DE IR À DERIVA NOS DADOS DO AMOR
v.5 espinafre pela manhã & queijo em pasta
v.6 almas-esportivas com flores entre os dentes
v.7 minha laranja se abrindo como uma porta
v.8 TUA VOZ É ETERNA eu vejo a mão cinzenta rasgar
v.9 a parede do mundo
v.10 ESTAMOS DEFINITIVAMENTE NA VIDA
(PIVA, p. 143, 2023)

O poema apresenta, no v.1, um homo eu lírico como alguém que leva uma vida glamourosa e hedonista, mas carrega marcas de desgraças amorosas, pelos termos “jet set”, que sugere uma associação com um estilo de vida privilegiado da elite econômica e o “do amor maldito”, que indica uma existência intensa, marcada por emoções extremas e experiências profundas, mas também por desencanto, similar aos poetas românticos do século XIX. Adiante o poema vai evocando uma atmosfera noturna e misteriosa, — marca, da poética piviana e, em especial, da obra corpus, como já mencionado — com referências a “noite” e “cólicas iluminadas”, no v.2, criando uma sensação de desconforto ou inquietação.

Assim, leva-me a analisar que os elementos antes citados nos evidenciam um andarilho, uma tradução possível para o flâneur, logo, homoflâneur, mapeando formas de encontrar, na noite paulistana, algum encontro homoerótico, com as referências, no v.6: “almas-esportivas com

flores entre os dentes", evocando uma atmosfera de desejo e sensualidade, especialmente por efetivar com "almas-esportivas" a possibilidade de algum sentido ligado a ideia de corpos musculosos, definidos, padronizados. Por fim, outra forte evidência desse homoflaneur é apresentado como alguém que se move pela cidade à noite, absorvendo suas impressões e experiências, sugerido pelas referências a "ir à deriva nos dados do amor", estando definitivamente na vida, como marca o último verso, evocando uma atitude de desprendimento e exploração. Em suma, o poema em questão combina elementos que podemos exportar para o campo do homoerotismo, surrealismo e crítica social, formalizando assim, uma narrativa complexa e multifacetada que nos instiga enquanto leitores de sua obra a explorar uma rede de plurissignificações e experiências evocadas pelo poema.

Para Benjamin, o flâneur desempenha um papel crítico na análise da sociedade capitalista em ascensão e aponta Baudelaire como um "arquétipo do flâneur, alguém que incorporou essas características em sua poesia e vida" (1989, p. 29). Ele é essencial para compreender a relação entre a experiência urbana, a literatura e a modernidade, especialmente nas cidades em transformação durante o auge do capitalismo do século XIX. Em seus estudos sobre a flâneuse, Lauren Elkin (2022) expõe questões primordiais para refletirmos sobre o flâneur e a flâneuse, como, por exemplo, quando Edgar Allan Poe, ao questionar se o flâneur segue ou é seguido?, no conto "o homem na multidão"; em Gustav Flaubert, que vai refletir sobre a sensação

pessoal da falta de traquejo social do flâneur e que este estava associado a uma ideia de um “policial”, no séc. XIX; em *Nadja*, famosa obra de André Breton, há a indagação “diga-me quem você segue e lhe direi quem você é”; no Quebec, segundo um amigo da autora, flâneur é lido e entendido como uma espécie de vigarista.

Isso tudo nos remete a enxergar uma questão importantíssima para pensarmos o nosso homoflaneur, a partir, mas não somente da poética piviana, como em outras possíveis aparições, nas crônicas jornalistas de João do Rio, escritor brasileiro e, quiçá, as primeiras marcas da presença de um homoflaneur no país, em “A alma encantadora das ruas” (2012), ou em algumas passagens das narrativas presentes em “Tripé do tripúdio e outros contos hediondos” (2011), do poeta Glauco Mattoso, ou ainda, nos personagens gays dos contos de Tobias Barretos, no livro “As coisas” (2018), que a ideia de flâneur pode variar de acordo com aspectos sociais e culturais, como já apontou Elkin (2022) ao introduzir a figura da flâneuse nos estudos literários, percebemos que, para o Brasil, bem como qualquer outro lugar do mundo, essa concepção de flâneur e flâneuse adquire contornos específicos, influenciados pelas dinâmicas urbanas, históricas e sociais, constituintes que moldam todos nós seremos humanos.

Para Elkin, o flâneur atua como um observador e, ao mesmo tempo, é objeto de observação, captando as projeções de diferentes épocas. Ele emerge de acordo com nossos desejos e necessidades. A ideia de flâneur possui suas próprias contradições internas, embora muitas vezes

não as reconhecemos ao debater sobre ele. “Achamos que sabemos e o queremos dizer, mas não sabemos. O mesmo pode se aplicar à flâneuse”. (Elkin, 2022, p. 19). É a partir da abordagem de Elkin, que podemos conceber o homoflaneur de maneira análoga à flâneuse, expandindo a figura do flâneur para incluir experiências LGBTQ+. Homens cis gays (especificamente, porque é dessa maneira que o homoflaneur em Piva se reconhece) ocupam os espaços urbanos de diversas maneiras, porém há preocupações com segurança, dada a violência contra as pessoas LGBTQ+. Nesse contexto, os interesses do homoflaneur, sejam eles homoeróticos, sexuais, amorosos ou não, variam conforme diferentes questões e contextos, sem se limitar a um único enfoque.

A alegria e intenções variadas de andar pela cidade devem pertencer igualmente a homens e mulheres, cis ou transgêneros, gays, lésbicas e todos aqueles que se identifiquem e apropriem-se da sigla LGBTQ+. Lauren Elkin ao defender e conceituar uma ideia de flâneuse, expõe que “sugerir que seria impossível existir uma versão feminina do flâneur é limitar as formas de intenção das mulheres com a cidade ao modo como os homens interagem com ela”. (Elkin, 2022, p. 20). Analogamente às mulheres cis heterossexuais, que foram e são restringidas em sua liberdade pelo patriarcado, o homoflaneur, figura homossexual, também enfrenta limitações em suas expressões e liberdade. Portanto, é crucial entender o significado dos passeios pela cidade para essa figura lírica homossexual na obra de Piva, associando-a à figura feminina apresentada



por Elkin, porque “a resposta talvez não consista em tentar encaixar a mulher [e o homem cis gay, no caso do homoflaneur] num conceito masculino, mas sim em redefinir o próprio conceito”. (2022, p. 20).

O homoflaneur, enquanto persona lírica, subsidia-se nas relações amorosas e sexuais, de forma provocadora e poética, como uma marca do poeta. Subverte padrões e desafia convenções, expondo a libido como o instinto fundamental do ser humano, uma espécie de “energia movente de Eros” (Bataille, 2017, p. 48), pois a relação “entre erotismo e poesia é tal que se pode dizer, sem afeição, que o primeiro é uma poética corporal e a segunda uma erótica verbal” (Paz, 1994, p. 12). Percebe-se na poética piviana que “o poeta celebra a sexualidade como força vital e emancipadora” (Pécora, 2023, p. 27), distante dos discursos de controle e dominação, um exemplo disso está nos versos do poema intitulado “intermináveis-exterminável”, em que declara o eu lírico ao seu amado: “garoto triste a orgia te espera/ com cactos de veludo/ antes que a noite se esborrache/ eu quero ver tuas / coxas na / televisão estrelada” (Piva, 2023, p. 152).

Ao longo dos dezoitos poemas relativamente curtos contidos no livro de 1975, percebe-se em quase todos a presença dessa persona poética homoflaneur celebrando a sexualidade como força que emancipa, questiona e edifica a construção lírica de Piva que o libera das amarras do mundo, através de seu trabalho com a linguagem, afinal “a língua poética adquire o caráter de um experimento, do qual emergem combinações não pretendidas



pelo significado, ou melhor, só então criam o significado” (Friedrich, 1976, p. 16-17).

Nos primeiros versos de *Abra os olhos & diga ah!* há uma espécie de experiência multifacetada de sentidos, que já traz no próprio título elementos que podem nos levar a essa leitura: abrir os olhos (enquanto o sentido ligado à visão) e dizer *ah!* (sentido ligado à fala, logo à boca, mas também à audição, com a relação entre som e escuta). Tal experiência trazida pelo título situa a ideia inicial de desregramento de sentidos (Rimbaud, 2020) com a possibilidade de se explorar a visão e a boca, através do som, com a interjeição “Ah!”, geralmente utilizada em nossa língua para expressar, de muitas maneiras, sensações e emoções, transmitindo um determinado estado de espírito. Além da exclamação, que na gramática normativa da língua portuguesa desempenha a função de expressar surpresa, admiração, entusiasmo, choque, emoção ou ênfase.

Assim, temos como versos do primeiro poema: “OS OLHOS DO MEU AMANTE OS OLHOS DO MEU AMANTE (...)” (Piva, 2023, p. 142). É evidente que o tema do amor de forma alguma será marcado por uma postura passiva, de mera contemplação por parte do sujeito lírico, e isso é evidenciado no poema de abertura do livro de 1975. Aqui, observa-se, com considerável intensidade repleta de desejo e vitalidade compartilhada com o amante, a marca desse corpo, também na repetição do pronome possessivo MEU no verso em maiúscula. Este recurso estilístico dá-se por “influência do poeta beat Michael McClure, que também usava esse recurso para realçar



versos” (Cohn, 2012, p. 36). Essa característica está presente em vários poemas, onde a repetição de versos com pronomes pessoais ou palavras com conotação amorosa e/ou sexual sugere que o sujeito poético assume o controle da posse do outro.

Segundo Cohn (2012), no livro de 1975 se canta a homossexualidade com grande liberdade e beleza, característica compartilhada ao longo dos poemas que compõem a obra *corpus*, nota-se essa relação amorosa e primordialmente sexual entre o efebo e o sujeito lírico, no poema abaixo:

(A POLÍTICA DO CORPO EM FOGO DO CORPO EM CHAMAS DO CORPO EM FOGO) APAGANDO A LUZ as trevas devoram teu corpo em chamas tua boca aberta teu suicídio de prazer na grama tuas mãos colhendo meu rosto de folhas machucadas na escuridão teu gemido à sombra [...] (PIVA, 2023, p. 144).

Para o protagonista poético, as relações sexuais são essencialmente basilares para a construção do seu discurso lírico, uma vez que temos no livro *corpus* a celebração do prazer e a vida que chega a beirar uma espécie de quase morte, como nos versos terceiro e quarto do poema acima: “teu corpo em chamas tua boca aberta teu suicídio / de prazer na grama”. Para Georges Bataille (2017, p. 47), “toda a atividade do erotismo tem por fim atingir o ser no mais íntimo, no ponto onde ficamos sem forças”, e a delicada fronteira que separa a existência da morte, presente no poema, o desconforto do contentamento e o

que é moralmente correto do que é errado, inicialmente parecem ser conceitos antagônicos.

Contudo, pensar em desregramento de sentidos, uma expressão frequentemente associada ao poema "O Barco Bêbado" do poeta francês Arthur Rimbaud, na obra de Piva, é se utilizar de uma de suas falas mais famosas, a de que "só acredito em poeta experimental que tenha vida experimental" (Piva apud Cohn, 2012, p. 44), e quando elucida que "em matéria de revolta eu não preciso de antepassados. A minha vida tem sido uma permanente insurreição contra todas as Ordens. Sou uma sensibilidade antiautoritária atuante." (Piva apud Cohn, 2012, p. 44). Em diálogo com Bosi (2021), acerca da poesia brasileira da década de 1970, quando afirma que "parece que o lado transgressor, rebelde, daquele momento, foi incorporado como amostra de sua criatividade, mas domesticado na linguagem da indústria cultural" (Bosi, 2021, p. 286). Assim, é possível compreender que esse desregramento, atua quase como uma relação sinonímica para a obra de Piva. Nota-se o surgimento dessa ideia desde o seu primeiro manifesto *Bules, Bólis e Bolas* (1962), que convida a todos a se entregarem à "dissolução e ao desregramento. A vida não pode sucumbir no torniquete da Consciência. [...] nos associamos com a Liberdade" (Piva, 2023, p. 131).

Dessa forma, com este trabalho, em seus primeiros passos, pretendo aprofundar a compreensão da poesia de Roberto Piva, que desafia convenções linguísticas, políticas e sociais, enquanto critica instituições de poder e explora a sexualidade em busca de novas interpretações.



Através dessa abordagem, o poeta cria uma voz literária que enfrenta, estimula a reflexão crítica e oferece uma perspectiva distinta e multifacetada da condição humana, desafiando os dispositivos de poder (Foucault, 1987) a partir de um desregramento dos sentidos, criando uma poética subversiva aos padrões considerados normativos. Conectado a essa questão, viso aprofundar as reflexões para melhor situar esse sujeito lírico enquanto homoflaneur, uma nova categoria para os estudos literários, com a finalidade de alargar as possibilidades de discussões a respeito dessa figura. Por fim, através deste estudo, busco lançar luz sobre as conexões entre corpo, linguagem, sociedade e identidade, e mostrar como a poesia piviana ressoa de maneira impactante desde a sua fundação até o presente.

REFERÊNCIAS

ARRIGUCCI, Davi Jr. A poesia de Roberto Piva. *In: O Guardador de segredos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Trad. Teixeira Coelho. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas III*. Trad. José Carlos Martins



Barbosa; Hemerson Alves Baptista. São Paulo, Ed. Brasileira, 1989.

BOSI, Viviana. Poesia em risco nos anos 1970; Apontamentos: trilhas da arte em transição. In: *Poesia em risco: Itinerários para aportar nos anos 1970 e além*. São Paulo: Ed. 34, 2021.

COHN, Sergio. *Roberto Piva*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

ELKIN, Lauren. *Flâneuse: mulheres que caminham pela cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Ed. Fósforo, 2022.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: GRAAL Ltda., 1999.

FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX*. Trad. Marize M. Curioni; tradução das poesias por Dora F. da Silva. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

PAZ, Octavio. *A Dupla Chama: Amor e Erotismo*. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Editora Sisciliano, 1994.

PÉCORA, Alcir. A epopeia bélico-amorosa de Roberto Piva. In: *Morda meu coração na esquina – poesia reunida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. P.15 -36.

PIVA, Roberto. *Morda meu coração na esquina – poesia reunida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

RIMBAUD, Arthur. *Antologia poética*. Trad. Afonso Henrique Neto. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020.



“PRETO, POBRE, PETISTA
E VIADO” IDENTIDADES
SUBALTERNAS E RELAÇÕES
DE PODER NA UNIVERSIDADE

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA

Em setembro de 1987, entrei na sala 347 do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como professor substituto. Ainda no segundo semestre, prestei concurso para o quadro efetivo, assumindo em janeiro de 1988. Encontrei nos corredores do Centro e em salas de aulas colegas do curso de Ciências Econômicas, concluído, por mim, em final de 1984. No Departamento, reencontrava professores que contribuíram sobremaneira para minha formação. Como aluno, e do movimento estudantil, havia recentemente participado de profundas mudanças na organização do curso. Esse processo e o alinhamento de posições políticas do grupo docente mais expressivo ajudaram na rápida adaptação.

Entre os anos 1984 e 1990, o curso de Ciências Econômicas da UFPI, Campus Petrônio Portela – Teresina, desenvolveu um processo gradativo de implantação de um novo currículo, pautado na pluralidade do pensamento econômico, e criaram-se a Coordenação (1984) e o Departamento (1986). Neste período, fora também realizado o primeiro concurso público para o quadro efetivo (1984), a primeira seleção para quadro provisório (1987),



o primeiro concurso por área (Teoria Econômica e História Econômica) em 1987, e a aprovação do novo currículo em Assembleia Departamental (1988) e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex), em 1990. As mudanças organizacionais, curriculares e o investimento em concurso público para o quadro efetivo visavam responder às necessidades de formação pluralista e compromisso com o estudo de realidade brasileira requeridas pelo novo currículo. O curso passou a investir também no regime de trabalho (dedicação exclusiva) e qualificação (mestrado e doutorado) do corpo docente. A década de 1990 foi de consolidação do currículo e de avanço na qualificação do corpo docente, especialmente para docentes que, como eu, tinha ingressado na carreira apenas com graduação (LIMA, VERAS, 2015).

Tornei-me docente muito jovem, e o corpo franzino, a baixa estatura, o jeito de vestir e o fato de conhecer muitos colegas nos corredores, da época em que cursava a graduação, faziam-me parecer mais estudante que professor. Essa visão foi reforçada por uma professora amiga, para justificar o fato ocorrido em meu primeiro dia de aula. Quando me aproximei da sala, encontrei a turma conversando na porta, entrei, sentei-me, coloquei os livros sobre a mesa, abri a caderneta e nenhum discente entrou. Passados quase uns dez minutos é que a minha presença foi percebida, então os alunos começaram a entrar com caras de estranhamento e surpresa. Dois anos depois, comecei a sentir de fato o motivo e o peso real da invisibilidade no contexto acadêmico, processo iniciado fora

da Universidade, provocado pelo meu envolvimento – já como economista e atuando nas entidades representativas, no Movimento Nacional pela Constituinte que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988 e pelas eleições para conselheiros do Conselho Regional de Economia – CORECON/ 22ª Região, em 1989.

Nos anos 1980, havia em curso dois processos em torno da profissão de economista que convergiram, dentro e fora das instituições de ensino superior: o denominado Movimento de Renovação dos Economistas e o processo de reformulação do ensino de economia (MANSUR, 1995). Na UFPI, estruturou-se um grupo progressista engajado na luta pela redemocratização do país, que pautou a pluralidade teórica na formação e passou a influenciar na organização da categoria profissional, participando ativamente dos processos eleitorais e nas gestões das entidades representativas dos economistas, à época, no Piauí, sindicato e conselho. Desses processos, resultou minha eleição para conselheiro (1989), presidente do CORECON (1990), e para chefe do Departamento de Ciências Econômicas (DECON) no mesmo ano. Permaneceria na chefia, no acordo político interno, apenas por um ano, a fim de viabilizar minha saída, no seguinte, para a pós-graduação.

Dois fatos envolvendo as eleições para chefe do DECON revelaram o que até então se tinha mantido velado e nos bastidores das disputas políticas na UFPI e nas organizações da categoria. As eleições contaram com duas chapas, a nossa e outra vinculada a um grupo conservador, defensor do pensamento neoclássico, em menor proporção, mas



atuante no curso e no cenário político do estado; alguns tinham sido ou estavam deputados ou em cargos na gestão pública estadual. A nossa vitória não trouxe surpresas, contudo um voto na urna destinada a docentes chamou a atenção. Em letra de fôrma, grande, quase ocupando toda a cédula, apareciam as palavras: “PRETO, POBRE, PETISTA E VIADO”. A sequência, de caráter depreciativo, indicava, segundo o eleitor, a hierarquia de desqualificações para o exercício do cargo.

Ainda em 1990, o mesmo grupo se mobilizou, em Assembleia Geral, pelo impedimento de minha liberação para qualificação, argumentando que o mestrado pretendido – em História, não interessava ao curso. A manifestação explicitava, desta vez publicamente, a estratégia de imposição de um lugar socialmente destinado às minhas identidades. Consegui entrar por concurso público, mas o grupo me informava que eu estava ocupando um espaço que não era para pessoas como eu. O protagonismo revelado em tão pouco tempo colocava minhas identidades no centro do poder acadêmico, marcado por tensas relações e disputas epistemológicas e políticas. A visibilidade das identidades certamente impulsionou a tentativa de neutralização no momento em que, na profissão, se busca estruturar o percurso da carreira.

Para os membros do grupo refratário à minha presença, autocompreendidos enquanto brancos, cishéteros e privilegiados de classe, meu corpo, carregado de marcadores identitários, aumentava o perigo no espaço vivenciado por eles. Traziam para o ambiente acadêmico as vivências de



fora dos muros da universidade, as deles e a minha. Ratificavam na universidade o movimento da elite hegemônica para manter o lugar de marginalização e subalternidade das identidades assinaladas por ela em meu corpo (RODRIGUES, CRUZ, 2019). Racializado enquanto negro, sabia, já na adolescência, que meu corpo se constituía território de exclusão na sociedade. Meu corpo negro, desde sua origem, onde quer que esteja, era ameaça, mesmo sem se movimentar, mesmo “antes de qualquer gesto” (FANON, 2008). Esse corpo “perigoso” caminhou com dificuldades até o ensino superior, tornando-se o primeiro a se formar, considerando os dois troncos familiares. No espaço sagrado do saber colonizado, esse “corpo-ameaça” se constituiu socialmente pleno enquanto objeto de exclusão, quando a ele se projetaram outras percepções de transgressões à ordem.

Uma de minhas aprendizagens no curso que me recebera como professor era a do compromisso social. Havia mestres da cidadania entre nós e com eles havia aprendido sobre as múltiplas e dinâmicas estruturas das relações de poder. Nos anos da graduação, consolidei, com tranquilidade, meus marcadores sociais e passei a compreender mais e melhor sobre os efeitos identitários. Quando o grupo de privilegiados apresentou o que denominei hierarquia de desqualificações, em verdade construiu para mim uma pauta de ação política no meio acadêmico. Há muito tinha consciência de classe e atuava em frentes políticas progressistas com filiação em partido de esquerda – embora tenham me denominado “petista”, à época, era



filiado ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB. A minha trajetória política, em particular, dentro da universidade, se iniciara com atuação no movimento estudantil, e nesse campo considerava-se consolidada. Assim, logo nos dois primeiros anos da minha trajetória como docente, tomei o marcador racial como referência para o enfrentamento das opressões e superação de estereótipos e privilégios de classe, raça e gênero (AKOTIRENE, 2019). A partir da universidade, para romper o silêncio e o isolamento imposto pela matriz de exclusão, passei a fortalecer o processo de produção – apoiado em projetos de pesquisa e extensão e nos diálogos com os movimentos sociais. Ao longo da carreira, acredito ter conseguido uma identidade como pesquisador no campo das relações raciais e agreguei, em particular, nos últimos anos, escritos no campo da homossexualidade a partir de minhas vivências como gay identitário.

Busquei, nesses quase 40 anos de docência, desenvolver, dentro e fora da sala de aula, práticas que atendessem a necessidades de pessoas como eu. Estimulei leituras que permitissem nos ver pertencentes a um grupo, um coletivo que se referencia por sermos iguais. Ajudei a criar, dentro da academia, territórios de autonomia de produção de conhecimento, como o Núcleo de Pesquisas sobre Africanidades e Afrodescendência – IFARADÁ, para romper com apagamentos e desautorizações de nossa história e memória. Acreditei que o pertencimento nos mobilizaria para a produção acadêmica, respeitando nossas trajetórias, nossas existências e nossas formas de pensar. Apontei para os



perigos das reproduções de ideias formuladas sobre nós como produtos das modernas indústrias que acabamos por consumir e reproduzir sem críticas. Defendi enfaticamente o direito de sabermos quem somos por nós mesmos. Para tanto, passei a estimular narrativas de nossas vivências feitas por nós, como ação de enfrentamento e ruptura com o conhecimento que historicamente nos submeteu à condição de invisíveis e inferiores. Assim, especialmente para que não seja esquecido por mim, escrevo este texto autobiográfico como registro dos esforços desenvolvidos para compreender as relações de poder no cenário excludente da universidade, tomando como referência o marcador racial.

É fato que, nas últimas décadas, ampliou-se a presença de não brancos como docentes nas instituições de ensino superior. Entretanto, a entrada na profissão continua restrita, se comparada ao desempenho dos brancos. Estruturalmente, o que impede maior diversificação racial é, sem dúvida, a base material. A desigualdade pavimentou a trajetória dos sujeitos não brancos no processo educativo. Embora se considere a pobreza questão multidimensional, os baixos rendimentos ou mesmo ausência de renda para a garantia de necessidades básicas familiares têm, efetivamente, empurrado gerações para relações precárias de trabalho e as retirado precocemente das salas de aula. A ampliação, nos últimos anos, de autodeclarados indígenas e negros nas instituições de ensino superior, como discentes e docentes, está associada a políticas afirmativas governamentais.



As políticas afirmativas se constituíram estratégicas para a consolidação de instituições de ensino superior, notadamente as públicas, em áreas periféricas. Mais que isso, as políticas afirmativas consolidaram o ensino superior nas áreas periféricas do país. Tomemos a UFPI como exemplo. Criada em 1968 (Lei nº. 5.528), foi efetivamente instalada em 1971. No contexto de transformações econômicas do início da década, a ampliação e diversificação de atividades privadas e públicas demandavam pessoal capaz não somente de operacionalizar do ponto de vista técnico, processos e inovações, mas sobretudo, um corpo técnico com capacidade de pensar e propor rumos para a economia e a gestão pública. Em sua gênese, a UFPI voltou-se, sobremaneira, para a formação de profissionais para a educação, sendo progressivamente, nos anos seguintes, incorporados novos cursos de acordo com as necessidades do mercado. Entre 1971 e 1978, a instituição oferecia 35 cursos, sendo 18 de licenciatura, 13 de bacharelado e 4 cursos técnicos (PASSOS, 2003). Embora contando com cursos como Medicina e Direito, cujas vagas eram – e continuam sendo – preenchidas por candidatos pertencentes a uma fração da elite, a oferta do ensino superior voltou-se para setores médios da sociedade e apontou, desde a origem, para a conformação de um espaço acadêmico tendencialmente voltado para a popularização e reprodução de conhecimento.

O processo de interiorização com a multicampia e a manutenção de oferta prioritária em cursos das ciências exatas e humanas ratificou a tendência da instituição,

ampliando seu raio de influência na formação de profissionais no estado e mesmo em circunvizinhos, como Maranhão, Ceará e Pará. A graduação, gradativamente, fora se consolidando em Parnaíba (Campus Ministro Reis Veloso – tornou-se Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr em 2022), que iniciou atividades em 1975; Picos, em 1982 (Campus Senador Helvídio Nunes Barros); Bom Jesus, em 2006 (Campus Professora Cinobelina Elvas); e Floriano, em 2009 (Campus Amílcar Ferreira Sobral). Os dois últimos já na esteira da expansão do ensino superior promovido pelos governos petistas. De 1971 a 2005, a UFPI ofertou exclusivamente a modalidade presencial; em 2006, incorporou na graduação a educação a distância em um curso de bacharelado (Administração), e em 2010, obteve o credenciamento para a modalidade, ampliando a oferta de vagas em licenciaturas e bacharelados em polos situados dentro e fora do estado, por meio de convênios firmados com o governo do estado e prefeituras. Em 1991, fora instalado o Programa de Pós-Graduação em Educação, o primeiro da UFPI, no Campus Petrônio Portela, em Teresina (UFPI, 2024).

A temporalidade do ensino de Graduação e Pós-Graduação indica que a UFPI se encontra ainda em fase de consolidação e, nesse percurso assumiu, gradativamente, como instituição pública, a função social de universidade de massa. Perfil conquistado não só pelo número de estudantes e tendência de ampliação no espaço regional de inserção. Há nesse perfil a complexidade de um cenário acadêmico marcado pelas relações sociais e esferas de



poder em torno da hegemonia e controle do conhecimento, de sua produção e distribuição, que pautam a oferta do ensino superior, privado e público. As forças do mercado do conhecimento aliadas às diretrizes de políticas públicas para o ensino superior sacralizam espaços periféricos como de consumo da educação científica, voltados mais à reprodução de conhecimento. A regularidade da oferta do ensino nessas áreas é ainda fragilizada pela precariedade em infraestrutura e manutenção e pela heterogeneidade dos ingressantes, oriundos de percursos escolares e trajetórias vivenciais diferenciadas. Esse processo de consolidação de instituições de massa periféricas – onde muitas se constituíram pela política pública de expansão de unidades e democratização do acesso, tem contribuído sobremaneira para a política de cotas.

Na UFPI, a política de cotas na Graduação iniciou efetivamente em 2007, com reserva de 5% das vagas destinadas a estudantes que cursaram educação básica integralmente na rede pública. O percentual atingiu 20% das vagas em 2012, ano em que foram definidos novos parâmetros para o sistema de cotas nas instituições federais de ensino superior, pela Lei no. 12.711/12. A partir da referida lei, a UFPI assegurou reserva de 50% das vagas para entrada de beneficiários egressos de escola pública, condição socioeconômica (renda), deficiência e raça (preta, parda ou indígena). Em 2024, do total de matriculados na Graduação, 44% correspondem a cotistas. Para o critério raça, a UFPI adotou inicialmente a autodeclaração assinada pelo candidato, indicando o pertencimento



de identificação. A partir de 2019, como procedimento complementar à autodeclaração dos candidatos, a instituição implementou as comissões de heteroidentificação ou comissões de validação de autodeclarações étnico-racial. Na Pós-Graduação, as cotas foram implantadas em 2021, antecedendo decisão federal que instituiu em 2023 a política nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) (BARBOSA, 2022).

Os dados sobre a UFPI reafirmam sua importância no contexto social regional e revelam a diversidade como uma base de sustentação. Como instituição de massa sua função social aponta para o avanço – ou pelo menos deveria, da institucionalidade de ações de permanência como política de fortalecimento de reparação social e de percursos de autonomia no processo de formação e elaboração intelectual crítica. Esse processo, por sua vez, encontra-se intimamente vinculado a aspectos socializantes e relações internas da instituição. Contudo, uma vez inseridos, a permanência dos sujeitos diversos é fragilizada pelos reduzidos investimentos governamentais, pela reiterada base privada material e pelas fobias e discriminações instituídas no meio acadêmico. Com dificuldades na permanência e diante de ausência ou ineficiência de amparo institucional, é comum desistências ou limitação da trajetória educativa à graduação ou, quando muito, a pós-graduação *lato sensu*. Para a carreira acadêmica ou em instituições científicas, faz-se necessário um movimento precedente para o ingresso como docente/pesquisador, que é de maior investimento na qualificação, sendo cada



vez mais exigência o doutorado. Nas salas dos programas de pós-graduação, em que pese a existência de cotas, ainda vemos poucos fenotipicamente identificados negros, menos ainda indígenas.

Em regra, não se pode falar em falta de representatividade racial na UFPI. A existência massiva de discentes não brancos contudo é insuficiente para enegrecer ou pelo menos diversificar, de fato, o ambiente acadêmico da instituição. No que respeita a resultados mercadológicos de formação e ocupação, a universidade tem conseguido assegurar sua função social de qualificação. Do ponto de vista individual, discentes mostram-se adequados às exigências do mercado de trabalho, alcançando inserções diferenciadas e mobilidade social. As novas experiências desses sujeitos letrados mudam suas vidas e potencialmente as de gerações futuras, facilitando processos de rupturas de padrões familiares, o que se chama de “quebra de ciclo”. Contudo do ponto de vista coletivo, uma tendência persiste. Embora tenha ampliado o número de não brancos nas instituições de ensino superior, a maioria deles está fora delas. O histórico de exclusão é tão forte nas gerações de não brancos que ainda levaremos outras gerações para que a maioria chegue ao ensino superior.

Quando falamos de docentes não brancos, uma rápida pesquisa na internet confirma o quanto é significativo o número de autodeclarados negros, por exemplo, especialmente em determinadas áreas do conhecimento nas instituições brasileiras de ensino superior. No geral, contudo,

predominam brancos e homens. Essa elevada taxa de masculinidade branca revela a face da desigualdade de raça e gênero na docência superior. Na UFPI, embora não se tenha, até o presente, um levantamento oficial, é possível perceber a reduzida presença de não brancos nos cursos de Graduação e menos ainda na Pós-Graduação. No curso de economia, ao qual pertencço, por exemplo, de um total de 21 docentes efetivos, apenas quatro, todos homens, são negros. Entretanto, para além da inserção, outro desafio para docentes não brancos é da (re)afirmação contínua da permanência qualificada em todas as áreas do conhecimento.

Há nitidamente uma partição social nas instituições em torno do conhecimento científico. Nele, como na sociedade, há um lugar para o negro. Nas chamadas áreas de ponta – pesquisa em saúde e nas ciências duras como as exatas e naturais, em regra associadas ao uso de tecnologias avançadas e forças mercadológicas, a presença de negros é quase inexistente, notadamente em cursos de Pós-Graduação que se constituem espaços formadores de professores universitários. As presenças, nessas áreas, servem como referências capitalizadas como representatividade social, além de apresentadas como produto de investimentos no chamado capital humano. A presença de negros de origem pobre neste resumido grupo social é, sem dúvida e de fato, um produto de investimentos públicos na educação ou de instituições, normalmente filantrópicas, associadas ao grande capital. O desenvolvimento de pesquisas em algumas dessas áreas, em regra, é



determinado pelas forças de mercado, havendo interesse, mas com restrita autonomia dos pesquisadores.

Em outras áreas do conhecimento, que denomino sensíveis, geradoras de leituras sociais e de formação de opinião, a presença de negros aparece mais naturalizada, na quantidade e força social. Nessas áreas, encontra-se o nicho, por excelência, de promoção de processos sociais como mobilidade social e construção de referências intelectuais. Esse último processo desempenha papel fundamental na elaboração e propagação de críticas sociais. Destaco, com maior vigor nos últimos anos na academia, o surgimento de intelectuais não brancos e suas produções. A construção desses intelectuais se inicia na Graduação, se aprimora na Pós-Graduação e no exercício do magistério, notadamente dos cursos de mestrado e doutorado. Tornam-se sujeitos da produção de conhecimento em um pensamento social considerado progressista e comprometido com autonomia.

O processo de construção desses intelectuais se mostra eficiente para elaborações de leituras sociais fortemente vinculadas a experiências históricas de grupos sociais como reafirmação de pertencimento, engendrando ao mesmo tempo política de enfrentamento à ordem social excludente. Em regra, essas leituras se manifestam por rupturas com a ordem excludente e por continuidades com tradições comunitárias que possibilitariam vivências coletivas respeitosas e igualitárias. Há, portanto, investimentos na consciência social aliando, cada vez mais, os saberes da academia e dos grupos sociais. Essa ação



intelectual crítica ao sistema de dominação e exclusão alcança popularidade na academia e sociedade, com destaque para movimentos sociais. Valorizada e referenciada, torna-se porta-voz de uma marcha crescente para uma hegemonia no ensino e pesquisa das questões raciais.

A produção científica oriunda dessa diversidade racial na ciência é inovadora. Há um compromisso com avanços sociais na perspectiva do desenvolvimento da acumulação capitalista contemporânea, que se mostra sensível com a sustentabilidade. Tendência, com resultados notadamente mais visíveis nas relações sociais dos países centrais e menos nos periféricos. Na periferia, essa sustentabilidade comporta ações, privadas e públicas, alinhadas à melhoria das condições gerais de vida dos mais vulneráveis, de questões sociais a econômicas, o que inclui preservação de seus territórios e outros patrimônios culturais. Exatamente nessa parte do mundo globalizado que mais necessárias se fazem as orientações para as lutas por melhores condições de vida. Nesse aspecto, a educação científica e nela a produção de intelectuais não brancos tem contribuído sobremaneira.

Quando aponte a insuficiência da presença em massa de estudantes não brancos para enegrecer o ambiente acadêmico, referia-me particularmente a um controle da pluralidade do conhecimento. A ruptura com o caráter colonial e racista da educação científica na universidade tem levado os estudos e pesquisas sobre questões étnico-raciais para uma racialização das relações sociais sem um aporte para a erradicação da matriz estrutural da

desigualdade. Na nossa formação social, o não acesso à propriedade dos meios de produção é que historicamente nos retira do processo educativo formal nos diferentes níveis. Entretanto, o pensamento social negro nas universidades é quase exclusivamente voltado para um conhecimento antirracista, relegando a transformação da base material. Como esse pensamento se alinha ao campo da consciência social, suas ideias se atualizam permanentemente e suas principais categorias são de uso efêmero. A atualização de concepções e surgimento de novas categorias são marcas de manutenção de um caráter progressista. Na essência, contudo, são concepções que na luta de classes se revelam conservadoras.

No meio acadêmico, docentes negros que se colocam fora dessa esfera passam pela profissão sem grandes marcas. Primeiro, se não se tornam pesquisadores e produzem/escrevem, o legado fica fechado na sala de aula e se perde no tempo de memórias afetivas. Segundo, para os que são pesquisadores, se faz necessário driblar bloqueios e cancelamentos, vindos de diferentes frentes internas e externas. Ainda assim, poucos conseguem prestígio e respeito. Nesse grupo, encontra-se uma geração que saiu ou está prestes a sair das instituições por aposentadoria, o que coloca no cenário do processo docente mais jovens fortemente influenciados na formação intelectual por um pensamento crítico progressista, mas não revolucionário. Temos, assim, uma crescente inserção desses intelectuais na sociedade e compromissos com mudanças sociais limitados enquanto ação

política de efetiva transformação. Embora quase todos assumam públicas alianças com identidades subalternas e projetem uma produção científica engajada na erradicação de desigualdades e conquista de autonomia.

Considero um desafio para a educação científica pautada na diversidade a defesa da pluralidade do conhecimento nas universidades. Precisamos assegurar a manutenção de espaços de debate para as diferentes correntes do pensamento social. Curioso é que em alguns cursos das áreas sensíveis, jovens docentes considerados progressistas defendem em sala de aula, da Graduação e Pós-Graduação, que o pensamento marxista, por exemplo, não existe mais e tampouco possui utilidade. Posições como essa certamente fortalecem o sistema dominante que elegeu marxistas – especialmente ortodoxos, como prioridade de enfrentamento em todos os campos sociais. Também é certo que amplia margem para o monopólio do mercado mundial de ideias assentado na subordinação e invisibilidade de sujeitos sociais não brancos.

No meu exercício profissional, primei pela defesa da pluralidade do conhecimento. Procurei ser respeitoso com todas as ideias, recepcionando das progressistas o que fortalece minha leitura de mundo, como faço neste texto. Considero que a fidelidade a meus pressupostos teórico-metodológicos se amplia com os diálogos em diferentes campos do conhecimento que atravessam e são transversais a nossas experiências sociais. Entretanto, ao longo da carreira nem sempre fui tratado com estima e respeito acadêmico. Tanto do ponto de vista da criação



intelectual quanto da sociabilidade. Para tal contribuíram meus pressupostos e minhas identidades. No decorrer de quase 40 anos, fui professor homenageado, na Graduação da UFPI, em três turmas de concludentes do curso de Economia e uma no curso de História. Também fui patrono de uma turma do curso de História do campus de Oeiras da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Na Pós-Graduação, considerando os Programas que participei, História e Políticas Públicas, minha participação em bancas foi basicamente restrita de meus orientandos.

Embora saiba que nesse ambiente acadêmico eu goze de certo reconhecimento, as distinções são insuficientes para neutralizar isolamentos. Após o retorno do mestrado em 1992, fortaleci minha presença no movimento social negro e no movimento de defesa dos direitos humanos de pessoas vivendo com HIV-AIDS. Ainda nos anos noventa, se inicia efetivamente a história social da AIDS no Piauí com desenvolvimento de campanhas preventivas, instalação de casas abrigo e política pública estadual de apoio e assistência. Participando ativamente desse processo, estimulei diálogos entre universidade e sociedade, o que resultou em exposição de minha imagem na mídia local e, novamente, em desconfortos no meio acadêmico. A associação direta da aids à homossexualidade e minha presença pública no movimento social de AIDS exibia também a universidade e em particular o departamento de Economia. Nesse período, escutei de um professor a seguinte frase: “Se quer fazer, faça, mas não arraste o departamento para essa vergonha”.



Esse mesmo professor, em 1997, em Assembleia Geral do departamento, se posicionou contrário ao meu afastamento para o doutorado. Utilizou o argumento do não interesse do curso em qualificar professor na área de História. Argumento, aliás, já utilizado quando do meu pedido de liberação para o mestrado (LIMA, 1998). Retornei do doutorado em 2001 e ingressei na Pós-Graduação, primeiro no Programa de História – do qual fui um dos fundadores em 2004, depois no Programa de Políticas Públicas. Permaneci nos dois até 2018, quando me desvinculei por questões pessoais. Em 2008, numa coalisão de forças políticas de oposição, fui candidato à Reitoria da UFPI. Na primeira reunião ampla do grupo para minha apresentação como candidato escolhido pelo CCCHL, uma das perguntas dirigidas a mim foi sobre minha homossexualidade. Durante a campanha ouvi, várias justificativas do não voto em nossa chapa, a que mais chamou atenção foi a de que eu era negro e gay, feita por um professor gay. Na noite da apuração dos votos, após o resultado, recebi uma ligação de um partidário da chapa vencedora. Ele informava que estavam comemorando com muita cerveja gelada e churrasco de carne de viado.

A UFPI, nestes anos, cresceu em tamanho. Também modificou sensivelmente o quadro docente. No departamento de Economia, há apenas mais dois professores velhos além de mim e entraram na carreira docente no primeiro concurso realizado em 1984. Muitos dos atuais professores, assim como eu, foram alunos do curso. Após quatro anos atuando em outro campus, retornei à origem

por processo de remoção aprovado por unanimidade pelo conjunto dos docentes. Nos anos finais de minha carreira acadêmica, estou desfrutando de acolhimento e respeito por minha contribuição. Estou entre pares que aprenderam sobre ciências e cidadania.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019 (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).

BARBOSA, Lucyana Oliveira. *A política de cotas nos cursos de Graduação da UFPI: um estudo comparativo do desempenho acadêmico de discentes ingressantes do SISU no triênio 2018-2020*. 2022. 225 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Piauí, 2022.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.

LIMA, Solimar Oliveira. O Economista e a História. *Informe Econômico*, ano 1, n. 2, set. 1997.

LIMA, Solimar Oliveira; VERAS, Enoisa. (Org.). *Informe econômico em textos escolhidos*. v. 1., 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2017.

MANSUR, Pedro. *A formação do Economista no Brasil: análise do atual movimento da reformulação curricular (ou, o processo de mobilização de professores, alunos e economistas por um novo tipo de ensino*. Cadernos ANGE, n. 2.



Vitória: Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia, 1995. Série Orientação Acadêmica.

PASSOS, Guiomar de Oliveira. *A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nasença: conformação da reforma universitária de 1968 à sociedade piauiense*. 2003. 302 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Institucional* - UFPI. Disponível em: <https://ufpi.br>. Acesso em: 15 abr. 2024.

RODRIGUES, Beatriz; CRUZ, Abner Neemias da. Perspectivas historiográficas: minorias e identidades nacionais pelo enfoque dos estudos subalternos e pós-coloniais. *Revista Espacialidades*. 2019. 1, v. 15, n. 1, p. 187-205.



LGBTOIAPN+ENLAÇAM
LGBTOIAPN+ENLAÇAM

SOBRE AUTORES E AUTORAS

LAÇAMENTOS LGBTOI
LAÇAMENTOS LGBTOI

ANTONIEL DOS SANTOS GOMES FILHO

Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA/CNPq).

E-mail: antonieli.historiacomparada@gmail.com

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9563145614494252> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2230-4315>

FRANCISCA VERÔNICA CAVALCANTE

Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP (2003). Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí-UFPI; Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPI e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Transdisciplinar sobre Corpo, Saúde e Emoções - CORPOSTRANS-CNPQ-UFPI.

FRANCISCO DE OLIVEIRA BARROS JÚNIOR

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professor Titular Aposentado da Universidade Federal do Piauí.

FERNANDO JOSÉ MARTINS

Mestrando (Bolsista CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis-Brasil.

E-mail: feernando785@gmail.com

GABRIEL VICENTE SILVA PONTES

Graduado em Serviço Social (UECE), mestre em Sociologia (UFC) e doutorando em Sociologia (UFC).

GLEYDSON DA PAIXÃO TAVARES

Mestre e Doutorando em Educação Científica e Formação de Professores, do PPG ECFP, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus Jequié (Ba). Técnico Universitário da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus (Ba).

HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA

Doutorando e Mestre em Linguística, na linha da Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da UFAL e docente do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) – campus Piranhas. Integrante do Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/UFAL/CNPq).

E-mail: humberto.lima@fale.ufal.br

humberto.lima@ifal.edu.br

LUCIVANDO RIBEIRO MARTINS

Licenciado em Pedagogia (UFPI). Professor da Universidade Estadual do Piauí vinculado à Coordenação de Licenciatura em Pedagogia. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí.

E-mail: lucivandomartinsprof@ors.uespi.br

MARCOS ANTONIO ÂNGELO DA SILVA

Mestre em Sociologia, na linha de gênero e geração do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Integrante do Grupo Matizes, cuja missão é a defesa dos direitos humanos, com ênfase na defesa de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT+). É idealizador e apresentador do Dixtrava, um podcast que discute diversos assuntos da comunidade LGBTQIAPN+. Tem interesse em pesquisas que tratam de processos de envelhecimento e velhice, com expertise em pessoas LGBTQIAPN+, gênero e sexualidade.

E-mail: marcosantonioangelo12@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5591-6329>

MARIA LIZANDRA MENDES DE SOUSA (LIZ MENDES)

Mulher sapatão poeta. Mestranda no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED), Campus XIV em Conceição do Coité/BA, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Graduada de Licenciatura em Pedagogia, pelo Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integrante do Grupo de Pesquisa “Formação, Experiências e Linguagens (FEL)” e do Grupo de Leitura e Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Sexualidade (GLEISGS). Caminha em movimentos de, em e com curiosidades epistemológicas em temas de escrita-leitura-estudo-pesquisa-ciência: lesbianidades, gênero-sexualidade-educação, corpo[grafia], letramento, arte-educação e infâncias.

E-mail: marializandra1626@gmail.com

MARTTEM COSTA DE SANTANA

Pedagogo, Filósofo, Enfermeiro e Poeta. Doutor em Tecnologia e Sociedade (UTFPR). Mestre em Educação (UFPI). Mestre em Terapia Intensiva (IBRATI/SOBRATI). Docente do Colégio Técnico de Floriano vinculado à Universidade Federal do Piauí (CTF/UFPI). Vice-líder do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde, Educação Profissional Tecnológica, Informática e Meio Ambiente (NEPESEPTIMA/CNPq/CTF/UFPI). Coordenador Adjunto do Curso Técnico em Enfermagem do CTF/UFPI. Foi professor formador do PARFOR-UFPI, EJA-EPT, Mulheres Mil e tutor do CEAD-UFPI.

E-mail: martttemsantana@ufpi.edu.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8701-9403>

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2609398095194155>

MAGNO DA GUARDA ALMEIDA (MACEIÓ – AL)

É professor, pesquisador e poeta, mestre e doutorando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/FALE/UFAL). Seus trabalhos incluem os livros de poesia *Pelos poros e pequenos apelos* (2015) e *Composição para além-vertebras* (2016). Contribuiu com as antologias *Simultâneos Pulsando – uma antologia fescenina da poesia brasileira contemporânea* (2018) e *QUEBRA: poesia negra contemporânea em MCZ* (2021), além de poemas publicados em revistas literárias digitais.

E-mail: [@_magnoalmeida.](mailto:magnoalmeida.al@gmail.com)

PEDRO VICTOR MODESTO BATISTA

Formação em Psicologia (UFPI). Psicólogo Clínico na Insight – Consultório de Psicologia. Doutorando em Psicologia no Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí.

E-mail: pedromodesto@ufpi.edu.br

RAFAEL VIDAL DA CRUZ

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestrando em Ensino de Ciências e Educação Matemática (PPGECM-UNIOESTE). Atua como professor de Ciências e Empreendedorismo no Ensino Fundamental II em Fortaleza/CE. Atuou como bolsista no Programa de Educação Tutorial de Ciências Biológicas (PET), no Programa de Incentivo a Docência - PIBID. Desenvolveu rotinas de laboratórios de Aracnologia (UFPI). Foi estagiário da Coleção de História Natural da UFPI (CHN/UFPI).

E-mail: vidalrafael3@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8701-9403>

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1173441447020954>

RENAN DE SOUZA NASCIMENTO

Graduado em História (2019), mestre em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (2022) e atualmente é doutorando em Desenvolvimento Social, pela mesma instituição. É integrante do Grupo de

Pesquisa e Estudos Gênero e Violência (GEPEG-CNPq), do Projeto de Extensão (In)serto - Núcleo pela Diversidade Sexual e de Gênero e faz parte da equipe de produção do Podcast Segundas Feministas do GT de Gênero da ANPUH/Brasil. Tem interesse de pesquisa nas áreas de História das Mulheres, das Famílias, das Sexualidades, do Brasil República, Gênero e Educação, Epistemologias Feministas e Queer.

E-mail: nascimentorenan900@gmail.com

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA

Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí.

E-mail: sol.lima0512@gmail.com

VERA FÁTIMA GASPARETTO

Pós-doutoranda (Bolsista CAPES) no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero/Laboratório de Estudos de Gênero e História. Florianópolis-Brasil.

E-mail: gasparettovera@gmail.com

ZULEIDE PAIVA DA SILVA

Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia, professora permanente do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED). Possui formação

interdisciplinar, com doutorado Multi- Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (UFBA, IFBA, UNEB, UEFS, SENAI-CIMATEC, LNCC), mestrado acadêmico em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA), mestrado profissional em Gestão Integrada das Organizações (UNEB, UNIBAHIA), especialização em Arquivologia e Novas Tecnologias documentais (UNEB), graduação em Biblioteconomia e Documentação (UFBA), graduação em Licenciatura curta em Letras (UNEB). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa FEL - Formação, Experiência e Linguagens (UNEB). Desenvolve ensino, pesquisa e extensão no campo dos estudos feministas com foco na interseccionalidade de gênero, raça, sexualidade, primando pelo diálogo e parceria com os movimentos sociais no processo de produção e difusão do conhecimento. Desde 2010 é ativista da LBL – Liga Brasileira de Lésbicas.

E-mail: eidepaivasilva@gmail.com

LGBTOIAPN+ENLAÇAM
LGBTOIAPN+ENLAÇAM

ÍNDICE REMISSIVO

LAÇAMENTOS LGBTOIAPN
LAÇAMENTOS LGBTOIAPN

A HOMOSSEXUALIDADE COMO NARRATIVA DE PÂNICO MORAL NO BRASIL

Brasil 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Brasil sem Homofobia 19, 20

Comunismo 15, 19

Extrema-direita 14, 15, 16, 17, 25, 26, 27

Homossexualidade 15, 16, 17, 24, 25, 26, 28

Jair Bolsonaro 14, 15, 16, 18, 22, 24, 25, 27

Kit Gay 15, 21, 24, 25, 26

Pânico Moral 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27

Políticas Públicas 19, 22, 23, 24, 25, 26

Stanley Cohen 16, 17

EMOÇÕES DE UMA JOVEM LGBTQIAPN+ NA PANDEMIA DA COVID-19

Emoções 30, 31, 34, 35, 40, 41, 44, 46

Feminismo Abolicionista 43, 44

Gênero 34, 40, 42, 46

Homofobia = 34, 35, 40, 43, 44

Interseccionalidade 34, 42, 43, 44

Jovens 30, 31, 34, 36, 44, 46

Lésbica 34, 35, 42, 43

Necropolítica 33, 36, 38, 39, 46

Opressão 34, 44

Pandemia da Covid-19 30, 31, 33, 34, 36, 37, 44

JUP DO BAIRRO ENCONTRA PAUL B. PRECIADO: ENLAÇAMENTOS SONOROS NA SINFONIA DOS CORPOS SEM JUÍZO

Colonialidade 58, 62, 65

Corpos 52, 55, 58, 59, 60

Educação 61, 64

Enlaçamentos 51, 53, 58

Gênero 49, 51, 52, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65

Interseccionalidade 49, 52, 56

Música Popular Brasileira 61

Performar 48, 49

Sexualidade 49, 58, 60, 63, 64

Vozes transcendentais 50, 51, 52, 55, 58, 59, 60, 62, 65

HOMOSSEXUALIDADES E/NO SUL GLOBAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Brasil 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 81, 82, 85

Bolívia 68, 74, 76, 77, 82

Direitos 68, 70, 71, 78, 79, 80, 82, 83, 85

Homossexualidade 68, 69, 77, 81, 82

Luta 68, 69, 71, 73, 77, 78, 82, 83, 85

Lésbicas 70, 71, 78, 79, 84

Moçambique 68, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84

Resistência 68, 69, 70, 76, 77, 82

Sul Global 67, 68, 69, 75, 76, 77

Travestis 70, 75, 81

A VIAGEM DE JOÃO: UMA ANÁLISE SOCIOLOGICA DO LIVRO VIAGEM SOLITÁRIA: MEMÓRIAS DE UM TRANSEXUAL 30 ANOS DEPOIS DE JOÃO W. NERY

Cirurgia 88, 91, 92, 96, 97, 98

Emoções 89, 90, 99, 101, 103

Estigma 88, 95, 103

Gênero 87, 88, 89, 90, 91, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103

Homem Trans 90, 91, 93, 96, 98, 100

João W. Nery 88, 89, 90, 91, 101, 102, 103

LGBT+ 88, 100, 101

Transmasculinidade 88, 100, 102

Trajetória 89, 100, 101

Transgeneridade 88, 90, 95, 97

(IN)CONFORMIDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM HOMOSSEXUAL: ALGUNS APONTAMENTOS (AUTO)BIOGRÁFICOS

Contextos Sociais e Educacionais 105, 107, 112

Corpo 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124

Diferença 109, 110, 124

Discriminação 120

Gênero 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124

Homossexualidade 112, 117, 119, 121

Pesquisa (Auto)Biográfica 106, 109, 124

Pós-Estruturalista 106, 107, 108, 109, 110

Relações de Poder 108, 109, 110

Sexualidade 105, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

E A BICHA (TAMBÉM) NÃO É POLÍTICA?

Ação-atitude 139

Bicha/bixa 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 142

Constituições identitárias 127, 128, 137, 138, 140, 141

Corporalidades 128

Democracia 130, 131, 132, 137, 138, 141

Identidades 127, 139

Linguística Aplicada Transviada 127, 139, 141

Linguística Aplicada Implicada 127, 139

Política 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141

Sociedade 127, 130, 132, 133, 134, 135, 138, 139

Sobrevivência 128, 130, 131, 135, 136, 137, 139

CONVERSIDADES DE GÊNERO E SEXUALIDADE DISSIDENTES NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PIAUIENSE

Conversidade 146, 153, 154, 164, 167

Extensão universitária 146, 153, 154

Gênero 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

Heteronormatividade 150, 157, 160, 162

Teoria *queer* 146, 147, 148, 165, 168

Sexualidade 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167

MEDO E SOLIDÃO: TRAVESSIAS NA VIDA DE UM GAY EM PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Experiências 170, 175, 177, 178, 181, 182

Homens gays 171, 172, 176, 177, 179, 180, 181

Homofobia 171, 173, 177, 180

LGBTQIAPN+ 170, 173, 181, 182

Medo 170, 171, 172, 177, 179, 181

Processo de envelhecimento 172, 175, 176, 178

Preconceito 171, 173, 178, 179

Solidão 172, 177, 179, 180, 181, 182

Velhice 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

PROFESSORA-PESQUISADORA LÉSBICA, POESIAS REBELDES QUE GINGAM GIRAM EM CORPO-BANDO

Conto 186, 187, 192, 201, 206

Corpo 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208

Experiências 186, 187, 189, 190, 192, 196, 197, 198, 206

Lésbica 186, 187, 188, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 200, 201, 206, 207

Lesbianidade 194, 195, 200, 206

Lesbofobia 191, 199, 200

Mulheres 187, 191, 192, 193, 195, 198, 201, 204, 206, 207

Professora 186, 188, 194, 198, 206

Pesquisadora 186, 188, 198, 206

Sapatão 186, 188, 193, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207

PRÁTICAS E COMPORTAMENTOS SEXUAIS SEGUROS ENTRE HOMENS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS

Antirretrovirais (ARV) 215, 223

Homens que fazem Sexo com Homens (HSH) 210, 211, 212, 215, 222, 226, 228

Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) 214, 222, 226, 227, 228

LGBTQIAPN+ 214, 219, 224, 225, 226

Medidas preventivas 211, 222, 225, 226

Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) 215, 223

Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP) 216, 223

Promoção da Saúde 221, 224

Sexo sem proteção 210, 217, 220

Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) 210

A PRODUÇÃO DAS “CAUSAS” DAS HOMOSSEXUALIDADES EM A INVERSÃO DOS SEXOS (1935)

Causas 233, 234, 244

Discurso 232, 233, 234, 236, 238, 240, 242, 243, 246

Disciplina 231, 238, 243

Família 231, 232, 239, 244

Gênero 232, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247

Homossexualidades 231, 233, 234, 237, 238, 244

Lesbianidade 235, 237, 241

Medicina Legal 234, 245, 246, 247

Mulheres 232, 235, 236, 237, 239, 243, 244

Sexualidade 231, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246

A POESIA DOS CORPOS EM CHAMA: UM ESTUDO INICIAL SOBRE O HOMOFLANEUR EM ROBERTO PIVA

Abra os olhos 249, 252, 263

Corpo 250, 251, 252, 253, 254, 259, 262, 263, 264, 265, 266

Desregramento 251, 253, 263, 265, 266

Flâneuse 249, 255, 259, 260, 261, 267

Homoflaneur 249, 250, 251, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 266

Lauren Elkin 251, 255, 259, 261

Poética piviana 251, 257, 258, 260, 262

Roberto Piva 249, 254, 265, 266, 267

Sujeito Lírico 249, 250, 251, 253, 263, 264, 266

Urbano 249, 253, 256, 261

Walter Benjamin 251, 253, 255

“PRETO, POBRE, PETISTA E VIADO” IDENTIDADES SUBALTERNAS E RELAÇÕES DE PODER NA UNIVERSIDADE

Conhecimento 274, 275, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286

Diversidade 279, 283, 285

Docente 269, 270, 272, 274, 275, 279, 280, 281, 284, 285, 287, 288

Educação 276, 277, 278, 281, 283, 285

Gay 274, 287

Identidades 272, 273, 285, 286, 289

Negro 273, 275, 280, 281, 282, 284, 286, 287

Poder 272, 273, 275, 278

Universidade 269, 271, 273, 274, 275, 277, 280, 283, 284, 285, 286, 288, 289



Este livro foi composto com as fontes:

Noka, desenvolvida por Daniel Sabino. De Blackletra;
Dupin cel, desenvolvida por Rodrigo Saiani. De Plau Design.



SECRETARIA
DA CULTURA - SECULT



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.



ISBN 978-65-5904-306-4

